



**LEVANTAMENTO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**

**RELATÓRIO FINAL
Fase I**

COORDENADOR : Irineu Tamaio – Programa de Educação Ambiental/WWF

CONSULTORES: Lígia Moreira da Rocha (AM-RR)
José Alberto Gonçalves Pereira (AC- RO)
Júlia Meireles Vieira (AP-PA)

Brasília- Janeiro/2000

ÍNDICE

	ITEM	Página
I.	Apresentação	3
II.	Histórico, Objetivos e Etapas do Projeto	4
III.	Método de Trabalho da Primeira Etapa	5
IV.	Análise Global das Experiências conhecidas durante o trabalho de campo	6
	A. Rondônia e Acre	6
	B. Roraima e Amazônia	10
	C. Pará e Amapá	11
V.	Comentários Gerais das Experiências de Educação Ambiental por Estado	13
	A. Rondônia	
	1. Contexto Geral	13
	2. Experiências em Educação Ambiental	20
	B. Acre	
	1. Contexto Geral	35
	2. Experiências em Educação Ambiental	41
	C. Roraima	
	1. Contexto Geral	57
	2. Experiências em Educação Ambiental	59
	D. Amazonas	
	1. Experiências em Educação Ambiental	63
	E. Pará	
	1. Experiências em Educação Ambiental	73
	F. Amapá	
	1. Experiências em Educação Ambiental	84
VI.	Considerações a Respeito da Estratégia adotada	87
VII.	Conclusões	87
VIII.	Sugestões	88
IX.	Agradecimentos	92
X.	Documentos Citados	92
XI.	Visitas Realizadas	94
XII.	Anexos	102

I. APRESENTAÇÃO

A situação amazônica é uma condição específica em relação ao resto do país, onde a floresta, suas águas, os recursos naturais, e os povos que nela vivem são elementos preponderantes nas questões ambientais e nas estratégias de desenvolvimento. Se por um lado estes elementos criam a unidade "Amazônica", no instante seguinte são os próprios condicionantes das diferenças e especificidades regionais e locais, criando ambientes únicos e variados que caracterizam o mosaico amazônico.

Neste mundo à parte que é a Amazônia, escalas de tempo e espaço são diferentes. A "distância" é medida em função do transporte utilizado ("dias de recreio", por exemplo), dependendo do sentido no rio, a juzante ou montante. O tempo, além de ser medido em horas ou dias de transporte, é também medido pelas águas: "época das águas e época de seca".

Na variedade amazônica a diversidade humana de seus povos necessariamente tem que ser levada em consideração. As inúmeras nações indígenas, os garimpeiros, os produtores rurais, os extrativistas, as populações ribeirinhas, os assentados, a população das capitais e centros urbanos, criam uma diversidade cultural "única" na sua diferenciação do resto do país, mas rica em sua variedade de formas, expressões, artesanatos, lendas, e histórias.

Mas a história de ocupação, exploração, luta e resistência na Amazônia, por sua vez, remete ao desafio de se criar um outro modelo de convivência, onde os interesses extrapolam a regionalidade amazônica brasileira, e passam a ser interesses internacionais, devido às riquezas estratégicas que a mesma encerra.

E diante de tamanha grandeza Amazônica, tanta variedade de ambientes, recursos naturais, povos, culturas, problemas e dificuldades, um projeto de levantamento de experiências em educação ambiental torna-se um grande desafio. Como entrar em contato com estas experiências, conhecê-las e divulgá-las? Certamente a exatidão de todos os dados a respeito de todas as experiências amazônicas requer muitos recursos e tempo disponível. Mas ela se torna viável na medida em que o saber é construído junto, por uma rede de informações entre educadores. E é desta maneira que este projeto "Levantamento de Experiências em Educação Ambiental na Amazônia", iniciado pelo Fundo Mundial para a Natureza - WWF, vêm sendo desenvolvido.

Inicialmente realizado pelo WWF, o projeto em si acaba sendo efetivado pela participação de diversos órgãos públicos, escolas, associações, ONGs, e empresas que disponibilizaram suas experiências, compartilhando sonhos, resultados, dificuldades, energia, e esperanças na tentativa de criar uma nova forma de vida, do fazer e do pensar amazônico, que seja mais justa, igualitária, equilibrada, democrática, participativa e sustentável.

II. HISTÓRICO, OBJETIVOS E ETAPAS DO PROJETO

O WWF, em parceria com instituições da região amazônica, desenvolve projetos de formação permanente de educadores através das Oficinas de Capacitação em Projetos Integrados de Desenvolvimento e Conservação. Esta experiência com 08 ONGs da região vem capacitando educadores com base na construção de conhecimentos ambientais e éticos, valores, habilidades e comportamentos para participar efetivamente no manejo sustentável de seus ambientes e recursos naturais. Através do acúmulo de experiências da rede de atividades desenvolvidas, já há 03 anos, observou-se que existem múltiplas iniciativas de educação ambiental elaboradas e implementadas pelas comunidades, mas que não estão sendo registradas ou divulgadas, colocando em risco a possibilidade de disseminação das experiências significativas.

Por outro lado, a Educação Ambiental (EA) hoje no Brasil deve estar em todos os níveis de ensino como prática educativa conforme a recente Lei 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Como o apoio da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os Estados Amazônicos criaram a disciplina "Estudos Amazônicos" cujo conteúdo curricular também possibilita a inserção da temática ambiental baseada em experiências regionais. No entanto, a concepção de educação ambiental na escola de maneira integrada é recente e envolve superação de paradigmas, o que implica na criação de novas metodologias, atividades, e técnicas no processo educacional, o que nem sempre acontece facilmente.

Desta maneira, através deste projeto, o WWF tem como objetivo estimular um fórum permanente de debates para que os diversos atores regionais (ONG'S, escolas, governo, estado, município, comunidades entre outros) conheçam, valorizem e discutam as experiências regionais de educação ambiental, utilizando-as no desenvolvimento e implementação das políticas públicas educacionais e ambientais, contribuindo para a implementação da Lei Nacional de Educação Ambiental (Lei N. 9.975/99). Este projeto tem como objetivo específico, contribuir para que a Educação Ambiental seja promovida de forma interdisciplinar nos conteúdos curriculares do ensino fundamental na região amazônica, a partir das experiências realizadas na própria região. Para tanto pretende-se atualizar e disponibilizar o banco de dados sobre educação ambiental na Amazônia (realizado inicialmente pelo WWF em 1993), promover encontros regionais para que as experiências mais demonstrativas possam ser melhor conhecidas e debatidas, e publicar um livro sobre tais experiências.

A concepção deste projeto baseou-se em três etapas distintas. A primeira diz respeito ao levantamento inicial das experiências de educação ambiental nos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, e a consolidação dos registros e intercâmbio. Para tal foram contratados 3 consultores externos responsáveis pelo levantamento das experiências, pela realização dos contatos com as coordenações dos projetos, e pelas visitas a campo por um período de em

média 09 dias em cada estado. (Consultores e Estados ficaram assim distribuídos. Ligia M. R. com AM e RR, José Alberto G. P. com RO e AC e Julia M. V. com AP e PA). Os projetos conhecidos foram cadastrados em fichas padrão (em anexo) e sua informação sistematizada no banco de dados. A análise prévia das experiências com potencial demonstrativo será realizada pelos consultores iniciais com o coordenador geral do projeto pelo WWF e consultores regionais da Amazônia, em 3 reuniões regionais a serem realizadas em Fevereiro. Dentre os critérios utilizados estão: o potencial de replicabilidade da experiência, o envolvimento comunitário, a transformação dos valores e comportamento da comunidade envolvida no projeto, o papel no processo de alfabetização da realidade ambiental, o comprometimento com a construção de uma cidadania saudável e sustentável, a área de abrangência, o tempo de duração, a diversidade de públicos alvo, as parcerias, a diversidade de território, o reconhecimento por outros projetos, a pluralidade e a valorização da educação formal.

Após a indicação prévia das experiências demonstrativas de cada Estado (pelos consultores, coordenador geral e consultores regionais), a segunda etapa deste projeto consistirá na realização de encontros regionais. Tais encontros terão como objetivo promover o intercâmbio entre os educadores e discutir de maneira ampla e aprofundada as experiências inicialmente selecionadas.

A terceira etapa deste projeto contemplará a disseminação das experiências por eixos temáticos, a atuação estratégica política junto aos órgãos estaduais de planejamento de políticas educacionais, e a formação de uma rede amazônica de educadores.

Este relatório diz respeito somente a primeira etapa do projeto, que deverá ser finalizada em Março de 2000, com os encontros com os consultores regionais.

III. MÉTODO DE TRABALHO DA PRIMEIRA ETAPA

Partindo de um banco de referência construído pela equipe do projeto, foram selecionadas, entidades/instituições com experiências concretas em EA formal, não formal e também indivíduos e organização com papéis a desempenhar na formulação e implementação de políticas públicas, no embasamento do conhecimento técnico e científico, e na articulação das comunidades amazônicas para a construção de um saber socioambiental compartilhado.

Os contatos que se realizaram foram feitos principalmente através de telefone e cartas de apresentação (correio eletrônico também foi utilizado, porém em menor escala). O objetivo inicial foi a apresentação da proposta, atualização cadastral da instituição, conhecimento prévio da experiência em educação ambiental realizada, e agendamento de visita com a coordenação do projeto, quando procedente.

O período de visita de campo desenvolveu-se entre julho e setembro, sendo que a viagem para os estados do Acre e Rondônia aconteceram entre 26/07 e 13/08, para Amazonas e Roraima entre 29/07 e 18/08, e para Amapá e Pará entre 18/08 e 03/09. As agendas de cada consultor encontram-se especificadas no item XI. Neste período o olhar esteve voltado para identificar os projetos demonstrativos, e também as redes e os mecanismos disponíveis para realizar a tarefa da inserção da EA no ensino fundamental.

Devido às distâncias na Amazônia serem muito grandes (o deslocamento para visitar os projetos in loco nos estados do Amazonas, por exemplo, necessitavam em média mais de 2 dias de viagem), e o tempo de visitas a campo reduzido, foi possível conhecer apenas algumas das experiências em educação ambiental desenvolvidas na Amazônia. Em sua maioria, as informações a respeito dos projetos foram adquiridos a partir de relatos e depoimentos dados pelos seus coordenadores e/ou equipe de execução, a partir de entrevistas com duas horas em média de duração. Desta maneira, muitos projetos/instituições importantes para a composição do mosaico das experiências de EA na Amazônia não foram contatados

O material cedido pelos responsáveis/entrevistados foi fundamental para o detalhamento/entendimento dos projetos, e para o preenchimento da ficha de cadastro, suprimindo o pouco tempo/contato com cada instituição.

O tempo previsto foi insuficiente para atender ao número de experiências e projetos existentes e, principalmente, para compreender com exatidão a EA dentro do contexto de um todo maior estabelecendo assim, a natureza das relações e cada cidade visitada da Amazônia. Assim o produto deste relatório é uma fotografia que necessita de movimento, a ser dado, pela indispensável colaboração de todas as instituições participantes da primeira fase e aquelas que participarão das fases posteriores dos encontros regionais e da elaboração da publicação

IV. ANÁLISE GLOBAL DAS EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONHECIDAS DURANTE O TRABALHO DE CAMPO

De uma maneira geral, algumas considerações básicas a respeito das experiências de educação ambiental conhecidas durante este levantamento podem ser realizadas, assim como considerações específicas por estado. Desta maneira segue-se uma análise global das experiências.

A. RONDÔNIA E ACRE

Embora situados na porção sudoeste da Amazônia brasileira e ligados pela BR-364 e por rotas diárias de aviões, Acre e Rondônia apresentam conjunturas histórica, ambiental, econômica, política e social bastante diferenciadas, o que

implicou trajetórias também sensivelmente particulares no campo da Educação Ambiental.

Os comentários elencados ao longo deste relatório devem ser relativizados em função da escassez de tempo da viagem, da limitação geográfica de abrangência e da restrição de fontes. Por isso, as escolas foram as mais prejudicadas no levantamento ora proposto, pois constituem uma rede pulverizada e uma realidade completamente diferente e específica, com seus procedimentos de rotina, que, para ser captada com mais vulto, necessita de uma concentração de esforços.

O presente relatório, contudo, cumpre bem o papel de um painel de indicações e hipóteses a serem checadas, aprofundadas, revisadas e/ou descartadas na construção de um quadro panorâmico e representativo da Educação Ambiental na Amazônia.

Rondônia conta com várias entidades não-governamentais e um conjunto valioso de informações sistematizadas sobre sua situação ambiental, mas não foram relatados nem conhecidos pessoalmente projetos de educação ambiental em curso pautados por uma metodologia que envolva planejamento, monitoramento, avaliação e capacitação de recursos humanos e, no caso específico do ensino formal, que sejam contemplados num plano coletivo que abranja a relação com a comunidade, a gestão ambiental da escola e a inserção transversal nos conteúdos disciplinares.

Há, porém, organizações como a Ecoporé, de Rolim de Moura, no interior do Estado, que se mostram bastante sensíveis à EA e efetuam atividades junto às escolas públicas da região. Também emergem como um modelo privilegiado de educação fundamental alternativa as EFAs (Escolas Família Agrícola), cuja metodologia de ensino é adaptada ao meio rural, privilegiando o aprendizado de práticas agropecuárias sustentáveis, como a adubação orgânica e a eliminação de agrotóxicos.

Deve-se ressaltar, em relação às escolas, que há experiências interessantes, que chegam a influenciar em disciplinas do Ensino Fundamental e atividades de interação com a comunidade, mas não no sentido de integrarem um trabalho coletivo de planejamento dos professores, com uma atenção específica para a EA.

Também é muito tímido o relacionamento das entidades não-governamentais com órgãos governamentais para o desenvolvimento conjunto de propostas de EA. A Educação Ambiental não se situa como componente explícito estratégico na ação de organizações não-governamentais e governamentais.

Proteção das unidades de conservação, desenvolvimento comunitário, alternativas econômicas sustentáveis e negociação de políticas públicas parecem ser os focos prioritários na atuação das entidades ambientalistas ou organizações cuja atuação engloba necessariamente a temática ambiental.

A educação ambiental acaba emergindo como um aspecto indireto na realização de atividades das entidades não-governamentais, como na

implementação de planos de desenvolvimento e utilização nas Resex (Reservas Extrativistas). Cresce atualmente a preocupação de explicitar o componente Educação Ambiental com a realização de projetos específicos, a exemplo da proposta que está sendo elaborada pela OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia), em parceria com órgãos governamentais, para um trabalho com populações do entorno das Resex. Também há um elemento favorável à EA na sensibilidade à temática demonstrada por várias entidades visitadas. Há uma demanda por capacitação e desenvolvimento de propostas em EA, porém faltam recursos humanos e financeiros e materiais de apoio.

As iniciativas mais explícitas de EA e desenvolvidas a partir de um esquema de planejamento, monitoramento e avaliação foram implementadas no âmbito do Planafloco (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia). Apesar dos inúmeros problemas vividos pelo Planafloco, o programa propiciou a captação de recursos razoáveis para a realização de sólidos projetos de Educação Ambiental, com a contratação de profissionais qualificadas da área e a produção de um valioso acervo de registros sistematizados das experiências, que, aliás, é uma das maiores contribuições do programa.

O mesmo não pode ser apontado em relação ao setor público. As Secretarias de Educação Estadual e Municipal de Porto Velho contam com profissionais interessados e ávidos de informações e materiais, mas a frágil estrutura material e humana promove um quadro no mínimo caótico da atuação do setor público no desenvolvimento e apoio a propostas de Educação Ambiental no ensino formal.

Entretanto, as escolas públicas visitadas por este consultor são entusiasmadas com as várias atividades em EA desenvolvidas. Temos que alertar que foram escolas indicadas entre as que mais assumem a Educação Ambiental em suas práticas de ensino pelas equipes de EA das secretarias, o que de alguma forma pode desconsiderar experiências valiosas, mas desconhecidas ou não desejadas pelos profissionais dos órgãos. Porém, a escassez de tempo e a dificuldade em detectar as experiências escolares, devido à pulverização e dificuldade de contato com as escolas, acabam praticamente obrigando o consultor a procurar escolas em função das conversas com as Secretarias, salvo algumas exceções. Como em geral as equipes não se situam no topo da hierarquia dos órgãos, o que se percebe pelas inúmeras reclamações e desabafos feitos por seus integrantes, as indicações de escolas parecer ser razoáveis.

Embora nem sempre a EA apareça nas escolas dentro de um programa elaborado a partir de um planejamento conjunto da unidade, com metas, monitoramento e avaliação dos resultados, elas assumem explicitamente a dimensão de educação ambiental.

A reunião realizada por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente em Porto Velho, em julho de 1999, surgiu como uma oportunidade de rearticulação da CIEARO (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Rondônia), que após sua oficialização em meados de 1998 ironicamente se desarticulou, segundo alguns de seus membros contatados por este consultor na capital rondoniense.

Essa comissão é um ponto estratégico para a articulação de um fórum de discussão de política pública em EA no Estado de Rondônia.

Percebeu-se uma carência acentuada de informações e materiais sobre Educação Ambiental, especialmente no setor público (equipe de EA das secretarias e escolas). Muitas solicitações foram feitas ao WWF para que envie textos, livros, materiais e dicas sobre financiamento de projetos. Também há a expectativa de que o WWF apóie financeiramente experiências em EA.

Já o Estado do Acre prenuncia um espaço politicamente fértil para o fortalecimento do campo da Educação Ambiental, em decorrência do movimento histórico dos seringueiros e ONGs na luta pelas áreas extrativistas, que este ano passou a responder pela administração do Estado, com a vitória do candidato do PT, Jorge Viana, nas eleições de 1998, em coligação com outras forças políticas.

Portanto, a conjuntura política acreana propicia inúmeras possibilidades de implementação de projetos gerenciados em parceria com o governo do Estado. Foi criado este ano, sob a coordenação do IMAC (Instituto do Meio Ambiente do Acre), o Fórum Estadual de Educação Ambiental, reunindo representantes da sociedade civil e dos governos federal, estadual e municipais, com o objetivo de definir diretrizes e estimular a implementação da Educação Ambiental como política pública no Acre.

Há um caldo rico de experiências educativas não-governamentais que devem ser observadas, em função da concepção metodológica, embora muitas vezes a EA surja como aspecto indireto. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), CTA (Centro dos Trabalhadores da Amazônia) e SOS Amazônia desenvolvem atividades diretamente vinculadas à educação, com planejamento, monitoramento, avaliação, produção de materiais didáticos e capacitação de recursos humanos. Suas experiências são demonstrativas para a Amazônia e o Brasil como um todo.

Uma das ONGs mais ativas do Estado, a SOS Amazônia, por exemplo, dispõe de um acúmulo valioso de experiências com projetos de Educação Ambiental junto a escolas de Rio Branco e planejou iniciar no segundo semestre de 1999 novo projeto estendendo suas atividades para o interior do Acre. A contribuição que a SOS oferece para toda a Amazônia foi ter desenvolvido um método de planejamento participativo na escola para a inserção transversal da EA nos conteúdos disciplinares do Ensino Fundamental.

O governo está assumindo para o âmbito estadual projetos antes implementados em escalas reduzidas e recursos limitados, tecendo parcerias com as entidades responsáveis pelas propostas, que vão receber recursos públicos e infra-estrutura para amplificá-las. Capacitar e formar novos profissionais, captar verbas para os projetos e enfrentar as amazônicas distâncias no interior do Estado são desafios que o governo acreano precisa vencer para implementar seus programas e assegurar a continuidade das ações como Políticas Públicas, dentro de seu modelo mais amplo de desenvolvimento sustentável.

A administração do Estado, em cooperação com ONGs, agências federais e internacionais, conta com experiências educacionais como as do CTA, da CPI-AC e da SOS Amazônia (*descritas no item V. "Comentários gerais por Estado"*), para

transformar o ensino fundamental em uma peça estratégica na formação de novas gerações. Os projetos educacionais destas ONGs, em que a questão ambiental tem um papel importante, apresentam métodos e conteúdos que, adaptados segundo às realidades específicas, podem propiciar a incorporação do desenvolvimento sustentável como uma dimensão corriqueira no cotidiano das novas gerações, e não mais um conceito frio, distante e aprisionado pelos dilemas teóricos.

B. AMAZONAS E RORAIMA

Apesar do Estado do Amazonas e Roraima apresentarem contextos históricos, sociais e ambientais diferenciados, as experiências em EA nestes estados ainda são novas e em número reduzido, com pouca participação de escolas, ONGs e órgãos governamentais. Há falta de priorização da educação ambiental nas políticas públicas, uma vez que as equipes de EA são reduzidas, com poucos recursos e possibilidades de capacitação, o que dificulta o processo de discussão das questões ambientais, sociais, políticas e econômicas de maneira diferenciada. Mas há também a boa vontade de muitos dos envolvidos, com o objetivo pessoal de que as comunidades tenham um processo educacional integrado.

Em ambos os estados os respectivos Fóruns de Educação Ambiental encontravam-se completamente desarticulados até setembro de 1999. Eles foram criados com apoio do MEC, durante o processo de discussão e capacitação em EA que o MEC promoveu nacionalmente, processo este que fortaleceu as respectivas DEMECs e, apoiou as experiências dos outros órgãos. Com a desestruturação das DEMECs e sua extinção (janeiro de 1999), os Estados do Amazonas e Roraima perderam o elemento de referência que tinham na organização dos Fóruns, que por sua vez se esvaziaram.

Com a realização de Encontros de Educação Ambiental promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (no 2º semestre de 1999, coordenado pela Fani Mamede), começou a haver nestes estados uma nova movimentação no sentido de re-articular os Fóruns criados. Enfim, O MMA está solicitando dos estados sua estruturação em termos de políticas públicas para a EA, mas com cronograma previamente fechado. O apoio fornecido pelo MMA parece ser apenas este encontro e a entrega de cópia de documentos (como modelos de decreto para a Comissão, de diretrizes para o Programam Estadual de EA, da Lei de EA, e do decreto de regulamentação da mesa – cópias enviadas por correio).

A desarticulação dos Fóruns têm alguns reflexos como o isolamento entre os projetos de educação ambiental desenvolvidos nos estados visitados (AM, RR). A troca de informação entre educadores e projetos, tanto no Amazonas quanto Roraima são incipientes. Todos os informantes demonstraram uma grande carência de informações sobre o que estava acontecendo no próprio estado, na Amazônia, e no Brasil como um todo. Em alguns casos específicos houve solicitação quanto aos resultados e continuidade do projeto WWF "Muda o Mundo

Raimundo". Houve também uma generalizada solicitação de informações sobre como o WWF poderia apoiá-los nos diferentes projetos. Há uma grande carência de informações sobre possíveis fontes financiadoras de projetos em educação ambiental ou com componentes educacionais. Necessariamente os futuros encontros regionais (previsto na Segunda etapa deste projeto) deverão contemplar tal tema.

Interessante notar que, contrapondo-se ao isolamento destacado anteriormente, verificou-se que a maioria dos projetos conhecidos são realizados através de parcerias. Se por um lado a informação parece não circular, por outro há uma união oficial das instituições governamentais nas propostas de educação ambiental, principalmente entre as Secretarias Municipal e Estadual de Educação (SEMED e SEDUC respectivamente), os Departamentos (ou Secretarias) de Meio Ambiente e o IBAMA, por exemplo. Este elevado número de parcerias demonstra uma diferença marcante entre os projetos realizados há 6 anos atrás assinalados no 1º levantamento realizado pelo WWF, quando cada projeto de educação ambiental foi indicado como tendo uma única instituição executora. Este fato corrobora o processo de mudança de políticas e estratégias de ação dos diferentes setores governamentais e da sociedade civil na questão ambiental. Em alguns projetos, pareceu haver uma integração inter e intra institucional surpreendentes (como no caso dos "Agentes Ambientais Voluntários" em Tefé, *descritos no item V-"Comenários por Estado - Amazonas"*), legitimando o projeto. Em outros casos a parceria pareceu ser mais formal, devido apenas ao fato do projeto incluir área de atuação do órgão governamental.

Um outro ponto a ser ressaltado entre as experiências de EA conhecidas nos estados do Amazonas e Roraima é a falta generalizada de planejamento e sistematização da avaliação. Segundo os colaboradores, a avaliação geralmente é realizada em "reuniões de avaliação", mas sem indicadores claros e sem sistematização ou planejamento. Entende-se aqui a avaliação como poderoso instrumento de auto-ajuda do projeto, onde os resultados alcançados poderão ser checados de maneira sistematizada, com maior riqueza de detalhes, clareza quanto ao andamento real do projeto (seus sucessos e dificuldades) e consistência nos resultados a serem apresentados aos possíveis financiadores. Como projetos em educação ambiental normalmente têm grande complexidade de objetivos, onde valores, atitudes, comportamentos e conhecimentos são trabalhados, espera-se que nestes projetos seja destinada uma atenção especial à avaliação, o que raramente aconteceu nos estados visitados.

C. PARÁ E AMAPÁ

O sistema de EA não pode ser entendido a partir de elementos isolados. É necessário um contexto mais amplo, fruto do desenvolvimento do projetos nas etapas que se seguem, onde, a participação dos agentes/atores/educadores será fundamental para estabelecer linhas de ação específicas para a efetiva inserção da EA no ensino fundamental.

De uma maneira geral a EA na Amazônia Oriental, vem adotando a vertente socioambiental na maioria dos projetos realizados com êxito, gerando a autonomia da comunidade. As características gerais dessa vertente, estão descritas por Carmensita Matos Braga Passos, em publicação Estudos do NUMA 9: Educação Ambiental e Ensino técnico – Estudo de uma realidade, onde a EA:

- procura desenvolver a curiosidade, criatividade, criticidade, participação e solidariedade,
- critica a fragmentação e reducionismo do paradigma positivista da ciência;
- procura trabalhar com “conhecimentos vinculados a realidade e a sua dinâmica histórica, e não a aquisição de conceitos estáticos e fragmentados” (Mininni Medina, Santos, Maciel).
- a relação professor – aluno é dialógica, permitindo um crescimento mútuo;
- busca atingir objetivos afetivos, cognitivos e habilidades técnicas;
- os procedimentos metodológicos privilegiam situações concretas para a análise das complexas inter-relações entre sociedade e natureza, o que implica na construção de uma metodologia multi e interdisciplinar e
- a avaliação deve considerar o projeto que está sendo desenvolvido, deve ser contínua e diagnóstica, deve utilizar situações e instrumentos variados, preocupar-se com a qualidade das aprendizagens (capacidade de estabelecer relações, fazer análise, de tomar decisões, propor soluções criativas, refletir, etc.)

Levando em conta as especificidades dos estados do Pará e Amapá do ponto de vista físico-territorial, político, econômico, populacional, do estágio, e principalmente pelo modo e características das experiências de implementação da EA, caberá talvez estabelecer estratégias diferenciadas para a contribuição do WWF visando a inserção da EA no ensino fundamental.

Enquanto no Amapá o governo lidera o movimento de inserção da EA no ensino fundamental, com base na experiência da Escola Bosque para a criação do futuro Sistema Estadual de EA, no estado do Pará, experiências isoladas desenvolvidas por instituições como a Universidade Federal-UFPA e Museu Emílio Goeldi por exemplo, trazem/apresentam as experiências mais consistentes e bem sucedidas de propostas/projetos de inserção da EA nas escolas das redes oficiais, como por exemplo:

- Projeto Várzea - IPAM já implantado em 4 comunidades da Ilha de Ituqui de Santarém e em fase de expansão para outras 56 escolas do município e também na Reserva Extrativista do Cajari no Amapá
- o projeto de Educação da Floresta Modelo de Caxiuanã em 3 comunidades da Floresta Nacional de Caxiuanã, no município de Melgaço;
- a experiência de EA numa comunidade em Paragominas, desenvolvido pelo Centro de Psicologia Experimental da UFPA.

Existe um intercâmbio entre o Pará e o Amapá através de parcerias e consultorias estabelecido entre as instituições tais como: I.A.R.A e Secretaria do Meio Ambiente do Amapá, IPAM-Projeto Várzea e Reserva Extrativista do Cajari.

O FAOR, GTA, SOPREN dentre outras organizações não governamentais atuam também nos dois estados

Ambos os estados, têm redes formadas - Fóruns, Comissões interinstitucionais, parcerias - trabalhando e discutindo Políticas de EA a sua inserção no ensino fundamental. Muitos projetos demonstrativos de EA, inseridos ou não no ensino formal, têm contribuições metodológicas fundamentais para a qualidade da implementação de um modelo de educação próprio para a Amazônia. A questão é: como operacionalizar, potencializar, instrumentalizar, apoiar, mediar as redes já criadas e os projetos demonstrativos, visando dar qualidade ao ensino EA e agilizar o processo já em curso nos dois estados

V. COMENTÁRIOS POR ESTADO DAS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A. RONDÔNIA

1. Contexto Geral

1.1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

As expedições dos bandeirantes em busca de ouro, descoberto no território do futuro Estado de Rondônia no início do século XVIII, foram cruciais para assegurar o domínio português da região, que pertencia oficialmente à coroa espanhola, de acordo com o Tratado de Tordesilhas. Até o final do século anterior, apenas missões jesuíticas pontuais assentavam-se na área, além dos povos indígenas, os legítimos ocupantes do lugar. A primeira fase de ocupação no período colonial, porém, foi bastante efêmera e esparsa (OLMOS et alli, pp 11-12), devido à dificuldade de navegação fluvial e à presença de várias comunidades indígenas, entre outros fatores.

Foi a extração da borracha no final do século XIX que definitivamente abriu o território à ocupação humana, especialmente de migrantes nordestinos, como no vizinho Estado do Acre. O povoamento solidificou-se com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, obra resultante do Tratado de Petrópolis, assinado em 1903 entre Brasil e Bolívia como compensação ao país vizinho pela perda do território do Acre. A ferrovia gerou a formação de dois núcleos urbanos, Porto Velho, no início da linha, e Guajará Mirim, no trecho final.

Com a crise da borracha, motivada pela concorrência com os seringais de cultivo da Malásia, que ofertavam um produto mais barato ao mercado, a expansão do povoamento na região se desarticulou, o que, somado à constante preocupação do governo federal em relação à sua imensa fronteira desabitada, levou à criação em 1943 do Território do Guaporé, cujo nome mudou para Rondônia em 1956.

Até a metade da década de 60, a economia do agora Território de Rondônia continuou fincada sobre o extrativismo vegetal, principalmente da borracha e da castanha-da-amazônia (como os acreanos denominam a castanha-do-pará)

Contudo, o curso histórico de Rondônia a partir de meados dos anos 60 passou a refletir diretamente os desdobramentos do projeto de integração nacional da ditadura militar implantada pelo Golpe Militar de 1964, onde a ocupação humana e econômica da Amazônia jogava um papel estratégico, aliada à necessidade de aliviar a pressão demográfica nos centros de maior densidade populacional e a tensão no campo, onde a concentração da terra no Nordeste e no Centro-Sul do país provocava a migração de centenas de milhares de pessoas para as cidades e áreas de fronteira agrícola. Rondônia oferecia como moedas fortes para o projeto integracionista dos militares a descoberta de cassiterita em seu território e a larga disponibilidade de Terras da União.

A abertura da BR-364 (rodovia Cuiabá-Porto Velho) nos anos 60 (dependendo da fonte, fala-se em 1964 ou 1968) inaugurou um período de devastação no então território federal de Rondônia. Planejada para aliviar a tensão fundiária no Centro-Sul, esvaziar a demanda por reforma agrária e alimentar o projeto de integração nacional da ditadura militar, a colonização das terras ao longo da rodovia foi promovida pelo órgãos oficiais sem preocupação quanto aos impactos socioambientais do empreendimento. Atraídos pela promessa de terra barata, colonos de vários Estados brasileiros passaram a seguir em direção ao território cortado pela BR-364, provocando um salto espetacular na população local, que cresceu dos 113,7 mil pessoas em 1970 para 492,7 mil em 1980, um acréscimo de 333,3% em apenas dez anos.

1.2 POLONOROESTE ASFALTA BR-364 E AMPLIA DEVASTAÇÃO

Durante a década de 80 foram asfaltados 1.500 km da estrada, graças ao Polonoroeste (Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil), criado pelo Governo Federal e financiado pelo Banco Mundial. Além da pavimentação da rodovia, o programa incluiu medidas para promover na região o desenvolvimento socioeconômico ordenado e a proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas.

As obras de asfaltamento da BR-364, inauguradas em setembro de 1984, antes do previsto, foram acompanhadas por uma série de problemas como o aumento no fluxo migratório interestadual e dentro do próprio Estado, o abandono de projetos de colonização pelos agricultores, a concentração fundiária, as taxas galopantes de desmatamento, o aumento estrondoso da incidência de malária, a invasão das terras indígenas e outras unidades de conservação, a exploração desenfreada de madeira, a expansão das áreas urbanas e do garimpo. A população do Estado mais que duplicou, alcançando 1,130 milhão de pessoas em 1991. Apenas nos anos 80 entraram em Rondônia 938 mil pessoas, o maior fluxo migratório já recebido pelo Estado, o que levou o IBGE a projetar um total de 1,6 milhão de habitantes para 1991. A previsão só não se cumpriu porque estima-se que 30% da população migrou para outros Estados naquela década (Perdigão et alii, 1992).

Fora os impactos enumerados acima, o programa pautou-se pelo desvio de recursos, falta de recursos humanos capacitados para a implementação das tarefas previstas e ações do governo de Rondônia contraditórias com os objetivos socioeconômicos e ambientais do Polonoroeste, como a construção de estradas e áreas ambientalmente sensíveis. Por tudo isso, o Polonoroeste tornou-se alvo de uma campanha internacional de ONGs pela reforma do modelo de financiamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento, a fim de evitar que os empréstimos continuassem dando suporte à devastação ambiental.

1.3 PLANAFLORO TENTA CORRIGIR DESACERTOS

Para corrigir os desacertos do Polonoroeste, o governo de Rondônia, novamente com o apoio financeiro do Banco Mundial, elaborou o Planaflo (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia) na Segunda metade dos anos 80. O Plano, no valor de US\$ 228,9 milhões, foi concebido pelo BIRD como uma inovação, pois seu modelo de gestão privilegiava a descentralização e a participação da sociedade civil.

O Planaflo começou a operar em 1993, o primeiro dos 4 anos previstos para sua fase inicial. Segundo o Programa Amazônia da Amigos da Terra (Amigos da Terra/Oxfam, 1997), vários problemas ocorreram durante a execução do projeto, como o desvio de recursos, o excesso de gastos na máquina governamental e obras de infra-estrutura, o fraco desempenho de atividades de conservação ambiental e desenvolvimento comunitário, enquanto se agravavam o desmatamento e os conflitos pela terra, falta de sustentabilidade política, porque os grupos econômicos poderosos controlavam a atuação dos órgãos executores do projeto, fragilizando a implementação de ações do segmento ambiental, como o zoneamento e a fiscalização das unidades de conservação, e a não-realização da auditoria anual dos gastos políticos e econômicos dominantes no Estado.

Em junho de 95 a Amigos da Terra e o Fórum das ONGs solicitaram uma investigação do Planaflo ao Painel de Inspeção do BIRD, que resultou na realização do Seminário de Meio-Termo, em junho de 96, em Porto Velho, que levou a um acordo para a reformulação substancial do projeto, incluindo a criação do PAIC (Programa de Apoio a Iniciativas Comunitárias), em contraste com o modelo de gestão centralizada em órgãos governamentais em vigor até aquele momento. Mesmo assim, diversos problemas continuaram existindo na execução do Planaflo, como a desarticulação entre as políticas governamentais e as iniciativas do projeto, a precariedade na capacitação técnica das entidades não-governamentais e órgãos do próprio governo, os gastos exagerados em infra-estrutura, a falta de contrapartida do Estado para ações de conservação ambiental e apoio às áreas indígenas.

Para a Amigos da Terra, a criação do PAIC não representou uma solução generalizada para os problemas de gestão do Planaflo e para a forte influência de grupos políticos e econômicos dominantes sobre a implementação do projeto e as políticas públicas relacionadas à utilização dos recursos naturais. Ao contrário, a ONG viu na reformulação do projeto, que alocou boa parte dos recursos para o

PAIC e o asfaltamento de estradas, uma descaracterização de sua concepção original, que visava o desenvolvimento regional sustentável, por meio de um gerenciamento dos recursos naturais.

O Planafloco deve terminar em 2000, mas já tem substituto, a Agenda Úmidas, um documento formulado por meio de um processo participativo, que envolveu os diferentes segmentos da sociedade rondoniense, e contou com o apoio do IBAMA e do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. A implementação da Agenda Úmidas, que terá como objetivo implementar o desenvolvimento sustentável no Estado, por meio de programas de otimização produtiva na Zona 1, a mais ocupada, e de conservação dos 16 milhões de hectares de florestas do Estado, entre outros, exigirá recursos da ordem de R\$ 3,5 bilhões por um período de cinco anos.

Outra iniciativa que pode ajudar a conter o avanço do desmatamento no Estado é a Agenda Positiva, cujo documento foi aprovado em seminário realizado em Porto Velho, no final de julho de 1999. A Agenda Positiva é uma idéia da SCA (Secretaria de Coordenação da Amazônia), do MMA (Ministério do Meio Ambiente), que está realizando seminários públicos em todos os Estados da região, com a finalidade de fomentar a negociação com governo, setor privado e sociedade civil de alternativas viáveis para conter o avanço do desmatamento

1.4 NOVA ROTA DAS MIGRAÇÕES AVANÇA PARA O INTERIOR

Na segunda metade dos anos 90, o fluxo migratório praticamente se estancou em termos interestaduais. Porém, agravou-se o problema das migrações dentro do Estado, conforme apontou o padre Valdecir Molinari, responsável pelo CEPAMI (Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes), em Ji-Paraná. Municípios situados ao longo da BR-364 que receberam forte contingente de migrantes durante as décadas de 70 e 80 estão perdendo parte expressiva de seus habitantes, que têm se deslocado nos últimos anos para as regiões de Buritis e Nova Mamoré, no noroeste do Estado, e São Francisco do Guaporé, no sudoeste, perto de Costa Marques, no Vale do Guaporé, região que é considerada santuário ecológico de Rondônia e ainda livre de pressões econômicas expressivas.

O mapa oficial do Estado vendido em livrarias e bancas de jornais nem retrata ainda o processo de ocupação de Buritis e São Francisco do Guaporé, revelando quão recente e ameaçadora aos recursos naturais é essa nova frente de expansão. O município de Vilhena, por exemplo, teve sua população diminuída de 60.381 habitantes em 1980 para 39.260 em 1990. Ji-Paraná reduziu de 122.124 para 97.710 habitantes no mesmo período.

Além de avançar para o interior do Estado, em áreas distantes da BR-364, onde os recursos naturais estão mais protegidos, os colonos dirigem-se também para Porto Velho, inchando a periferia da capital rondoniense, e regiões do Mato Grosso e do Amazonas.

O que tem ocorrido, conforme explica o padre Valdecir, é um recorrente processo de exploração dos pequenos colonos pelos grandes proprietários. Os agricultores se estabelecem na terra virgem desmatam, vendem madeira para as serrarias e plantam café, feijão e outras culturas anuais. Com o empobrecimento do solo, cai a produtividade agrícola, terminam endividados e cabam vendendo a terra para os pecuaristas. Com o mísero recurso resultante da transação, seguem para o interior, longe da rodovia, em áreas de mata virgem, onde adquirem um terreno de 21 alqueires por R\$ 1.000, por exemplo, de um grande proprietário.

Esses novos fluxos migratórios levantam a urgência de acelerar as ações envolvidas na estratégia de melhorar as condições da produção agropecuária na área de influência da BR-364. Defendida pelo Planaflo, pelo PPG7 e pela Agenda Positiva (aprovada no final de julho em Porto Velho, por consenso entre MMA, governo do Estado e sociedade civil), essa estratégia tem como objetivo aumentar a produtividade agrícola e animal, incrementar os sistemas agroflorestais e recuperar áreas degradadas na região. A idéia é otimizar a exploração econômica, de forma sustentável, na região da rodovia, a fim de reduzir e eliminar a pressão de ocupação da área localizada entre Guajará-Mirim e Costa Marques, que abrange o Vale do Guaporé e a área da serra dos Pacaás Novos, onde nascem vários rios importantes do Estado.

Como fruto de toda essa ocupação desordenada, de colonos, madeireiras e médios e grandes fazendeiros, Rondônia registrava em 1997 uma das maiores taxas de desmatamento em toda a Amazônia, 23% da cobertura original. Apesar disso o Estado tem uma das mais amplas redes de unidades de conservação no país, embora muitas delas continuem apenas no papel, sem infra-estrutura material e humana para serem implementadas. De sua área de 23.851.280 ha (IBGE, 1997), 38,23% são protegidos por unidades de conservação, sendo 10,86% de uso indireto, 9,2% de uso direto e 18,17% de áreas indígenas (OLMOS et alii, 1998, pp. 27;48;88).

1.5 POR UMA AGENDA MARROM

Qualquer discussão sobre a Agenda Verde tem como uma de suas estrelas a Amazônia. No entanto, a dimensão urbana da Amazônia precisa ser incorporada no planejamento do desenvolvimento sustentável da região, como recomenda a publicação *Políticas Públicas para a Amazônia 97/98* (Amigos da Terra, 1998), incluindo a formulação de estratégias de Educação Ambiental para o Estado.

Em que pese a população urbana já compor quase dois terços dos habitantes da Amazônia, “infelizmente, muitas iniciativas de gestão ambiental têm se centrado nas florestas de forma isolada” (Amigos da Terra, 1998, p. 71). O problema parece estar localizado nas diferentes esferas de atuação pública, e não só nos programas oficiais. Segundo Benedita Nascimento, secretária-executiva do Fórum das ONGs de Rondônia, o CEAP (Centro de Educação e Assessoria Popular) é a única entidade no quadro das não-governamentais que atua especificamente em temáticas urbanas, incluindo o meio ambiente (*veja item V – “Comentários por Estados”*).

As cidades geram impactos contraditórios sobre o meio ambiente amazônico. Como aponta a publicação da Amigos da Terra, em Rondônia, por exemplo, a concentração demográfica ao longo da BR-364 alivia a pressão de ocupação sobre o Vale do Guaporé, pelo menos no momento. "No balanço geral, parece que a intensificação da ocupação em determinados pontos alivia as pressões sobre a biodiversidade e o estoque de carbono sequestrado, bem como sobre as populações indígenas e tradicionais" (p. 70).

Outro efeito positivo do crescimento das cidades, de acordo com a publicação, é o fortalecimento de um mercado consumidor regional que substitui em grande parte o mercado externo para o qual a região tradicionalmente tem se voltado. A Amazônia urbana tem potencial para se transformar em um importante mercado verde para produtos extrativos como ao açaí, o cupuaçu e o óleo de copaíba, entre outros, que significa uma boa oportunidade de uso sustentável da biodiversidade.

Entretanto, o crescimento acelerado das cidades tem gerado condições de vida bastante precárias, pois o processo se deu sem a oferta correspondente de infra-estrutura adequada de serviços básicos como água potável, saneamento e coleta de lixo. A região leste de Porto Velho, cidade com quase 300 mil habitantes, ilustra bem o quadro sofrível da qualidade de vida nas médias e grandes cidades amazônicas, com esgoto correndo a céu aberto, lixo depositado em terrenos baldios e ruas, e alta incidência de moléstias decorrentes da falta de saneamento básico.

No caso das cidades situadas ao longo da BR-364, a remigração nem sempre se dirige para áreas urbanas, o que em tese diminuiria a pressão sobre a mata virgem, como sugere a publicação da Amigos da Terra. Tem, como dito acima, destinado fluxos humanos para áreas mais interiores do Estado, comprometendo regiões sem qualquer indício de ocupação até pouco tempo atrás.

Portanto, o desafio é integrar a dimensão urbana nas políticas ambientais em curso na região como o PPG7 e o Planaflo, promovendo a melhoria dos indicadores de qualidade de vida nas áreas periféricas, aproveitando o potencial de consumo das populações citadinas para encorpar economicamente os produtos extrativos e viabilizar, na prática, o desenvolvimento sustentável.

As escolas emergem como atores privilegiados para a integração da dimensão urbana à agenda verde, pois trabalham tanto com questões universais, nacionais e regionais, como podem fazer do meio em que vive um laboratório pedagógico vivo.

1.6 DESAFIO INSTITUCIONAL

Um dos maiores problemas a ser enfrentado pela Educação Ambiental no Estado de Rondônia é a fragilidade institucional do poder público em gerenciar um plano de desenvolvimento sustentável com credibilidade junto às agências de financiamento nacionais e internacionais. A aplicação (e desvios) desastrosa de recursos no Polonoeste e no Planaflo, programa criado para corrigir o

primeiro, minou a confiança do governo do Estado junto a instituições governamentais, intergovernamentais e não-governamentais.

Agora, a nova tentativa de implementar um plano de gerenciamento dos recursos naturais, dentro de um programa regional de desenvolvimento sustentável, virá da Agenda Úmidas, elaborada por meio de uma metodologia participativa, em que os diferentes segmentos da sociedade rondoniense foram consultados. Sua construção contou com o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB (Universidade de Brasília) e apresenta cenários tendenciais e desejáveis para as próximas duas décadas. A Agenda Úmidas é apontada como sucessora do Planaflo, que deve encerrar suas atividades no ano 2000.

Apesar dos graves problemas que cercaram a implementação de inúmeras ações do Planaflo, o programa conta com uma equipe técnica gabaritada e um volume denso e qualitativo de documentos de análise, avaliação e relatos sobre a realidade socioeconômica e ambiental do Estado. Em meio à desorganização administrativa do Estado, o Planaflo emerge como uma ilha de estudos, promovidos por consultores, que são ferramenta indispensável para o planejamento e a ação de governo.

O fortalecimento das ONGs, envolvendo capacitação de Recursos Humanos locais, e a implementação de projetos demonstrativos em parceria com escolas do Ensino Fundamental poderiam ser algumas das estratégias fomentadas no Estado por uma organização financiadora que estivesse interessada em estimular o desenvolvimento mais consistente e duradouro da Educação Ambiental junto ao Ensino Fundamental.

Para evitar sobreposições, economizar recursos e tornar mais eficaz as ações, é fundamental que uma Política Pública de Educação Ambiental no Estado de Rondônia seja construída em sintonia com projetos já em execução ou previstos, como o PPG7, que tem um Sub-Programa Demonstrativo para projetos de EA, o Planaflo, o Pronea (Programa Nacional de Educação Ambiental) e a Agenda Positiva, aprovada no Seminário "Alternativas para o Desenvolvimento de Atividades Sustentáveis-Agenda Positiva para Rondônia", realizado em 27 e 28 de julho em Porto Velho.

Promovido em todos os Estados amazônicos pela SCA (Secretaria de Coordenação da Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de definir ações consensuais entre governo, setor privado e não-governamentais para a redução das taxas de desmatamento na região, a Agenda Positiva parte do princípio que a negociação assegura resultados muito mais eficazes do que o mero uso rígido da legislação.

No caso da EA, a Agenda Positiva de Rondônia prevê no item K (Educação e Saúde) a elaboração de um programa de EA de forma participativa, considerando a necessidade de currículos diferenciados para populações extrativistas e indígenas.

Além de ser um componente específico, a educação ambiental pode contribuir de maneira expressiva para a implementação das diretrizes definidas na

Agenda Positiva, que dependem de diálogo e estratégias educativas para se tornarem efetivas.

2. Experiências Em Educação Ambiental

2.1 SETOR PÚBLICO

a) Planafloro

Apesar dos graves problemas que têm cercado a implementação do Planafloro, o programa conta com uma equipe técnica gabaritada, tendo financiado experiências interessantes em EA como programas de rádio, cursos de capacitação de professores e encontros com comunidades dos entornos das unidades de conservação.

A produção originada da pesquisa e do trabalho dos consultores do programa também é um aspecto expressivo do Planafloro, onde há um volume significativo de publicações e relatórios avaliando e sistematizando experiências no campo ambiental em geral e na educação ambiental, em particular. Sem dúvida, a execução de uma política pública em EA passa pelo estudo das contribuições analíticas e experiências desenvolvidas pelo Planafloro tanto em Educação Ambiental, como nas ações de apoio ao desenvolvimento comunitário.

Podemos destacar os seguintes projetos/atividades do Planafloro em EA:

Educação formal – A equipe de cooperação técnica PNUD/Planafloro realizou, conjuntamente com a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação), entre 96 e 98, cursos de capacitação de professores para a inserção transversal da temática ambiental no currículo escolar em Nova Mamoré, Campo Novo, Pimenta Bueno, Cerejeiras e Pimenteiras.

Educação ambiental não-formal - Sobressai nessa dimensão o programa de rádio Maritaca, veiculado semanalmente em 1997 e 1998 pela rádio Educadora, de Guajará-Mirim e retransmitido por emissoras em outras cinco cidades. O conteúdo dos programas era relacionado à educação ambiental, ao desenvolvimento sustentável e ao cotidiano sociocultural e econômico das populações residentes do entorno dos parques estaduais Guajará-Mirim, Corumbiara e Serra dos Reis e Reservas Extrativistas Rio Ouro Preto, Cautário, São Miguel e Pedras Negras.

A concepção do Maritaca foi construída em Oficinas de Capacitação Radiofônica, ministradas pela ONG Cemina (Centro de Projetos da Mulher), do Rio de Janeiro, que trabalha com capacitação de comunidades em radiodifusão ambiental, e contaram com a participação de Mara Régia, jornalista do programa Natureza Viva, transmitido pela rádio Nacional da Amazônia.

Um dos quadros de destaque do programa, que durava meia hora, era o Rádio Cautário, que veiculava informações de interesse das populações extrativistas da Resex Rio Cautário, envolvendo temas como organização comunitária, saúde, educação ambiental, além de apoiar os Planos de

Desenvolvimento das Resex de Rondônia e divulgar os Planos de utilização das reservas.

EA nas Unidades de Conservação – Foram realizados inúmeros cursos, encontros, seminários e oficinas nas áreas dos entornos dos parques estaduais, com a finalidade de abordar temas como educação ambiental nas escolas, zoneamento, legislação ambiental, organização comunitária, regularização fundiária, desenvolvimento e proteção do meio ambiente.

Entretanto, como aponta OLMOS et alii (1998), a implantação de programas de educação ambiental exclusivamente pelo Estado mostrou-se inviável. A alternativa encontrada em 1997, portanto, foi terceirizar os serviços de EA nos arredores dos parques estaduais.

O desafio enfrentado agora pelo Planaflores é vencer os problemas de ordem burocrática que têm retardado a contratação de instituições para a implementação dos subprogramas de Educação Ambiental dos parques estaduais de Corumbiara, Guajará-Mirim e Serra dos Reis. Os termos de referência dos contratos estão prontos desde 1997. Ora o motivo se localiza na desistência das instituições proponentes, ora no valor superior dos serviços oferecidos em relação à disponibilidade orçamentária do Planaflores. Os termos de referência foram reformulados e espera-se que logo o processo de contratação termine. Segundo OLMOS et alii (1998), o processo tem se mostrado extremamente lento devido à complexidade e abrangência das atividades, à falta de recursos e de instituições privadas e não-governamentais interessadas no programa.

Mais um sinal de fragilidade institucional em Rondônia tem sido a demora na assinatura de convênios com ONGs para a gestão compartilhada dos parques estaduais de Serra dos Reis, Guajará-Mirim e Corumbiara. Com a lentidão do processo, várias entidades desistiram de pleitear a escolha para a parceria na gestão dos parques.

b) CIEARO (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de RO)

É importante acompanhar o processo de retomada efetiva das atividades CIEARO que há quase dez anos vem articulando pessoas e entidades para o fortalecimento da EA e no ano passado foi oficializada pelo governo. Reivindicação do próprio movimento social, a legalização acabou desembocando no esvaziamento da CIEARO, por conta dos encaminhamentos oficiais, que centralizaram na esfera governamental a coordenação da comissão.

Com a ida de Fany Mamede, do MMA, a Porto Velho, em julho de 99, a perspectiva é que a CIEARO seja reativada de fato, com o apoio do governo estadual, embora ainda haja muita desconfiança quanto a isso no âmbito das entidades não-governamentais e personalidades ligadas ao mundo acadêmico. A presença do MMA no Estado acabou funcionando como uma pressão indireta sobre o Executivo, pois o governo federal está condicionando o apoio a projetos à criação de fóruns estaduais que planejem e integrem as ações em EA.

Uma das principais referências da CIEARO no período pré-oficialização é a professora Sandra Kelly, chefe do departamento de Geografia da UNIR (Universidade Federal de Rondônia), que é uma fonte indispensável para o registro de boa parte da história da educação ambiental em Rondônia na década de 90. A professora coordena também o curso de pós-graduação (em nível de especialização) em EA da UNIR, da qual também é uma das articuladoras das discussões sobre meio ambiente.

A recomposição da CIEARO aparece como vital para inserir o Estado no debate sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela lei 9.795/99. Durante a visita de campo, percebi que muitos dos interlocutores desconheciam que a lei já tinha sido aprovada.

c) IBAMA

O órgão promove um trabalho de apoio à organização comunitária em uma comunidade de pescadores na Cachoeira do Teotônio, junto ao rio Madeira, no município de Porto Velho. A finalidade é incentivar os moradores do local a proteger a área da pesca predatória, incentivando o turismo ecológico, por meio da educação ambiental. Em setembro e outubro, época da piracema, 5.000 a 6.000 pessoas dirigem-se à Cachoeira do Teotônio para pescar. Boa parte dos peixes é jogada fora. A rápida visita à comunidade de pescadores, que fica a quase uma hora e meia do centro de Porto Velho, revelou a existência de outros problemas ambientais, como tratamento inadequado do lixo, além da pesca predatória.

Os pescadores dizem que o pescado tem diminuído bastante depois que pescadores estranhos à comunidade passaram a utilizar barcos e redes com maior capacidade de aprisionar os peixes.

Segundo os técnicos do NEA (Núcleo de Educação Ambiental) do IBAMA, as condições de trabalho são as mais precárias. Praticamente, o setor está trabalhando sem orçamento, dependendo de parcerias para poder viabilizar suas atividades. A biblioteca do órgão, embora bastante defasada, é muito procurada pelas escolas de Porto Velho para a consulta de temas ambientais. Porém, não está sendo realizado um trabalho de reflexão junto às escolas no sentido de inserirem a temática ambiental de forma transversal nos currículos, seguindo a proposta dos PCNs.

d) Polícia Ambiental

A procura de financiamento, o Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar de Rondônia desenvolveu o projeto Garças, uma espécie de centro de educação ambiental numa área de mata preservada de 517 hectares no município de Porto Velho. O centro contaria com trilhas, salas para encontros e atividades lúdicas e espaços para o aprendizado sobre temáticas ambientais. Além da formação dos policiais do Batalhão Ambiental, o projeto Garças tem como objetivo oferecer subsídios e espaço especializado para a comunidade escolar do Estado.

Tive uma reunião com alguns oficiais do batalhão na sede do IBAMA. O projeto físico parece interessante, embora sua concepção tenha influência militar. o que não surpreende Mas a proposta não foi elaborada em parceria com outras pessoas e entidades com maior experiência em Educação Ambiental. o que fragiliza sua abrangência e sintonia com o debate atual sobre a EA Também solicitaram apoio do WWF.

e) Educação

- Escolas assumem mais a EA, mas ações são pontuais

As visitas às escolas, ainda que limitadas em número e tempo foram suficientes para clarear o papel estratégico que a instituição educacional desempenha na construção de sociedades sustentáveis, emergindo como um espaço privilegiado para a EA ocupar O trabalho com crianças e adolescentes propicia uma economia de recursos de várias ordens no futuro. Em que pese esse papel estratégico da escola na formação das novas gerações, o setor de educação tanto no município de Porto Velho como no Estado parecem mergulhados no caos. O que anima é o esforço percebido em algumas escolas por parte de diretores, supervisores e alguns professores em tocar desenvolver a EA, ainda que sem apoio efetivo do poder público

Também conversei com alunos de várias escolas, tanto com a classe reunida na sala de aula como individualmente. Os alunos de 1ª a 4ª séries realmente demonstram muita alegria por estar na escola e se envolvem intensamente nas atividades de EA desenvolvidas tanto pelo professor na sala de aula como pela escola em gincanas e festas. Já os alunos de 5ª a 8ª séries costumam apontar a sala de aula como um espaço de obrigações, mais do que de prazer. E dizem que querem que a escola os leve mais vezes a lugares como parques.

Elenco a seguir alguns aspectos que chamaram a atenção nas visitas e conversas, tanto por minha própria percepção como nos comentários de educadores com os quais conversei junto às escolas e às equipe de EA das secretarias. Ressalto que são comentários generalizantes e devem ser tomados mais em caráter opinativo. Um trabalho específico de especialistas em educação seria necessário para verificar sua procedência e desenvolver uma análise mais acurada sobre a relação da educação ambiental com o segmento educacional escolar no Estado de Rondônia.

- A EA como tema transversal flui mais na primeira fase do Ensino Fundamental, em função de um professor lidar com todas as disciplinas e permanecer por mais tempo na escola, o que facilita o planejamento e o envolvimento com as atividades extra-classe. Também acredito que as crianças nessa faixa etária estão mais sensíveis ao novo e ainda não solaparam sua cota de prazer de estar na escola.

- Na Segunda fase do Primeiro Grau, de 5ª a 8ª séries, o trabalho com EA integrado aos conteúdos disciplinares fica mais problemático, pois o professor não dispõe de tempo suficiente para leitura, reflexão e planejamento, tendo que

ministrar muitas aulas em várias escolas. a fim de aumentar seu vergonhoso salário Isso dificulta o planejamento coletivo e por disciplina em torno de temáticas comuns;

- Falta apoio pedagógico ao planejamento das escolas, que acabam participando de atividades gerais das secretarias, mas sem uma reflexão e uma capacitação monitorada que potencialize a discussão ambiental;

- Projetos das secretarias municipal e estadual têm duração curta e geralmente são interrompidos e abandonados com a troca de governo,

- A rotatividade de professores nas escolas afeta a continuidade dos projetos e mina os esforços empreendidos na participação em cursos de capacitação.

- Há poucos subsídios para alimentar as atividades de EA bem como um processo de formação continuada dos docentes. Foram recebidos muitos pedidos para que o WWF envie materiais interessantes às escolas,

- ONG e escolas aparecem como realidades distantes. As ONGs, em geral, desconhecem com profundidade a dinâmica específica de uma escola do Ensino Fundamental, que envolve obrigações curriculares, burocráticas, calendário de datas festivas, eventos, cronograma de realização de atividades especiais, a relação com os pais de alunos, questões de comportamento e etc por sua vez a escola também não está acompanhando de perto a atuação das ONGs na esfera ambiental, com a finalidade de incorporar no seu processo pedagógico experiências comunitárias com a temática ambiental;

- A TV Escola do Ministério da Educação é um instrumento útil para os professores abordarem a questão ambiental em suas aulas. Algumas escolas visitadas contam com salas bem organizadas para os alunos assistirem os programas da TV Escola. Professores responsáveis pela sala procuram ou são procurados por seus colegas a fim de selecionar o programa mais adequado para atender objetivos específicos do currículo;

- A Semana do Meio Ambiente, em junho, transformou-se em muitas escolas como um dos principais eventos do calendário, o que indica uma incorporação mais sólida do meio ambiente como temática prioritária na vida escolar. Muitos educadores ambientais criticam escolas que resumem sua ação em EA a eventos e datas festivas. Entretanto, percebemos nas visitas que a Semana do Meio Ambiente envolve palestras com a comunidade, gincanas de ervas medicinais, trabalhos em sala de aula sobre poluição, desmatamento, transmissão de filmes sobre assuntos ecológicos na TV escola, numa amplitude e formato muito mais integral do que as velhas comemorações do Dia da Árvore. Seria uma contribuição bastante expressiva do WWF oferecer kits com materiais impressos, jogos, vídeos e etc como subsídio à Semana do Meio Ambiente, envolvendo realização de programações especiais conjuntas com TVs educativas, como ocorreu este ano em função da campanha pelo Snuc (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

- Secretaria Municipal de Educação

Na Secretaria Municipal de Educação da capital rondoniense, uma única pessoa, Shirleny de Oliveira Guillen, cuida do programa de aceleração de

aprendizagem e de todos os temas transversais previstos nos PCNs, incluindo a Educação Ambiental. Muitos projetos e atividades foram realizados em âmbito municipal nos últimos anos. Vários deles por meio de parceria com a FIMA (Fundação Instituto de Meio Ambiente, municipal), representada pela professora Fátima Moreira, mas sem integrarem um planejamento de mais longo prazo, o qual inexistente. Falta ainda uma sistematização do que já foi efetuado, com estudos, análises e projeções.

Shirley e Fátima também reclamam da marginalização dos educadores envolvidos com a EA, tanto na estrutura técnica da secretaria, como nas escolas, na convocação pelo secretário municipal da educação para encontros e cursos do MEC ou outros órgãos federais em Brasília ou outros Estados. O secretário, segundo as educadoras, costuma enviar aos eventos pessoas sem relação com o trabalho de EA.

Uma escola que mostra abertura para um trabalho de inserção da temática ambiental no currículo é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Darcy Ribeiro, cuja vice-diretora, Carmelita Rodrigues de Sousa Diniz, foi uma das responsáveis pela realização da Semana Pedagógica sobre Temas Transversais no primeiro semestre de 1999.

É importante ressaltar que tanto Shirley como Fátima se mostram bastante envolvidas com a idéia da Educação Ambiental, são do tipo "pau pra toda obra", organizam atividades, vão às escolas, usam o próprio carro às vezes e etc.. Estão, contudo, muito desanimadas com as condições de trabalho e salário. Na FIMA, por exemplo, o prefeito demitiu quase toda a equipe este ano, o que fragilizou ainda mais o trabalho de EA da fundação junto às escolas municipais, que contavam com o apoio de vários dos técnicos demitidos. A Secretaria Municipal também dispensou muitos funcionários, o que sobrecarregou Shirley.

- Secretaria Estadual de Educação

O quadro na Secretaria Estadual também é de profundo desânimo. A equipe de EA da secretaria conta atualmente com três pessoas, sendo que uma delas cuida especificamente da educação indígena. Inexistem recursos financeiros e materiais pedagógicos de apoio às atividades em EA.

Falta sistematização de experiências, planejamento e apoio técnico-pedagógico às escolas para desenvolver a EA. São desenvolvidas atividades como a premiação da escola mais limpa, plantio de árvores e cursos de capacitação. Afinal, esses cursos parecem ser o forte do histórico do trabalho da secretaria em EA. Contudo, são ministrados normalmente junto a professores de Porto Velho e não há acompanhamento junto às escolas dos desdobramentos dos treinamentos.

Também comenta-se na secretaria sobre desvio de verbas liberadas pelo Planaflores à equipe de EA para a aquisição de automóvel, equipamentos e a realização de encontros de capacitação com professores.

As reclamações sobre as precárias condições para a equipe de EA trabalhar e a solicitação de apoio por parte do WWF tomaram boa parte da conversa com este consultor, pois emergiram de maneira intransponível à medida em que questionava sobre os projetos que o órgão desenvolve

Escola São Luiz- A Escola Estadual de Ensino Fundamental São Luiz, no bairro JK II, é uma das que se destacam na capital rondoniense na realização de atividades de Educação Ambiental. Segundo a diretora, Clarinda de Araújo Gomes, o meio ambiente é inserido nas disciplinas como tema transversal, o que é propiciado pelo planejamento coletivo da programação de aulas.

Várias de suas salas de aula contam com hortas de plantas medicinais. pois a parte lateral das classes é aberta. No primeiro semestre de 1999, uma gincana mobilizou toda a escola em torno das plantas medicinais. Os alunos tinham como missão buscar alguma pessoa da comunidade que soubesse explicar para a platéia as funções medicinais do vegetal na hora de realização do evento

- Movimento Raimundo

Cabe retomar a história da participação de Rondônia no processo de elaboração da publicação *Muda o Mundo, Raimundo!*, do WWF, no qual Nanci Rodrigues, hoje no CNPT-IBAMA, em Porto Velho, esteve envolvida. A experiência do Estado com o Raimundo, que gerou desdobramentos como cursos de capacitação de professores e atividades de EA que promovessem uma reflexão dos profissionais de ensino sobre suas práticas educacionais cotidianas, pode servir como subsídio metodológico para trabalhar a temática ambiental nas redes de ensino de Rondônia.

Nanci Rodrigues questionou o WWF sobre a descontinuidade das atividades do Movimento Raimundo, embora ela tenha claro que a responsabilidade pelo projeto passou para o Instituto Brasil de Educação Ambiental. Nanci demonstra um bom preparo para gerenciar processos de capacitação e execução de projetos de EA nas escolas. Para ela, a EA mais do que atividades soltas é um processo, que deve interferir em mudanças do processo educativo como um todo.

Escola Rio Branco – A EEEFM (Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio) Rio Branco, de Porto Velho, foi uma das escolas participantes do processo de elaboração do *Muda o Mundo, Raimundo!*. Uma das professoras mais atuantes em EA, Raimunda Nanci Pereira, da área de geografia, conta que o meio ambiente é uma das temáticas transversais abordadas no currículo da escola. O evento de peso da unidade é a promoção anual da Feira de Cultura, em novembro, onde os alunos expõem maquetes de barro, madeira e palha relacionadas ao assunto comum tratado em cada bimestre. Lixeiras e apagadores que ficam nas salas de aula são feitos com material reaproveitado nas aulas de Educação Artística.

Segundo Raimunda, neste ano a escola sofreu uma intervenção relacionada a questões político partidárias, o que provocou a mudança da direção

e a transferência de vários professores, desestruturando o processo de planejamento e execução de atividades, incluindo as de EA. A escola tem uma infra-estrutura invejável em relação à média do Estado, contando com aparelhos de televisão e videocassete em todas as salas de aula. Câmeras estão espalhadas por toda a escola, o que assusta à primeira vista, mas são justificadas pela escola em função da utilidade para a redução de atos de violência

V.A.2.2 SETOR NÃO-GOVERNAMENTAL

A incipiência da EA como campo explícito de atuação das ONGs rondonienses sugere a necessidade de propiciar canais de intercâmbio, formação e debate em Educação Ambiental para/com movimentos ambientalistas ou que apresentem uma linha ambiental nas suas ações.

Interior

As visitas no interior se concentraram na região de Ji-Paraná, incluindo Ouro Preto D'Oeste, nas áreas dos projetos de colonização da BR-364. É uma região estratégica para a promoção de ações que compatibilizem a exploração agrícola com a recuperação e conservação dos recursos naturais. Os desacertos dos projetos de colonização nessa região acabam causando movimentos de migração internos no Estado em direção a áreas de mata nativa. Por isso, a educação ambiental na área de influência da BR-364 deve estar atenta a projetos que desenvolvam modelos produtivos sustentáveis, do ponto de vista agrônomo, econômico e ambiental, a fim de evitar o êxodo e reduzir os indicadores de degradação do solo, das águas e da floresta.

Para a própria política do WWF de fortalecer iniciativas conservacionistas na região, a área de influência da BR-364 é estratégica, pois a viabilização de uma economia baseada nos sistemas agroflorestais, que gere renda e trabalho, poderá economizar no futuro um montante significativo de recursos em fiscalização e proteção das unidades de conservação. Estruturados social e economicamente, dentro de princípios de sustentabilidade, os colonos da BR-364 não mais contarão com justificativas de sobrevivência para novas ocupações na floresta.

a) APA-Associação dos Produtores Alternativos/Ouro Preto D'Oeste

Uma das experiências com maior potencial demonstrativo na Amazônia em relação à produção sustentável em área degradadas é a da APA (Associação dos Produtores Alternativos), de Ouro Preto D'Oeste, na região de influência da BR-364, que reúne 150 pequenos produtores em cerca de 200 hectares. Foi fundada em 1990 por dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, preocupados com o desmatamento, a concentração da terra e a remigração de colonos assentados em terras cortadas pela BR-364.

Com o lema "Produzir sem Destruir", a APA constituiu-se como um instrumento de apoio à produção e comercialização de produtos alternativos à agropecuária tradicional. O carro-chefe que alavancou a entidade foi o mel de

abelha, escolhido pelos agricultores a partir da reflexão sobre o bom potencial de retorno de renda e de sua importância do ponto de vista da conservação ambiental, que o faz uma ferramenta informal de educação ambiental dos produtores

Ao longo da década de 90, a APA estimulou a diversificação de alternativas produtivas por meio da implantação de açudes e consórcios agroflorestais, onde se combina o cultivo de culturas permanentes como a pupunha, o cupuaçu, o açaí e o café com essências florestais (freijó, teca, ipê e mogno, entre outras), fundamentais para o processo de polinização. A APA está implantando uma indústria para a industrialização de polpa de açaí, araçá-boi e cupuaçu

Há uma atenção especial para a questão de gênero, que se traduziu na formação de um grupo de mulheres que produzem doces caseiros e conservas de palmito de pupunha. O grupo também promove cursos sobre relações de gênero e organização comunitária.

Os dirigentes da entidade demonstram interesse em desenvolver um trabalho mais amplo junto às escolas sobre a questão ambiental. Mas não há atualmente um projeto específico de Educação Ambiental. É bastante interessante a ligação da APA com a EFA (Escola Família Agrícola), da cidade, onde os associados implantaram uma pequena área de cultivo consorciado para ser um espaço de formação das crianças e adolescentes numa perspectiva mais sustentável da agricultura.

Ainda com relação às escolas, a APA realiza anualmente uma feira de produtos de seus associados nas escolas. A APA também colabora com as feiras de ciências das escolas, levando produtos e fitas de vídeo. Esporadicamente, os dirigentes da associação são chamados para ministrar palestras aos alunos.

b) EFA-Escola Família Agrícola

As EFAs (Escolas Família Agrícola) são instituições a serem privilegiadas no processo de articulação dos encontros regionais de EA na Amazônia, como modelo de escola rural que incorpora práticas sustentáveis no trabalho com os alunos. Em Rondônia existem quatro EFAs que atendem mais de 600 alunos oriundos de 145 comunidades rurais. Elas se constituíram numa alternativa fundamental para a continuidade dos estudos dos alunos do primeiro ciclo do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) na zona rural. A Agenda Positiva prevê o incentivo às Escolas Família Agrícola como espaços de formação e ensino formal dos membros das comunidades.

A EFA de Ji-Paraná (visitada durante o trabalho de campo) oferece a segunda etapa do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e deve fechar no final de 1999 por falta de dinheiro, segundo os dirigentes da unidade. À exceção de três monitores, como os professores são denominados, o restante do corpo de funcionários da unidade não recebe salários desde março de 1998. Os alunos são filhos de pequenos agricultores em sua maioria.

EFA's são escolas que têm as seguintes dimensões pedagógicas: a pedagogia da alternância, em que a criança fica 15 dias na escola e 15 com a família, para a qual leva atividades a serem desenvolvidas e retornadas para a sistematização na sala de aula; o plano de estudo, que define os conteúdos desenvolvidos pelos monitores, como são chamados os professores, e é elaborado conjuntamente com os alunos a partir de temas de interesse da família; visitas de estudo, como as feitas a uma estação meteorológica em função de uma aula sobre clima; e estágios em associações, cooperativas e órgãos de assistência rural.

Há uma série de práticas em campo, com preocupações ambientais, como o cuidado com o lixo, o trabalho de compostagem orgânica, o cultivo de produtos agrícolas sem o uso de agrotóxicos e as atividades no jardim. No entanto, não existe um trabalho específico, explícito e permanente de Educação Ambiental na EFA de Ji-Paraná, enquanto um programa coletivo da escola.

Os pais formam o conselho que dirige a EFA e pagam uma taxa de R\$ 50,00 mensais para suprir parte dos gastos de manutenção da escola, onde as crianças e adolescentes dormem e se alimentam. No caso da unidade de Ji-Paraná, a escola já recebeu ajuda da diocese local, de projetos internacionais, como o Misereor, e da prefeitura. Atualmente, o único apoio financeiro vem do governo do Estado, que paga o salário de três monitores até dezembro de 1999.

c) Projeto Padre Ezequiel

O Projeto Padre Ezequiel é uma referência estratégica das entidades civis que atuam na região da BR-364. O projeto, iniciado em 1988, é o braço da ação social da Diocese de Ji-Paraná e abrange trabalhos de educação de adultos, agricultura familiar e saúde alternativa. Não há formação específica em EA, mas o projeto parece ser bem amplo, organizado e articulado na região. Os coordenadores do projeto são sensíveis à questão da Educação Ambiental.

Atuando numa região de colonização promovida pelo Polonoroeste nos anos 70 e 80, o Projeto Padre Ezequiel acompanha e financia 166 associações de pequenos agricultores em projetos de aumento e melhoria da produção agrícola, além de realizar inúmeros cursos e encontros sobre gerenciamento de pequenas propriedades e troca de experiências, entre outros.

Uma das principais finalidades do projeto é fomentar o aumento de renda das propriedades, dentro de uma perspectiva harmônica com o meio ambiente, evitando o êxodo rural. Na região da BR-364, a degradação da terra, aliada à falta de assistência técnica e financeira, tem levado milhares de colonos a migrarem dentro do próprio Estado de Rondônia para áreas de mata virgem.

d) ACARAM

Criada em 1988 para apoiar os pequenos agricultores assentados ao longo da BR-364 e sua área de influência na comercialização de seus produtos, a Acaram (Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua) reúne associações de 20 municípios rondonienses. Em janeiro de 1999, com recursos do Planaflo, a Acaram lançou o caderno *Ecologia e Manejo de Agrotóxicos*, que aborda os conceitos de ecologia e ecossistemas, as relações ecológicas entre indivíduos da mesma espécie e diferentes espécies, os recursos naturais, a sociedade humana e desafios como o problema alimentar, a pressão sobre os recursos naturais e o desenvolvimento sustentável, a destruição da natureza compreendendo os efeitos do desmatamento sobre insetos e pragas, a poluição do ar e da água e procedimentos de combate à destruição. O caderno finaliza comentando o uso de agrotóxicos e técnicas alternativa aos agroquímicos, com receitas caseiras e naturais para o combate a pragas e doenças e tecnologias como o plantio direto

O amplo leque de aspectos cobertos pelo pequeno caderno de 28 páginas revela a consciência ambiental do movimento de colonos da BR-364, que há poucos anos eram acusados por setores da sociedade como cúmplices da devastação que tem avançado sobre Rondônia desde os anos 60. É claro que não se pode deduzir disso que a massa de pequenos produtores "se ambientalizou" e agora colaboram conscientemente com a defesa dos recursos naturais. Há, porém, uma "ambientalização" crescente dos pequenos agricultores, principalmente aqueles que participam mais ativamente das associações rurais e que colocam seus filhos para estudar nas EFAs (Escolas Família Agrícola). Este aspecto tornou-se visível durante as visitas e na reunião realizada com dirigentes da Acaram em Ji-Paraná.

A ACARAM é um contato estratégico para a discussão de política pública em EA junto aos colonos da BR-364. Lá estão centralizados informações, endereços, nomes e telefones das associações rurais dos municípios. Funciona junto à Acaram, por iniciativa de pessoas a ela ligadas, o Centro de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável - CECODS.

Entre os exemplos de iniciativas ambientais desenvolvidas por filiadas da Acaram, apontados na reunião do consultor com a entidade, existe uma apostila sobre agrotóxicos e alternativas econômicas, como a apicultura, que dispensam o uso de pesticidas elaborada pela associação de São Miguel, no oeste do Estado. Cursos sobre opções ao desmatamento estão sendo efetuados em áreas experimentais pela associação de Alto Paraíso, norte de Rondônia.

O presidente da Acaram, Urias Sérgio Dutra, disse na reunião, respaldado pelos outros dirigentes, que a renda influi diretamente no compromisso do pequeno agricultor com a preservação da natureza. Se renda é baixa, ele não cuida do solo e passa a vender madeira. Ele diz que o próprio governo acaba estimulando a devastação ao dificultar o acesso do colono às linhas de

financiamento, como o Pró-Rural (ligado ao FNO-Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) e o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar). “A burocracia é muito grande e demora para o dinheiro ser liberado”, afirma Dutra.

Como alternativas para assegurar renda e conservação do meio ambiente, o presidente da Acaram aponta o consorciamento de culturas permanentes. Mas diz também que a comercialização de frutas da BR-364 enfrenta problemas de mercado

PORTO VELHO

As ONGs visitadas em Porto Velho em geral desenvolvem seus projetos no interior do Estado. A capital, onde se localizam suas sedes, é o espaço de articulação com outras entidades civis e de reivindicação, e espaço de negociação junto ao Estado e a agências nacionais e internacionais de financiamento. A ação no meio urbano de Porto Velho, embora considerada vital pelo Fórum das ONGs, é limitada a uma organização, o CEAP. São poucas as experiências com projetos explícitos de educação ambiental, que acaba muitas vezes aparecendo como aspecto indireto da atuação ambiental das entidades.

e) Ecoporé

A Ecoporé (Ação Ecológica Guaporé), de Rolim de Moura, demonstra expressiva sensibilidade com a necessidade de alavancar um trabalho mais ousado de EA junto às escolas rondonienses, que se alimente da experiência socioambiental das ONGs do Estado. Numa articulação de encontros regionais, a Ecoporé surge como um ponto estratégico, pois atua tanto junto a escolas como a Reservas Extrativistas (Resex).

Mata ciliar e Água- Preserve-as - Como se reclamou em praticamente todas as visitas, a falta de dinheiro está limitando e prejudicando a implementação do projeto “Mata Ciliar e Água – Preserve-as” nas escolas de Rolim de Moura. Apesar das insistentes reivindicações, a entidade não tinha obtido apoio de organismos governamentais pelo menos até agosto de 1999

Iniciado em abril de 1999, com duração de nove meses, o projeto está sendo desenvolvido junto a 193 turmas de escolas de primeiro e segundo grau da região de Rolim de Moura, nas zonas rural e urbana. A proposta foi motivada pela crescente degradação dos cursos de água e matas ciliares.

As atividades são desenvolvidas por meio de palestras, da apresentação de um vídeo sobre o assunto da APREMAVI (uma entidade ambientalista de Santa Catarina) e de quatro programas de rádio, com o formato de debate, produzidos

para cinco emissoras: duas comunitárias, uma AM e duas FMs. Outros materiais desenvolvidos pela entidade para o projeto foram uma apostila para os professores, cartazes e camisetas, mas sua produção e divulgação está comprometida pela falta de recursos.

A Ecoporé possui uma pequena videoteca e uma biblioteca que são utilizadas pelos alunos da região para a execução de trabalhos escolares sobre meio ambiente.

f) OSR-Organização dos Seringueiros de Rondônia

Entidade representativa dos seringueiros do Estado de Rondônia, a OSR tem tido um papel fundamental na conquista das Resex (Reservas Extrativistas) e na negociação de políticas públicas de apoio à produção extrativista. Entretanto, até hoje não investiu na estruturação de uma atuação explícita em EA. Porém, os projetos de ecoturismo no Vale do Guaporé e de educação ambiental para Resex e áreas de entorno (ainda não está em execução) sinalizam para uma presença mais ativa da OSR no campo da EA.

Ecoturismo com Bases Comunitárias em Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia- Desenvolvido pela OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia), em parceria com a Ecoporé e a Aguapé (Asssociação dos Seringueiros do Vale do Guaporé, com o apoio do WWF. O projeto está sendo desenvolvido na cidade de Costa Marques, no Vale do Guaporé, e visa melhorar a qualidade de vida dos seringueiros e a conservação do patrimônio natural e cultural de duas Resex.

O projeto trabalha com dois públicos: a comunidade e o ecoturista. Por um lado os extrativistas passam a reconhecer a importância do meio em que vive, que se torna também um produto ecoturístico. Já os visitantes têm a oportunidade de aprender a lidar com os limites e o funcionamento do ecossistema das reservas extrativistas.

Várias atividades de educação ambiental informal são realizadas nas visitas dos ecoturistas, como as palestras na Reserva Biológica do Guaporé, as lendas e histórias das comunidades extrativistas, o aprendizado do trabalho de coleta do látex da seringueira. Enfim, toda a programação ecoturística apresenta componentes de EA.

Educação Ambiental para Reservas Extrativistas e Áreas de Entorno das Resex do Rio Ouro Preto e do Rio Cautário – Em agosto, o projeto ainda não estava em execução. Sua finalidade é minimizar ou solucionar conflitos ambientais entre comunidades extrativistas e do entorno das Resex e gestores públicos e privados. O projeto terá a duração de dois anos e meio e pretende atingir também alunos do Ensino Fundamental de escolas nos municípios de São Francisco, Costa Marques, Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

g) Kanindé

A Kanindé, formada por ex-funcionários da Funai e apoiada pelo WWF, diz que está querendo apostar mais na EA. Um dos seus principais projetos atualmente é o Beija-Flor, que visa a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações tradicionais e pequenos agricultores no oeste do Estado. O projeto é realizado por meio de expedições de vigilância e fiscalização das UCs (Unidades de Conservação) e do levantamento de belezas cênicas, divulgado em exposições fotográficas promovidas em universidades, escolas e prédios públicos. A exposição deste ano apresenta fotografias do Parque Nacional dos Pacaás Novos, fincado dentro da Área Indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau.

h) CUNPIR (Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Norte do Mato Grosso e Sul do Amazonas)

Não desenvolve uma ação específica de educação ambiental, que acaba aparecendo de maneira indireta em algumas atividades da entidade, como a Campanha pela Proteção e Regularização Fundiária da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Durante o primeiro semestre de 1999, a Cunpir, que é apoiada pelo WWF, conjuntamente com outras entidades parceiras na campanha, distribuiu folders e promoveu conversações com líderes comunitários e professores de escolas no entorno da área indígena.

Também houve um trabalho de limpeza ambiental na área dos índios Karitiana. A idéia agora é elaborar um material didático a partir dessa experiência para uso das escolas indígenas locais.

A Cunpir também participa do Neiro (Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia). A educação indígena foi regulamentada no final de junho no Estado e conta com um currículo diferenciado, produzido em função do meio em que vivem os povos indígenas.

i) CEAP – Centro de Educação e Assessoria Popular

A entidade é praticamente a única, entre as que compõem o Fórum das ONGs de Rondônia, com atuação específica no meio urbano, particularmente na periferia de Porto Velho. “Ainda não conseguimos introduzir a política urbana na atuação do Fórum”, admite a secretária-executiva da articulação, ligada ao Ceap, Benedita Nascimento. Segundo ela, índios, populações extrativistas e pequenos agricultores ainda são os principais focos de ação do Fórum.

Creio que a entidade é um ator obrigatório para a discussão da problemática do meio ambiente urbano na Amazônia, questão que vem sendo enfatizada em vários documentos, a exemplo do *Políticas Públicas para a Amazônia* (Amigos da Terra/GTA, 1998). A secretária de Coordenação da Amazônia, do MMA, Mary Alegretti, também chamou a atenção dos participantes

do Seminário da Agenda Positiva de Rondônia, que ocorreu em julho de 1999, em Porto Velho, para a importância de contemplar a questão urbana na discussão ambiental da Amazônia.

Embora não haja um trabalho explícito e sistemático em EA, por parte do Ceap, a organização tem acumulado uma experiência substancial na área de educação com seu inicial envolvimento na alfabetização de adultos e o acompanhamento intensivo da implantação e funcionamento das Escolas Comunitárias e parece ser bem sensível à discussão da agenda marrom, principalmente agora que desenvolve um projeto de saneamento e meio ambiente no Valão da Miséria

O Ceap foi fundado em 1985 para alfabetizar adultos pelo método Paulo Freire no contexto da ocupação desordenada da Região Leste de Porto Velho nos anos 80, composta por 14 a 16 bairros atualmente. Com o fim do garimpo e o insucesso de projetos de colonização ao longo da BR-364, milhares de pessoas migraram para a capital do Estado. As ocupações também foram motivadas pelo altos preços dos aluguéis.

Ao longo da década, o Ceap foi ampliando sua atuação para as áreas de formação política, saneamento e organização comunitária, configurando sua identidade como uma ONG de assessoria no meio urbano, alíás a única a lidar com questões típicas da agenda marrom em Porto Velho Segundo Benedita, já em meados nos anos 80 a alfabetização de adultos não era mais uma prioridade das agências financiadoras.

Os principais problemas enfrentados pelo Ceap na capital rondoniense têm sido os seguintes, de acordo com a secretária-executiva do Fórum das ONGs

- Forte miscigenação da população, aliada a uma complexidade cultural, que se reflete nas mais diversas origens dos seus moradores, desde o Sul até o Nordeste, passando pelos nativos do Estado;
- Recepção de um forte fluxo de migrantes nos anos 80 oriundo dos garimpos exauridos;
- Saneamento básico quase inexistente, abrangendo apenas 2% da população;
- Economia dependente do comércio e do funcionalismo.

A partir do final dos anos 80, o Ceap passou a assessorar as comunidades da Região Leste a implantar as Escolas Comunitárias, criadas para suprir o enorme déficit de vagas na rede pública. Nessas escolas, é a comunidade que escolhe os professores. Benedita diz que as Escolas Comunitárias receberam um forte apoio quando Roberto Sobrinho, do PT, era secretário municipal de Educação, o que levou a Prefeitura na época (gestão 93-96 com o PT na vice-prefeitura) a formar uma parceira com o Ceap para dar suporte pedagógico e de infra-estrutura para as Comunitárias.

Esgoto, doenças, mau cheiro. Esse quadro é limitado para dar conta do escândalo representado pelo Valão da Miséria, que já provocou a morte de várias pessoas. As pessoas que moram na beira desse riacho contraem frequentemente dengue, malária, leptospirose e parasitas.

A situação gritante do Valão da Miséria levou o Ceap a discutir com mais intensidade a partir de 1995 o problema do meio ambiente e do saneamento na região. Para pensar alternativas à questão, a ONG efetuou em 1997 e 1998 uma pesquisa com os moradores, que originou a necessidade de formulação de um projeto-piloto, "Saneamento e Meio Ambiente". O objetivo do projeto é melhorar a qualidade de vida das populações que habitam a área do Valão da Morte. Da experiência, o Ceap almeja extrair um modelo de desenvolvimento urbano para as cidades rondonienses.

O projeto será desenvolvido nas seguintes fases: diagnóstico da realidade, pesquisa participativa, sensibilização e organização da comunidade na busca de soluções para a problemática, construção de parcerias com outras entidades e organismos públicos e captação de recursos.

A EA será introduzida por meio de debates e palestras com sanitaristas. Contudo, o projeto não prevê um programa sistemático de EA, como diz Benedita do Nascimento.

i) Índia

Com um histórico de envolvimento com a EA, incluindo a participação no levantamento de EA anterior do WWF, a Índia não desenvolvia em agosto nenhum projeto nesse âmbito. A entidade estava na expectativa de liberação de recursos do Planaflo, que estava praticamente paralisado em agosto de 1999, para sua participação na gestão compartilhada do Parque de Guajará-Mirim, para a qual a Índia disputou uma licitação do Estado.

Ana Maria Avelar, dirigente da Índia, ficou de entregar material da entidade a este consultor, mas ainda não o fez.

B- ACRE

1. Contexto Geral

Com uma identidade mais definida, uma história que unificou a idéia de Estado e um processo de luta política iniciado nos anos 70 pelos seringueiros, o Acre apresenta uma realidade histórica, política, social, econômica e cultural bastante diferenciada da de Rondônia, o que deve ser levado em conta nas estratégias para incrementar a EA nessa unidade federativa.

Localizado no extremo-oeste da Amazônia brasileira, o Estado conta com 483.489 habitantes (IBGE, 1996), dos quais quase metade vive na capital Rio Branco (228 907 habitantes).

1.1 HISTÓRIA DE LUTA E EXPLORAÇÃO

Conquistado da Bolívia, na virada do último século, numa Revolução que por breve período o tornou um Estado independente até do Brasil, o Acre manteve sua população seringueira isolada e praticamente escravizada pelo padrão seringalista até recentemente

A expansão da produção asiática, originada por sua vez das mudas de seringueira "levadas" pelos ingleses da Amazônia para a Malásia no início do atual século, provocou no Entre Guerras a primeira crise de vulto no extravivismo amazônico. Mais barata e produzida em larga escala, em função do cultivo, a borracha asiática tornou-se mais competitiva no mercado internacional que o látex amazônico, que era extraído por milhares de migrantes nordestinos que para lá seguiam, fugidos da seca e atraídos pelo chamado ouro branco, que enriqueceu as elites seringalistas e comerciantes. O Teatro Amazonas, em Manaus, inaugurado no início do século é um dos mais expressivos símbolos da era áurea da borracha

Com o surto industrial provocado pela Segunda Guerra e a falta do produto asiático no período, a borracha acreana voltou a ser demandada pelo mercado externo. Os preços se recuperaram, novas ondas de migrantes nordestinos se deslocaram para a Amazônia, que recuperava parte do mercado perdida para os asiáticos

Mas o suspiro durou pouco. Já nos anos 50 o fantasma da crise voltava aos seringais amazônicos. Após a Segunda Guerra, a Malásia voltou a produzir em larga escala, derrubando os preços internacionais da borracha e abalando especialmente o látex da Amazônia, por causa da menor produtividade do processo extrativista.

1.2 AVANÇO DA AGROPECUÁRIA

Falidos, os seringalistas tornaram-se alvo predileto dos agropecuaristas do Centro-Sul, que investem na compra de terras para a criação de gado e a exploração de madeira nos anos 70 e 80, expulsando milhares de seringueiros da mata, que seguiram para a periferia da capital, amargando o desemprego e enfrentando as precárias condições de vida do mundo urbano. O resultado foi perverso para o Acre, cuja capital, Rio Branco, em duas décadas, as de 70 e 90, explodiu, com sua população tornando-se praticamente metade dos seus 483 mil habitantes em 1996 (Aquino, citando IBGE).

A expansão da frente agropecuária e madeireira, ainda que com menos intensidade que em Mato Grosso, Rondônia e Pará, foi acompanhada de uma série de problemas graves como os conflitos pelo acesso à terra e outros recursos naturais, a exploração insustentável da natureza, as taxas elevadas de desistência de projetos de assentamento e o crescimento desordenado de cidades como Rio Branco.

Após terem enfrentado desde o século passado o autoritarismo e a exploração do seringalista, em regime de escravidão e semi-escravidão, os

seringueiros passavam agora a lutar contra os agropecuaristas para preservar a floresta em pé, de onde tiravam sua sobrevivência, extraindo látex ou coletando castanha-do-pará.

Foi na década de 70 que se organizaram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brasília e Xapuri, com o apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e entidades civis de Rio Branco. Por meio deles, os seringueiros criaram sua mais poderosa forma de luta, o empate. Para empatar a derrubada de um seringal, os extrativistas juntavam suas famílias e se colocavam como barreiras humanas para impedir o ataque das motosserras. Nem sempre os empates eram bem-sucedidos, mas certamente significaram um aprendizado incalculável no processo de organização sindical, tomada de consciência da importância da floresta em pé e formulação da proposta da reserva extrativista.

1.3 DEFESA DA MATA LIGA ECOLOGIA À LUTA SINDICAL

Chico Mendes emerge nesse contexto, representando um grupo enorme de seringueiros que começavam a relacionar a luta pela terra com a questão ecológica. O mártir da floresta teve a habilidade de costurar alianças com diferentes segmentos da sociedade civil, desde técnicos do governo do Estado sensíveis a pensar em novas alternativas econômicas para a exploração sustentável da mata a ambientalistas de ONGs estrangeiras, sem deixar de lado o envolvimento na política local, por meio de sua militância no Partido dos Trabalhadores.

A luta dos seringueiros pelas reservas extrativistas ecoou mundo afora, contribuindo decisivamente com a incorporação definitiva pelo movimento ambientalista da ligação umbilical entre defesa da floresta e das sociedades que nela vivem há décadas e centenas de anos ajudando a protegê-la, em função de sua atividade extrativista.

Com o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, o governo brasileiro foi pressionado por instituições governamentais, não-governamentais e intergovernamentais a adotar, ainda que muitas vezes mais no papel, políticas públicas socioambientais para a Amazônia, onde os índices de desmatamento subiam em escala galopante.

O componente humano foi assumido de maneira mais firme nas políticas ambientais, que passaram a reconhecer a importância de vários projetos econômicos de associações de extrativistas e pequenos agricultores para a efetivação do conceito de desenvolvimento sustentável na região amazônica. As reservas extrativistas, concebidas pelos seringueiros em articulação com os ambientalistas, multiplicaram-se em toda a região, seja no modelo de unidade de conservação de uso direto do Ibama, seja no de assentamento extrativista, modalidade criada pelo Incra em resposta à pressão do movimento sindical em sua luta pela reforma agrária em áreas de conflito de terra.

No plano estadual, o movimento dos extrativistas desembocou num questionamento político de fundo à política tradicional que tem sido praticada no

Acre desde que foi oficializado como Estado, no início dos anos 60. A princípio liderada pelos seringalistas e posteriormente também pelos agropecuaristas, a política tradicional, banhada de violência e corrupção, deu suporte à devastação da mata. Essa exploração predatória “tem muita a ver com a falta de processos democráticos e transparentes de gestão das políticas públicas, que foram sendo “privatizadas” entre determinados grupos políticos e econômicos do Estado e de fora, para atender seus próprios interesses” (Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Diretrizes Básicas, Governo do Estado do Acre, 1999, p. 4).

O bloco político que se opôs à política tradicional e construiu um projeto de desenvolvimento sustentável para o Acre conseguiu eleger prefeitos em Rio Branco (1993-1996), Xapuri (1997-2000), a senadora e ex-seringueira e professora de História Marina Silva (1995-2002) e finalmente, em 1998, o governador do Estado, Jorge Viana, e mais um senador, Tião Viana, todos pelo Partido dos Trabalhadores, muitas vezes, como na eleição da administração estadual, em aliança com vários partidos de esquerda e centro-esquerda.

O quadro político-institucional mudou radicalmente durante 1999. Ainda que a estrutura administrativa emperre a realização de projetos, em função de vícios impregnados por anos de clientelismo, corrupção e mandonismo, as diretrizes do novo governo, que tem no desenvolvimento sustentável sua mola mestra, sinalizam para a perspectiva de fazer da floresta em pé um instrumento de progresso socioeconômico para o Acre, que gere trabalho e renda para a melhoria das condições de vida da imensa maioria da população.

1.4 ZONEAMENTO COMO EIXO NORTEADOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas do Estado serão formuladas em função das orientações do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), cuja Primeira Aproximação seria apresentada ao governador Jorge Viana em outubro de 1999. O Zoneamento é concebido pela atual administração como o eixo norteador e aglutinador das iniciativas governamentais, privadas e da sociedade em geral, respeitando as características socioculturais, econômicas e ambientais de cada região.

O objetivo do ZEE é compatibilizar os diferentes usos do território do Estado, traduzindo em prática de governo o conceito de desenvolvimento sustentável. Com as informações que estão sendo recolhidas, sistematizadas e cruzadas em inúmeros mapas, o governo vai saber com maior precisão quais regiões poderão ou não ser utilizadas de forma sustentável para o extrativismo madeireiro e não-madeireiro, a agropecuária, o ecoturismo e a criação de novas reservas extrativistas e indígenas, além de unidades de conservação como florestas de uso direto.

Programas, projetos e iniciativas oriundos das recomendações do zoneamento serão negociados pelo governo estadual com agropecuaristas, madeireiros, sindicatos, organizações não-governamentais, universidade, prefeituras e órgãos federais.

Segundo Janete Souza Santos, a concepção geral do zoneamento mudou com a posse do novo governo em janeiro de 1999. Antes, imperava uma visão acadêmica, sem a participação da sociedade civil nas discussões, diz Janete.

O ZEE do Acre inova em relação a muitos estudos de zoneamento que têm sido feitos na região amazônica devido a seu caráter analítico e à incorporação de diferentes segmentos sociais. O WWF (Fundo Mundial para a Natureza) é um dos parceiros do governo acreano no ZEE, assessorando a equipe técnica na metodologia do estudo, no treinamento dos técnicos para enfrentar conflitos socioambientais e no levantamento de biodiversidade.

Na prática, o zoneamento se desdobrará na indicação de um conjunto diversificado de áreas de conservação e desenvolvimento econômico, como as Florestas de Manejo Sustentável, unidade de uso direto que vai possibilitar a exploração racional e ambientalmente controlada do seu potencial extrativista, incluindo os produtos madeireiros.

Áreas prioritárias para a conservação ambiental serão indicadas num mapa, a partir de fatores como biodiversidade, endemismo de fauna e flora, vulnerabilidade natural e importância para a proteção de bacias hidrográficas. Entre essas áreas, podem ser mencionados os corredores ecológicos e os entornos de unidades de conservação.

Paralelamente aos estudos do zoneamento, várias medidas estão sendo adotadas pelo governo, setor privado e sociedade civil em função da Agenda Positiva do Acre-Alternativas para o Desenvolvimento de Atividades Sustentáveis, um documento aprovado em seminário realizado em julho de 1999. O encontro integrou a iniciativa da Secretaria de Coordenação da Amazônia do MMA de realizar, em 1999, seminários em todos os Estados Amazônicos para a elaboração de Agendas Positivas com alternativas ao desmatamento. A taxa de desmatamento no Acre é de 14% da mata original.

1.5 CONDIÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS FAVORÁVEIS PARA A EA

A Educação Ambiental encontra no Acre condições políticas bastante favoráveis para seu pleno desenvolvimento como política pública, formulada e implementada pelo Estado e a sociedade civil. Nutrido pelo acúmulo de experiência social de sindicatos, movimentos sociais e organizações não-governamentais, o novo governo abre a possibilidade de implementar como políticas públicas iniciativas antes restritas em espaço, tempo e abrangência, limitações impostas pela disponibilidade de recursos financeiros e humanos e pela inexistência de interesse político por parte do poder público.

Agora, toda a estrutura de governo está sendo colocada a serviço de um modelo de desenvolvimento sustentável, que combina propostas mais econômicas, como o estímulo ao aumento de eficiência da produção agropecuária e madeireira em áreas degradadas, como forma de conter o avanço sobre regiões preservadas, com projetos sociais e iniciativas de promoção da cidadania.

O Acre se diferencia de Rondônia por contar com propostas metodológicas alternativas e amadurecidas no campo da EA, em especial, e educativo em geral. Elas certamente se mostram como experiências estratégicas para a discussão e promoção de uma política pública em Educação Ambiental. São modelos que poderão inspirar o governo, a partir de processos participativos de elaboração política, a transformar a educação formal institucionalizada para que incorpore, entre outras temáticas, a Educação Ambiental como proposta transversal, na linha dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Projeto Seringueiro, Arco Íris, Educação Indígena e Agroflorestais Indígenas são os projetos que, aos olhos deste consultor, emergem como experiências demonstrativas para a formulação de políticas públicas em EA não só no Acre, mas em toda a Amazônia. Conseguiram ultrapassar o âmbito do paralelismo em relação à educação formal, uma imposição a muitas ONGs por conta da impermeabilidade do poder público à suas idéias, consolidando-se como parâmetro de ensino para suas comunidades.

No caso do Projeto Seringueiro e da Educação Indígena, sistemas de ensino completos (no sentido de dar conta da formação básica, reconhecida oficialmente pelo poder público) apresentam um rico subsídio de como lidar com a necessidade de oferecer formação ampla, universal e, ao mesmo tempo, ligada à realidade local. O Arco Íris inovou ao introduzir explicitamente a Educação Ambiental nas disciplinas do Ensino Fundamental a partir do planejamento coletivo dos professores de escolas da capital acreana. Rompeu a prática de relegar a EA a complemento e atividade extra-curricular ao relacionar conteúdos corriqueiros das disciplinas a temáticas ambientais.

Há desafios que o governo enfrenta, cujo superação joga um papel decisivo na implantação e consolidação de políticas públicas. As distâncias amazônicas, com difícil acesso a muitas comunidades extrativistas no interior do Estado, é um dos maiores problemas. Viabilizar infra-estrutura de energia e transporte, postos de saúde e escolas nas áreas extrativistas, ainda que bastante isoladas na mata, é uma questão crucial para o governo provar que é possível implementar reservas extrativistas no Estado. Estudos feitos no Acre mostram que o custo aos cofres públicos para manter um morador urbano é seis vezes maior do que para fixar um seringueiro em sua colocação (Amigos da Terra/GTA, 1998).

Uma maneira de tornar o governo mais presente em todo o Estado foi a criação de Regionais, que têm como função coordenar a implementação dos projetos da administração nas diferentes regiões.

Também é um limitante a escassez de técnicos para dar conta de todo o arsenal de projetos. A situação é tão grave que as ONGs do Estado têm demonstrado preocupação com o relativo esvaziamento técnico que as entidades sofreram com a posse do novo governo. Como é restrita a mão-de-obra especializada e politicamente comprometida com as propostas da nova gestão as ONGs forneceram a maior parte dos quadros para os cargos de coordenação do Governo da Floresta. Por outro lado, as ONGs são elemento estratégico para a articulação de parcerias e o acompanhamento crítico e propositivo em relação à

administração Como cumprir plenamente esse papel se as entidades estão um tanto esvaziadas em sua retaguarda técnica?

Há, ainda, o temor entre alguns ativistas de que a natural identificação entre governo e ONGs reduza o vigor crítico das últimas, o que seria complicado para os dois atores. Um dos princípios da nova gestão, derivada das diretrizes do Partido dos Trabalhadores, ao qual pertence o governador e a maioria dos cargos de confiança da administração, é a autonomia entre partido, governo, sindicato e movimentos sociais. O princípio da autonomia é algo importante para o governo que precisa desempenhar tarefas administrativas sem se tornar refém de um partido ou mesmo entidades civis, e para as ONGs, que devem manter o espírito crítico, opondo-se se necessário a diretrizes contrárias a seus princípios.

2. Experiências Em Educação Ambiental

2.1. SETOR PÚBLICO

A EA no Acre está sendo tratada como prioridade de governo e, enquanto política pública, vai ser definida pelo Fórum de EA, que conta com a participação de representantes de ONGs e de órgãos dos governos estadual e municipais. Ao fórum também foi atribuído o papel de organismo de planejamento e integração das atividades em EA no Acre, a fim de otimizar recursos e evitar a sobreposição de recursos e atividades.

a) SECTMA (Sec. Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente)/IMAC (Instituto de Meio Ambiente do Acre)/Coordenadoria de EA

Um dos projetos elaborados pela Coordenadoria de EA da Sectma, já na atual gestão, iniciada em janeiro de 1999, com a colaboração da FUNTAC (Fundação de Tecnologia do Acre), é o Centro de Cultura Ambiental, que vai funcionar na região do Aeroporto, com salas para cursos e encontros, além de mostras e atividades culturais relacionadas à temática ambiental. Será uma espécie de centro de referência estadual para a Educação Ambiental. Orçado em cerca de R\$ 100 mil, o centro será construído com materiais regionais, o que reduzirá o custo de implantação do projeto físico, além de funcionar como um elemento ambientalmente educativo.

Outra idéia que está sendo estudada pela coordenadoria, conjuntamente com a área de assistência social do governo, é a geração de renda vinculada à venda de papel reciclado na periferia de Rio Branco. O papel reciclado seria fornecido por escolas onde existem oficinas de reciclagem para grupos de jovens ligados a igrejas confeccionarem objetos como pastas e outros materiais que seriam adquiridos por órgãos da administração estadual.

Também será realizado um trabalho específico junto à rede de ensino, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação. Até o início de agosto, a Coordenadoria de EA do Imac estava aguardando a reorganização da SEE

(Secretaria da Educação) para iniciar estudos sobre a atuação conjunta dos dois órgãos

b) Secretaria Estadual da Educação (SEE)

A nova gestão está reformulando administrativa e pedagogicamente a estrutura da secretaria. A EA, segundo Maria Correa, diretora do departamento de Ensino Fundamental, será incorporada pela equipe multidisciplinar que estava sendo estruturada em agosto de 1999, deixando de constituir uma equipe própria. A equipe multidisciplinar será responsável pela implementação dos temas transversais dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Resta saber como a Secretaria e o Imac irão se articular para resgatar experiências como a do projeto Arco-Íris, da SOS Amazônia, transformando-as em políticas públicas estaduais. Seria humanamente impossível o educador responsável pelo tema meio ambiente na equipe multidisciplinar dar conta tanto da elaboração de subsídios teóricos para as diferentes disciplinas do Ensino Fundamental como da orientação junto às escolas para a implantação de Planos de EA, que superassem a sala de aula, incorporando a relação da escola com a comunidade, a participação cidadã e a gestão ambiental da instituição educacional.

A expectativa é que o Acre, em função da linha do Governo da Floresta, consiga combinar as áreas de educação e meio ambiente, em benefício da EA, articulação que tem se mostrado bastante limitada ou inexistente desde os níveis federal aos estaduais e municipais. Numa figura sugestiva, poderíamos sugerir que a área do meio ambiente entre com os temperos e parte do recheio e a área de educação é a espinha dorsal e vive o dia-a-dia das agruras e alegrias das escolas. Combinadas as duas áreas, o país observará um avanço significativo na construção da Educação Ambiental.

A seguir, elencamos para a atual administração estadual o Programa Respirar. Da gestão anterior, vamos destacar a produção de publicações didáticas e paradidáticas.

Programa Respirar – Composto de uma série de atividades envolvendo a comunidade, a escola, os meios de comunicação, o Programa Respirar pretende promover a redução das queimadas por meio da Educação Ambiental e é realizado pelo governo do Estado em parceria com diversas instituições, sob coordenação do Imac.

Professores estão sendo capacitados em cursos ministrados nos municípios com o apoio das prefeituras a trabalhar o tema das queimadas nas disciplinas. Um kit com sugestões metodológicas e textos faz parte da capacitação e também é levado pelo professor à sua escola.

Uma das atividades sugeridas, por exemplo, é uma excursão com os alunos da escola pelo bairro onde a unidade se localiza para a observação da prática de queima de lixo e entulho. Após o roteiro, a proposta é que os alunos construam textos e façam gráficos e tabelas.

Publicações em EA – Educação Ambiental Através dos Textos é o nome de uma publicação de 1998 que traz textos sobre água, lixo, terra e desmatamentos, entre outros, acompanhados de diversas atividades de desenho, redação, observação e interpretação. O livro é dirigido a alunos de primeira e Segunda séries do então PACDIs (Programa de Assistência às Crianças Defasadas na Idade/Série)

Outra publicação de 1998 foi a Coletânea de Textos Abordando a Questão Ambiental-Produção dos Alunos São 29 textos de alunos do Ensino Fundamental da rede estadual e algumas ilustrações.

c) Parque Zoobotânico

O Parque Zoobotânico da UFAC (Universidade Federal do Acre) pareceu ser um ponto de contato importante para um trabalho de EA na Amazônia. Além das trilhas interpretativas no próprio parque, a equipe de EA do parque desenvolve uma capacitação em EA de professores das escolas municipais de Porto Acre, embora sem algo mais amplo no sentido da inserção da temática ambiental nos conteúdos disciplinares.

Outro projeto, o de Saúde Ambiental, é efetuado na Reserva Extrativista Chico Mendes, em Xapuri, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e da Fundação Ford, e tem a finalidade de melhorar as condições de saneamento básico das moradias, por meio de um trabalho direto com os agentes comunitários de saúde, os professores e os alunos das escolas da Resex.

Também contempla aspectos de educação ambiental o Projeto Arboreto, que abrange a pesquisa e a educação agroflorestal. Entre os propósitos do projeto, estão a geração e difusão de tecnologias agroflorestais para agricultores, índios e seringueiros, a formação de agentes agroflorestais comunitários e produção de materiais educativos. Estava previsto para setembro de 1999 a realização do 1º Curso de Multiplicadores em educação agroflorestal, com a finalidade de difundir os SAFs (Sistemas Agroflorestais).

d) IBAMA

A ação do Ibama em EA pareceu bem precária. Eles alegam falta de dinheiro. Para este ano, o orçamento do órgão não destina um centavo para os setores de EA. Dessa forma, o que o Ibama tem feito é enviar técnicos para ministrar palestras e ajudar outros órgãos em atividades como o programa contra queimadas.

2.2 SETOR NÃO-GOVERNAMENTAL

As experiências visitadas no Acre diferem radicalmente das observadas no Estado de Rondônia. Ao invés de uma proliferação de atividades e projetos pontuais, o Acre oferece propostas metodológicas que nem sempre incorporam uma dimensão explícita de EA, mas emergem como modelos de políticas públicas. Tanto é que o atual governo do Estado tem discutido internamente e com as

ONGs a ampliação das experiências para todo o território acreano, não mais como projetos-pilotos. A idéia é torná-las políticas públicas, apoiadas pela estrutura governamental e dispendo de dotação orçamentária

a) Projeto Arco Íris/SOS Amazônia

A ONG desenvolveu em 97 e 98 o Projeto Arco-Íris, em Rio Branco, com financiamento do Unicef parceria com a Secretaria Estadual de Educação, cujo maior mérito metodológico foi o planejamento participativo em cada escola da inserção da temática ambiental nos conteúdos das disciplinas do Ensino Fundamental, de 1ª a 8ª séries. A proposta envolveu seis escolas -as estaduais Alcimar Leitão Anita Garibaldi, Darcy Vargas, São Francisco de Assis I e Senador Adalberto Sena e a municipal Padre Peregrino Carneiro Lima

Dois a três planejamentos foram realizados em cada uma das seis escolas durante 1998, quando era selecionado o tema a ser trabalhado no bimestre, as atividades a serem desenvolvidas pela escola como um todo e as efetuadas por cada série em seus respectivos conteúdos disciplinares.

Para aferir o impacto do Arco-Íris sobre a atuação dos professores, ao longo do ano, a equipe do SOS promoveu três avaliações. Nos resultados obtidos junto aos professores do primeiro ciclo do ensino fundamental (1ª a 4ª séries), notou-se uma sensível melhora em relação às dificuldades de inserção da temática ambiental nos conteúdos disciplinares. Na avaliação feita antes do início das atividades nas escolas, 70% dos educadores considerava difícil relacionar temas ambientais ao conteúdos de sua área. O percentual baixou para 44% na terceira avaliação, no final do ano, ao término do projeto.

Nas visitas efetuadas por este consultor às escolas Padre Peregrino, Adalberto Sena e São Francisco de Assis I, percebeu-se entre os alunos uma tendência majoritária em opinar pela importância das visitas motivadas pelo planejamento em EA e das tarefas práticas com oficinas de reciclagem e alimentação alternativa e compostagem. Uma maioria de alunos nas salas de aula visitadas disse considerar visitas externas e atividades na escola em EA, mas fora da classe, como instrumento de prazer, em contraposição à obrigação de assistir às aulas.

O Arco-Íris estimulou as escolas a promoverem visitas integradas às diretrizes estabelecidas nas reuniões de planejamento para que, além de um momento de lazer, fossem utilizadas para tornar mais atraente o aprendizado dentro e fora da sala de aula.

Concomitantemente aos planejamentos bimestrais, o Arco-Íris promoveu oficinas de alimentação alternativa, reciclagem de papel e compostagem. Para ajudar a sustentar a dimensão prática das atividades em EA e facilitar o treinamento de alunos, funcionários e professores, o projeto reequipou as oficinas de reciclagem que funcionam nas escolas São Francisco de Assis I e Adalberto Sena e forneceu um kit básico para as outras quatro escolas, contendo balde, cubas de plástico, mesa e liquidificador industrial, entre outros itens.

Embora a reciclagem seja uma das práticas em EA mais populares entre as escolas, os professores ainda apresentam grau elevado de dificuldade para trabalhar a relação da atividade com os conteúdos das disciplinas. Outro fator que atrapalha esse tipo de oficina é a baixa demanda por papel reciclado.

Foi realizado, ainda, um Curso de Capacitação em Educação Ambiental, de agosto a outubro de 98, compreendendo oito módulos ministrados por especialistas, abordando os seguintes assuntos: conceitos elementares de ecologia, problemas ambientais globais, amazônia, biodiversidade e conservação, economia e meio ambiente, política e meio ambiente, educação ambiental formal e metodologias e práticas em educação ambiental.

A rotatividade dos professores nas escolas é um dos principais obstáculos à consolidação de um projeto como o Arco-Íris. O desabafo de Francisca Veras, diretora da Padre Peregrino, é uma amostra do que ocorre na rede de ensino. Quase metade dos professores de 5ª a 8ª séries da escola teve que deixá-la, prejudicando a continuidade dos projetos.

Outro desafio é a excessiva carga horária do professor, que se multiplica em vários ao longo da semana, a fim de melhorar seus pífios salários, especialmente o do segundo ciclo (5ª a 8ª séries). Uma proposta como a do Arco Íris demanda leitura, reflexão, tempo para o planejamento e integração com o cotidiano escolar.

No primeiro ciclo do ensino fundamental, que vai até a 4ª série, a tarefa de planejar a inserção do meio ambiente como tema transversal tem sido mais bem-sucedida, porque o professor permanece na escola por um tempo maior. Como tem que dar conta de todas as disciplinas, também consegue incluir a temática ambiental nas suas aulas com mais facilidade e olhada por vários ângulos.

O envolvimento maior de alguns atores importantes como diretores e supervisores é assinalado por ex-técnicos da SOS como uma necessidade premente na implementação de um projeto de educação ambiental junto às escolas. A gestão ambiental da unidade escolar deveria ser estimulada, por meio de cursos específicos.

O Arco Íris foi um dos 14 projetos acompanhados na Oficina de Educação Ambiental em Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento (ICDPs), promovida pelo WWF entre 1997 e março de 1999.

b) Projeto 2000/SOS Amazônia

Inspirada pelo Arco-Íris, a SOS, com financiamento do MMA e do WWF e apoio do Imac (Instituto de Meio Ambiente do Acre), está iniciando a partir do próximo ano o Projeto 2000, com duração de cinco anos, que prevê finalidades semelhantes com o anterior, como o planejamento participativo da inserção do meio ambiente e a realização de oficinas de reciclagem e alimentação alternativa.

O 2000 vai abranger escolas de Rio Branco e quatro municípios do Alto Vale do Juruá, onde se situa o Parque Nacional da Serra do Divisor (Cruzeiro do

Sul, Mâncio Lima, Porto Walter e Rodrigues Alves). O prazo de cinco anos foi definida em função da especificidade do processo educativo, que gera resultados no longo prazo.

Em função das avaliações do Arco-Íris, o Projeto 2000 incluiu como um de seus objetivos a gestão ambiental das escolas, que será alcançada por meio da capacitação de administradores –supervisores e diretores- e funcionários de apoio –zeladores inspetores, cozinheiras, serviços gerais, entre outros- para implementar procedimentos que assegurem a boa conservação do ambiente escolar

Por isso, um dos indicadores de avaliação previstos no 2000 é a meta de 40% das escolas, ao final do segundo ano do projeto, apresentarem elevado grau de conservação de seu patrimônio físico e móvel e do meio ambiente escolar, incluindo redução com gastos de energia, oferta de água potável de boa qualidade, acondicionamento adequado e redução do lixo e terreno da escola limpo e arborizado.

Outro objetivo inovador da proposta é colocar professores e técnicos das escolas em contato direto com as unidades de conservação do Acre, a fim de contribuir com sua proteção, especialmente as do Alto Juruá, como a Reserva Extrativista da região e o Parque Nacional da Serra do Divisor

c) Educação Indígena: "Uma Experiência de Autoria dos Índios do Acre"/CPI-AC (Comissão Pró- Índio do Acre)

Trata-se de um projeto de educação escolar que tem como principal objetivo a formação de docentes indígenas, por meio da metodologia de autoria indígena, através da qual os índios produzem texto e ilustrações no cursos, que são utilizados na produção de material didático e paradidático.

Ele enfatiza o papel social e cultural da comunidade escolar, especialmente o trabalho social do professor em seu efeito multiplicador, atualiza o debate sobre a diversidade de culturas e línguas e aprofunda a importância do saber indígena entre as sociedades. A natureza ambiental da proposta se dá pela abordagem do controle pelos índios dos recursos naturais de suas terras, objeto de estudo principalmente nas disciplinas de geografia e ciências.

O Projeto de Autoria forma, através de cursos anuais, um grupo de 40 professores índios, atendendo 1.745 alunos em classes multisseriadas, equivalentes às quatro primeiras séries do 1º grau, em sete povos indígenas. Como um aspecto de EA do projeto, a CPI fala da fixação do índio na terra e da importância da escola para a negociação dos índios com o governo e no intercâmbio com outros povos.

É bom ressaltar que a CPI participou ativamente da elaboração do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), cujo documento foi publicado pelo MEC no final de 1998, com vários textos e desenhos dos professores indígenas do Acre. Os materiais produzidos pelos índios das escolas indígenas são de boa qualidade, muitos inclusive coloridos. Há um Atlas do Acre produzido a partir de um trabalho feito com os índios que apresenta rios,

vegetação e outras informações geográficas do Estado da forma como são percebidos pelos povos indígenas.

A metodologia da autoria indígena poderia ser utilizada em projetos de educação ambiental junto a escolas do ensino fundamental, pois estimula a criatividade, a expressão escrita e artística e o relacionamento pelo aluno da realidade local com saberes consagrados pela educação formal.

d) Formação de Agentes Agroflorestais

Iniciado em 1996, o Projeto de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas tem como finalidade preparar índios de cinco povos -Ashaninka, Katukina, Kaxinawa, Manchineri e Yawanawa- para estimular suas comunidades a introduzir alternativas econômicas, como os SAFs (Sistemas Agroflorestais), compatíveis com a conservação dos recursos naturais. O projeto acontece em três frentes: os cursos anuais no Centro de Formação dos Povos da Floresta, em Rio Branco, capital do Estado, a produção de material didático e as viagens de assessoria de consultores e técnicos da CPI-AC

A educação ambiental é trabalhada em vários aspectos, como nas aulas de artes e ofícios, ecologia, história, cartografia, manejo de palha para cobertura de casa, tecnologias alternativas e técnicas de implantação e manejo de SAFs. Nos cursos anuais, os índios produzem textos bilíngues e desenhos utilizados na elaboração de livros didáticos que subsidiam o currículo das escolas indígenas na sua discussão sobre temas socioambientais, dentro da metodologia de autoria indígena.

O projeto foi apoiado durante os três primeiros anos pelo PD/A do PPG7 e em 1999, pela SUNY (State University of New York).

Outra dimensão do envolvimento das escolas no projeto é a participação do professor indígena e seus alunos na implantação e manejo dos SAFs. Os alunos retornam para a sala de aula e registram suas ações por meio de textos e desenhos, com a ajuda de ferramentas específicas das áreas de estudos –línguas, geografia, história, ciências, matemática.

As atividades com os agroflorestais foram um desdobramento do trabalho que a CPI-AC desenvolve há 17 anos nas áreas de educação e saúde e nasceu da preocupação da entidade com a escassez de recursos naturais imprescindíveis à sua existência.

É uma experiência que pode inspirar perfeitamente o poder público e as ONGs na articulação de uma política pública em EA que combine o ensino na sala de aula com a interferência prática de alunos e professores em propostas de controle e conservação de recursos naturais.

e) Xapuri

A cidade de Xapuri é um dos pontos estratégicos na Amazônia para a experimentação e a realização de projetos na área ambiental, na linha do desenvolvimento sustentável, em função da história de luta dos seringueiros. As organizações dos extrativistas -sindicato, cooperativa e associações- desempenham papel fundamental na implementação das reservas e assentamentos extrativistas, reunindo as populações locais para discutir planos de utilização da mata, reivindicações de benfeitorias sociais e viárias, introdução de experimentos como o cultivo da pupunha, a coleta do óleo de copaíba, a pimenta longa para a extração do safrol, entre outros.

Sem surpresa, a cidade virou um dos principais laboratórios mundiais para o desenvolvimento sustentável, sendo um espaço privilegiado de atuação de instituições governamentais, como a Embrapa, o Ibama e as universidades, como das Organizações Não-Governamentais, caso do Pesacre (Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre) e do CTA (Centro de Trabalhadores da Amazônia).

Resultado da mobilização dos seringueiros, que primam pela politização, Júlio Barbosa, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, após o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, foi eleito prefeito de Xapuri pelo Partido dos Trabalhadores, no contexto de crescimento acentuado das votações dessa força política nos últimos anos, muitas vezes em coligação com outros partidos de esquerda e centro-esquerda, como atestam a eleição do prefeito de Rio Branco, em 1992, de dois senadores e do atual governador.

Até agosto de 1999, Xapuri não contava com um plano municipal de Educação Ambiental, embora haja algumas iniciativas para introduzir essa dimensão em projetos tocados pela prefeitura. Segundo o prefeito Júlio Barbosa, a administração municipal realizou em 1998 um seminário com professores sobre EA, que está sendo incorporada no currículo das escolas locais.

Outra via de introdução mais explícita da EA será o ecoturismo nas reservas extrativistas, que deverá ser incentivado por meio de parceria com o Governo do Estado.

Em agosto, a prefeitura promoveu uma Oficina de Prevenção às Queimadas com representantes das escolas, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, o Imac, a UFAC, o Ibama e a Secretaria da Agricultura. A oficina integrou o Programa Respirar, coordenado pelo Governo do Estado, que tem a finalidade de combater o desmatamento, por meio da discussão de alternativas sustentáveis para a prática agrícola e pela formação de crianças e adolescentes nas escolas. Participaram da oficina mais de 50 diretores, supervisores e professores (especialmente de História, Geografia e Ciência).

Ainda como atividade do Programa Respirar, a prefeitura, conjuntamente com o Imac e outros órgãos estaduais e federais, realizou um seminário sobre

alternativas às queimadas no dia 5 de agosto de 1999 com a presença de algumas centenas de pessoas, moradoras tanto da área central da cidade como dos mais longínquos seringais. O evento foi mais uma prova de organização e mobilização dos extrativistas, atores sociais indispensáveis na discussão, formulação e implementação de qualquer plano de educação ambiental em Xapuri.

A expressão Educação Ambiental não é algo incorporado no cotidiano das atividades de órgãos públicos municipais, cooperativa, sindicato e associações dos seringueiros, reconhece o prefeito Júlio Barbosa. Entretanto, segundo ele, a EA acaba acontecendo nas variadas dimensões do processo de organização e mobilização da sociedade local para conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação da floresta. Como exemplos, ele aponta os planos de utilização elaborados pelos seringueiros no PAE (Projeto de Assentamento Extrativista) do seringal Cachoeira e na Reserva Extrativista Chico Mendes, que estabelecem regras de controle da caça, da pesca e da exploração da mata, e o próprio seminário sobre queimadas, realizado dentro do Programa Respirar.

Diversificando a atividade produtiva do seringueiro, a fim de não ficar dependente apenas da renda gerada pela borracha e a castanha, os SAFs (Sistemas Agroflorestais) também englobam um componente de EA, de acordo com o prefeito. Os SAFs têm sido objeto de pesquisa de diversas instituições, como o Pesacre, a UFAC e a Embrapa, e já há projetos em fase econômica. Além de propiciarem a combinação do extrativismo –borracha, castanha, copaíba- com o plantio de culturas permanentes como a pupunha e o cupuaçu, os SAFs em Xapuri estão sendo concebidos conjuntamente com o ecoturismo, atividade onde a EA entra naturalmente de forma mais ostensiva, como facilmente pode-se notar no projeto que a OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia) desenvolve no Vale do Guaporé, na fronteira de Rondônia com a Bolívia.

Já existe uma pousada no seringal cachoeira. Mas o governo do Estado planejava em agosto de 1999 a instalação de um hotel rústico para a recepção de ecoturistas e pesquisadores. Trilhas no interior da mata estão sinalizadas com informações sobre extensão e tempo de caminhada. O ecoturismo em Xapuri também incluirá uma dimensão cultural, com a finalidade de narrar ao visitante as histórias dos seringueiros, tanto as vinculadas à sua luta pela conquista das reservas extrativistas como as lendas e mitos da mata, aspecto bastante rico do imaginário local, que foram retratados em uma publicação do CTA.

O Centro de Formação de Seringueiros, na colocação Pimenteira da Resex Chico Mendes, provavelmente também será uma base importante para o ecoturismo nas áreas extrativistas. Aliás, o Centro nasceu em 1995, por iniciativa da Caex (Cooperativa Agroextrativista de Xapuri), Amorex (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, com recursos do governo da Áustria, e sua grade curricular compunha-se de seis eixos básicos: gestão participativa, reforço à alfabetização, atividades de produção (apicultura, piscicultura e quintais produtivos), saúde,

conhecimento da realidade histórica e avaliação de impactos ambientais. Os alunos passavam 15 dias nas instalações do Centro da Pimenteira e outros 15 nas casas de suas famílias.

Era objetivo do Centro a formação integral de adolescentes e jovens seringueiros, contemplando os vários aspectos da vida humana, como a sexualidade, a importância dos sindicatos e cooperativas, entre outros, lançando mão também da arte-educação e de oficinas para trabalhar certas questões como o controle da caça na mata, a fim de tornar sustentável a exploração dos recursos naturais.

No entanto, a experiência fracassou, segundo o prefeito Júlio Barbosa, ele próprio um dos que mais se empenhou pela implantação do projeto, quando era presidente da Caex, antes de ser eleito para dirigir a administração de Xapuri. Barbosa atribui o fim do projeto à falta de uma maior definição de seu papel e de uma preocupação com a auto-sustentação financeira, pois o dinheiro de fontes externas tinha curta duração. "O projeto era muito caro", diz o prefeito, pois englobava o ensino formal, além das diversas atividades dos alunos com sistemas agroflorestais, piscicultura e outras. Agora, o projeto está sendo redimensionado para se transformar num centro de formação técnica para a capacitação dos extrativistas, independente de sua condição formal de educação, o que incluirá os seringueiros analfabetos.

Uma avaliação mais criteriosa sobre o fracasso do Centro da Pimenteira precisaria ser feita, a partir de conversas com a Caex, o Sindicato, a Amorex e os idealizadores do projeto. Não foi possível a este consultor investigar as motivações do declínio de uma experiência que foi considerada modelo para a formação integral de jovens seringueiros, que foram o público-alvo do sub-projeto Integrado Xapuri, do Aquiri, uma articulação de ONGs do Acre que trabalha pelo fortalecimento de iniciativas na linha do desenvolvimento humano e sustentável, com apoio do Unicef.

O sentimento deste consultor, que conhecera as instalações do Centro em uma viagem de férias, quando iniciava seu funcionamento, foi de perplexidade e levantou questionamentos sobre projetos importantes que podem afundar se não há um planejamento de sustentabilidade financeira. Trabalham no sub-projeto Integrado Aquiri ONGs como o Pesacre, a SOS Amazônia, a Rede Acreana de Mulheres e o grupo de teatro "De Olho na Coisa".

A EA também jogará um importante papel na polêmica atividade madeireira em reservas extrativistas, por enquanto ainda em fase experimental na reserva de Porto Dias, num projeto do CTA. A prefeitura de Xapuri implantou um pólo moveleiro, com o objetivo de agregar maior valor à madeira que possivelmente será cortada nas reservas pelos seringueiros, que, segundo o CTA, se transformarão em manejadores florestais.

Na conversa com o presente consultor, Barbosa revelou que ainda tem dúvidas sobre os impactos ambientais causados pela derrubada de árvores para a indústria madeireira. Acha que o projeto pode ser um instrumento para viabilizar economicamente as reservas extrativistas, que têm amargado péssimos momentos com a queda brutal nos preços da borracha. Porém, Barbosa questiona a visão talvez limitada dos engenheiros florestais em relação à biodiversidade do ambiente onde a madeira está sendo cortada.

f) Projeto Seringueiro

O Projeto Seringueiro, Programa de Educação do Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA, vem sendo desenvolvido desde 1981, sob o compromisso de desenvolver uma proposta pedagógica compatível com a realidade sociocultural das populações que vivem na floresta, cuja característica marcante é serem ágrafas. As atividades do projeto são desenvolvidas em 26 escolas - 22 em Xapuri, 3 na reserva extrativista de Porto Dias, em Acrelândia, e 2 na Floresta Nacional de Macauã.

A proposta começou a ser desenvolvida conjuntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, com a finalidade de mobilizar a sociedade civil e o Estado para levar escolas ao interior da floresta. Chico Mendes foi uma das pessoas que concebeu o projeto e o iniciou na década de 80.

Nos últimos anos, particularmente desde 1995, tem-se concentrado maior esforço na sistematização de uma proposta de capacitação de professores leigos - que são escolhidos pelas comunidades onde irão trabalhar - e na elaboração de materiais didáticos adequados para a realidade das populações tradicionais extrativistas. Por meio de convênio firmado com a Secretaria Municipal de Educação de Xapuri, o Projeto Seringueiro foi transformado em ponto de referência para o ensino fundamental da cidade.

O meio ambiente é tratado no conjunto de temáticas do programa do professor. No início do projeto, havia uma ênfase grande sobre a questão ambiental, com muitos textos e desenhos falando de mata, bichos e etc. Ultimamente, as escolas estão reforçando o tratamento de questões urbanas, pois se percebeu que o aluno não quer ficar sabendo apenas coisas de sua realidade, pois tem necessidade de aprender coisas da cidade, para onde vai periodicamente.

Alguns dos resultados do projeto são os seguintes:

- A taxa de evasão dos alunos das escolas rurais orientadas pedagogicamente pelo CTA é de 20 %, enquanto que nas gerenciadas pelo Estado o número se eleva para 50 %;

- A existência de uma proposta pedagógica diferenciada para os povos da floresta é um instrumento importante para evitar a repetência;

- O projeto oferece Cursos de Formação Continuada para 100% dos professores com duração de aproximadamente 30 dias em várias localidades; o Estado não possui nenhum curso de formação específico para as comunidades da floresta;

- O setor Educação do CTA possui 04 cartilhas específicas para o Ensino Fundamental -Poronga (Alfabetização), Livro dos Seringueiros (pós-alfabetização), Geografia do Seringueiro e Educação Matemática- e um material de suporte para leitura de textos -"Mapinguari: comedor de carne", livro de lendas tradicionais da cultura seringueira;

- Projeto possui 04 (quatro) cartilhas, em fase de elaboração, para as áreas de Produção de Textos, Educação para a Saúde, Ciências (com ênfase no tema do extrativismo) e Artes (articulada com o projeto Mala de Leitura, uma espécie de biblioteca portátil levada ao seringal).

- O projeto Seringueiro recebeu vários prêmios de relevância nacional e internacional, a saber: Menção Honrosa do Itaú-Unicef, 1995; Formação Continuada de Professores, do Itaú-Unicef, 1997; Prêmio Paulo Freire, 1998; Prêmio Semana da Amazônia, Nova York, 1998.

Embora não haja uma capacitação da equipe do projeto em EA nem uma ação específica para a questão, o Seringueiro apresenta-se como uma experiência demonstrativa de peso para se trabalhar a questão da escola junto a populações tradicionais da Amazônia e de áreas de conservação de todo o país. A preocupação com a formação e o acompanhamento constante do professor leigo e a produção de material didático pelo CTA me parecem serem alguns dos pontos fortes do projeto.

Um desafio para o projeto é o desenvolvimento de um programa de educação ambiental para os seringais. Como não há rede de esgoto e água, a disposição dos dejetos é um problema sério. Graciete Ibañez, técnica do Projeto Seringueiro, disse que há pelo menos dois anos a equipe tem pensado sobre a questão do meio ambiente nas colocações dos seringueiros e que é intenção do projeto desenvolver um trabalho específico com EA. Porém, a equipe está desfalcada, pois alguns de seus membros foram chamados pelo novo governo para assumir postos em órgãos estaduais.

Segundo a equipe, nos cursos anuais e acompanhamentos bimestrais, realizados junto à escola onde o professor ministra aula, estimula-se o espírito crítico, estimulando o professor a questionar, combatendo o hábito arraigado de restringir a escolha ao certo e errado e o senso comum.

g) Pesacre

O Pesacre (Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre) é um grupo multidisciplinar e interinstitucional criado com o objetivo de estudar aspectos ecológicos, sociais e econômicos da exploração da floresta e também dos sistemas agroflorestais e agrícolas (SAFs) de colonos, índios e seringueiros. A ONG surgiu de um convênio entre a UFAC e a Universidade da

Flórida, dos EUA, a qual tem repassado à entidade recursos da Usaid (Agência de Desenvolvimento dos EUA), que tem assegurado o suporte necessário para explorar o potencial técnico via gestão do Programa de Desenvolvimento Agroflorestal para pequenos produtores do Acre, Amazonas e Rondônia.

Ciente da necessidade de buscar na Educação Ambiental metodologias para tornar mais eficiente sua ação junto à organização comunitária, como componente vital para a ação produtiva, o Pesacre participou da Oficina de EA em Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento, entre 1997 e 1999. Em conversa com este consultor, um grupo de técnicos da ONG admitiu que a EA não tem sido uma dimensão assumida explicitamente pela entidade, embora o trabalho com organização comunitária acabe naturalmente incorporando uma prática educativa sobre o meio ambiente.

Contudo, como frisou a agrônoma Maria Lúcia Hall, a EA precisa ser assumida mais enfaticamente pela entidade, porque tem a capacidade de reforçar as ferramentas educativas no processo de organização das comunidades para a implementação de projetos produtivos como a piscicultura, o plantio consorciado nos SAFs e o ecoturismo.

Até o momento, as áreas de colonos, segundo as técnicas do Pesacre, têm se mostrado mais propícias à implantação dos SAFs, que são importantes na redução dos desmatamentos. O Pesacre desenvolve atualmente um projeto de SAF no assentamento rural Granada, em Novo Ideal, área da BR-364, já em Rondônia, junto à fronteira com o Acre. Mas também há uma atuação forte da ONG junto a seringais de Xapuri, para tentar viabilizar projetos de SAFs e ecoturismo a partir de um processo participativo que envolve a organização comunitária dos seringueiros, como os reunidos na Apaex (Associação dos Produtores Agroextrativistas dos Seringais São José, São Miguel e Equador).

Como parte do programa de SAFs e Ecoturismo, está sendo implantado no seringal Cachoeira (PAE Chico Mendes) um projeto açudes comunitários para a piscicultura, desde 1997, em parceria com a Prefeitura de Xapuri, a partir de um processo participativo envolvendo 16 das 84 famílias moradoras do seringal. O objetivo é melhorar a qualidade da alimentação das famílias extrativistas e gerar uma fonte alternativa de renda. O projeto foi um dos 14 acompanhados pela Oficina de EA do WWF.

Porém, as conversas deste consultor com as técnicas do projeto e a visita ao seringal mostraram como projetos produtivos ligados à organização comunitária podem morrer na praia, em função de fatores como a não-colaboração de um dos parceiros, da insegurança dos técnicos, muitas vezes recém-formados que não contam com apoio de profissionais mais experientes, e da ausência de dinâmicas que favoreçam a expressão dos desejos individuais de cada um em relação às perspectivas de sua comunidade.

No verão 98/99, as chuvas provocaram o arrebentamento dos açudes e a perda dos alevinos. A Prefeitura de Xapuri, responsável no projeto pela infraestrutura, prometeu consertar o estrago, mas até setembro de 1999 não aparecera no local para efetuar a obra. Uma das alegações, de acordo com a agrônoma

Maria Lúcia Hall, do Pesacre, é a escassez de maquinário na administração municipal. Era grande a probabilidade de perda do melhor período para o povoamento dos açudes por alevinos em razão da falta de previsão para o conserto

Os técnicos do Pesacre também desconheciam até setembro de 1999 se os moradores tinham efetivamente preparado as mudas para o posterior plantio de frutíferas, pois estavam envolvidos com outras atividades nos seringais São José, São Miguel e Equador. A última reunião coletiva do grupo ligado ao projeto foi em 25 de abril de 1999, quando se realizou o Encontro sobre Reflorestamento, para discutir e planejar o plantio de frutíferas às margens dos açudes com finalidade estética, levando em conta o turismo, e para alimentar os peixes

A metodologia utilizada pela entidade é a Pesa, que tem como meta promover a participação de famílias rurais no processo de desenvolvimento sustentável, respeitando os valores culturais da comunidade. Segundo Maria Lúcia, a Pesa é um método interativo, participativo, dinâmico e não-paternalista, com visão multidisciplinar, que reconhece as influências do domínio da unidade produtiva na determinação do desenvolvimento sustentável.

“Queremos que os próprios moradores do seringal continuem gerindo o projeto, mesmo após a atuação do Pesacre na área”, afirma a técnica, admitindo que é uma preocupação permanente e objeto de incansáveis reflexões a questão da autonomia da comunidade. Capacitação e fortalecimento da organização comunitária são os componentes principais na autogestão do projeto.

Para Maria Lúcia, as oficinas de Educação Ambiental ministradas pelo WWF foram fundamentais na reflexão da equipe sobre a importância de utilizar dinâmicas e metodologias que favoreçam a construção da autonomia da comunidade na gestão sustentável dos recursos naturais da área extrativista.

“As oficinas aguçaram nossa sensibilidade para trabalhar meio, mensagem e valores na dinâmica de envolvimento da comunidade com o projeto”, diz Maria Lúcia. Daniela acrescenta: “A participação da Lúcia nas oficinas também nos fez perceber a escola como um lugar importante para o envolvimento dos pais de alunos no projeto e reforçou na gente a noção da educação como um processo mais a longo prazo.”

Enfim, as técnicas Maria Lúcia e Daniela Carioca têm concentrado boa parte de suas preocupações tanto nas avaliações internas da equipe, como nas reuniões com a comunidade, tentando encontrar métodos, dinâmicas e estratégias que aprofundem a dimensão participativa e confirmem autonomia ao projeto. Reconhecem que na teoria isso funciona bem, mas na realidade os desafios são inúmeros. Algo que também tem preocupado as duas técnicas é o risco de isolamento da minoria das famílias de Cachoeira que não apresentam parentesco com os Mendes, o que não seria positivo para o sucesso da proposta de trabalho com piscicultura. Neste seringal, os parentes de Chico Mendes são a maioria.

Daniela chega a se penitenciar por saber que seu jeito de conversar com as famílias as anima a participar dos encontros. “Tentamos envolver as pessoas a partir do que cada um pode oferecer, tanto nas tarefas produtivas como em coisas

simples, mas muito significativas como levar um pudim de castanha para um encontro do projeto". conta a antropóloga. Maria Lúcia confirma, alegre, o carisma de Daniela na convocação das famílias. deixando rubra de timidez a antropóloga Daniela abre o jogo sobre algo que a incomoda: "Nosso receio é que a participação das pessoas fique muito dependente de nossa presença, atrapalhando a autonomia da comunidade em gerir seu próprio projeto "

É bastante legítima e louvável a preocupação de Daniela. Entretanto, a proposta desenvolvida pela entidade no Cachoeira demonstra mais uma vez que as influências são mútuas num projeto comunitário, entre comunidade e técnicos. E porque isso seria algo ruim? Estar atento à ineficácia de implantar idéias externas à comunidade, sem assegurar que a população de fato as deseje. é uma ótima atitude de um técnico envolvido com ações comunitárias. Mas ele inevitavelmente leva para campo sua personalidade, jeito de ser, e isso é bom quando ajuda na participação da população

Outros problemas apontados nas conversas com alguns técnicos do Pesacre é a rotatividade de profissionais na entidade, o que afeta a continuidade das ações, principalmente quando a organização comunitária é um componente estrutural do projeto. A interação com a comunidade é uma relação construída não apenas com teorias valiosas, mas fundamentalmente com o lado humano dos técnicos e dos moradores, que remete a características subjetivas como a abertura ao diálogo, a postura de escuta, o carisma peculiar de cada um.

A técnica Rocío Chacchi Ruiz, que atua em projetos de manejo não-madeireiro, aponta outros aspectos complicados do trabalho com organização comunitária. Segundo ela, na Resex Chico Mendes (federal) instituições oficiais como o CNPT (Centro Nacional de Populações Tradicionais), do Ibama, exercem uma influência expressiva sobre as famílias que nela habitam. Já nos seringais São José, São Miguel e Equador, a organização comunitária autônoma dos extrativistas é mais receptiva aos trabalhos das ONGs, com as quais discutem os objetivos e cronograma dos projetos.

h) Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado)

O projeto Reça conseguiu a proeza de reverter o processo de degradação ambiental numa região de colonização da BR-364, a Vila Califórnia, hoje pertencente a Rondônia, na divisa com o Acre, gerando renda com a comercialização e industrialização de produtos oriundos dos SAFs (Sistemas Agroflorestais). Começou com 81 famílias e 150 hectares. Hoje integram o Reça 274 famílias num total de 650 hectares, reunidas em 13 grupos, cada um com 7 a 28 famílias, que escolhem um líder ou coordenador. Os grupos discutem assuntos de interesse da comunidade, incluindo os problemas na produção.

Criado em 1989, com o apoio da Igreja Católica e da Ufac (Universidade Federal do Acre), o Reça surgiu da necessidade de os colonos se organizarem socialmente para enfrentar dificuldades como o plantio de culturas anuais, em função da condição dos solos e da precariedade da rede de transportes, e da

inviabilidade de cultivar café e cacau, devido a problemas de preço e fitossanitários

Perceberam que a continuidade do desmatamento e das queimadas comprometeria sua sobrevivência, porque o sol quente do verão queima de tal forma o solo que o deixa duro como pedra. Também notaram que a terra onde moram não suporta a mecanização, pois camada fértil é muito superficial.

Partiram, assim, para alternativas nativas e adequadas ao clima e ao solo da Amazônia, recuperando capoeiras e diminuindo o uso de insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos. Como diz o nome do projeto, o Reca trabalha com o modelo de consórcios de cupuaçu, pupunha e castanha, adensados para elevar a produtividade, recheados de espécies madeireiras como andiroba, copaíba, teca, cumaru, ipê e mogno, para proteger o solo e favorecer a polinização

Organização dos produtores, implantação de culturas e industrialização e comercialização são as três frentes de atuação do projeto. Na dimensão organizativa, é impressionante a postura crítica e ativa dos associados do projeto. Este consultor teve a oportunidade de ser chamado a uma reunião de coordenadores para explicar os propósitos do levantamento de EA do WWF. Foi um verdadeiro bombardeio de colonos simples e pobres, mas com um grau elevado de consciência política.

Os associados querem trazer para Vila Califórnia uma EFA (Escola Família Agrícola), por entenderem que ela tem o poder de levar à comunidade uma nova forma de pensar e respeitar a terra e todos os recursos ambientais, buscando alternativas socioeconômicas sustentáveis, em detrimento da tecnologia convencional.

A experiência do Reca, ao lado da APA (Associação dos Produtores Alternativos), de Ouro Preto D'Oeste, são dois modelos demonstrativos para se pensar a EA em áreas degradadas da rodovia BR-364 e sua área de influência. Tornar mais eficientes, produtivas e sustentáveis atividades produtivas mais compatíveis com a vocação do solo e do clima dessa região, combinando com a introdução de SAFs e culturas alternativas e ecológicas como a apicultura, é um desafio estratégico para a política de conservação dos recursos naturais nos dois Estados e na Amazônia como um todo. O sucesso das duas experiências foi suficiente para estancar a remigração, muitas vezes em direção a regiões de mata virgem, atrair centenas de novos associados, melhorar a renda local e inserir os produtores no mercado regional e nacional.

Ouvi de pequenos colonos envolvidos em projetos econômicos baseados na organização comunitária da área da BR-364 que "o WWF só apóia bicho, índio e seringueiro". Certamente, a frase expressa uma visão preconceituosa em relação à organização. Mas também revela a necessidade de o WWF se mostrar mais presente nessas áreas, sem comprometer a defesa das unidades de conservação. A replicação, respeitadas as realidades específicas, de experiências como as do Projeto Reca e da Apa, podem significar uma economia substancial de recursos humanos, financeiros e menos desgaste na política de

proteção dos recursos naturais. Se bem-sucedidas, as experiências com colonos brecam a remigração e, conseqüentemente, a ocupação de áreas virgens. Isso não elimina a preocupação com grandes fazendeiros e madeireiras. Mas aí emerge uma questão política de aparelhamento e vontade política do Estado no enfrentamento de grupos poderosos.

C. RORAIMA

1. Contexto geral

O Estado de Roraima tem cerca de 240.000 km², o que equivale a 4% da Amazônia brasileira, e inclui quase 2.000 km de fronteira com a Venezuela e Guiana. A dita "inserção nacional" do estado aconteceu não só pela sua criação oficial (após a Constituição de 1988), mas também pela criação da BR 174 (conhecida como "Estrada da Integração") que liga Manaus a Boa Vista, e esta a Venezuela. Exclui-se dos dados oficiais os impactos ambientais causados pela construção da rodovia, além da invasão de terras indígenas e os conflitos sociais generalizados decorrentes. Com o recém recapeamento asfáltico do trecho de Boa Vista-Manaus concluído em 1998 (e conseqüente facilidade de deslocamento entre as capitais), algumas mudanças passaram a acontecer em Roraima, desde aumento do índice de violência e assaltos na cidade de Boa Vista, até maior facilidade de escoamento clandestino dos recursos naturais.

Segundo o GTA (Políticas Públicas para a Amazônia 1997/98) a população urbana na Amazônia tornou-se majoritária a partir da década de 80, e o resultado atual é que há acúmulo de população excedente nas áreas urbanas, com grande número de mulheres e crianças. Boa Vista não foge a regra. A população está oficialmente estimada em 254.000 habitantes, com densidade populacional de 1hab/km², sendo que mais de 50% da população vive na área urbana em Boa Vista. Inclui-se ainda nos dados oficiais a existências de cerca de 38.000 indígenas de 8 etnias distintas (Macuxi, Taurepang, Ingaricó, Waimiri-Atroari, Wai-Wai, Yanomami, Wapixana, Maiongong).

Em Roraima, as instituições governamentais são fragilizadas, e seu maior desafio parece ser o de exercer o próprio papel ao qual foram oficialmente criadas. Por exemplo, o estado é citado no documento do GTA (op cit, pág. 69) como um dos estados amazônicos onde a proliferação de pequenos municípios "significa criar base de apoio para pequenos grupos de interesse, cuja sustentação econômica são atividades ilegais como garimpo, prostituição, contrabando, grilagem e narcotráfico". O referido documento cita ainda o Município de Uiramutã, criado ilegalmente em 1996 em áreas indígenas.

Outro exemplo da fragilidade institucional em Roraima é o estado em que se encontra a Universidade Federal – UFRR. Segundo os colaboradores deste

levantamento, a UFRR enfrenta hoje uma profunda crise, e sua reitoria está sob intervenção federal, por "suspeitas" de super faturamento. O descrédito da UFRR ficou claro não só entre os educadores que colaboram com este projeto, mas também entre os próprios estudantes universitários que, em matéria de jornal (agosto de 1999) denunciavam a falta de entusiasmo e expectativas dos calouros recém ingressados devido ao estado de abandono da universidade. Assim, uma instituição que poderia ter um papel fundamental para o desenvolvimento da educação ambiental nas discussões sobre novas tecnologias, e na construção de novos paradigmas, encontra-se completamente apática e alijada de suas reais funções.

Entende-se ainda "fragilidade institucional" em termos de dificuldades na utilização dos recursos externos. Por exemplo, dificuldade na utilização de recursos do Projeto de Execução Descentralizada - PED do Ministério do Meio Ambiente. As informações dadas pelos técnicos nos diversos órgãos visitados, remete ao término dos projetos sem terem alcançado efetivamente os objetivos oficiais a que se destinavam, ou seja, serem projetos auto sustentáveis com replicabilidade. Em Boa Vista, a necessária participação comunitária devido ao financiamento externo, limitou-se a Associação dos Produtores do Jardim das Copaibas, onde viveiros grandes (capacidade para 30.000 mudas) foram instalados para produção de frutíferas. Um ano depois, poucos moradores efetivamente utilizam a área. Oficialmente incluída como co-gestora, a ONG aparece nos relatórios iniciais com participação bastante reduzida na elaboração efetiva das propostas e na sua adequação à realidade. No entanto, no relatório final do PED, a mesma associação aparece como sendo uma das dificuldades do projeto "devido a não estar consciente do grau de participação e responsabilidades no projeto", "obrigando a Prefeitura a suprir lacunas e arcar com o ônus, para não emperrar o desenvolvimento das ações". Em Boa Vista o PED envolveu recursos gastos da ordem de R\$ 1.700.000,00.

As experiências de EA em Roraima, de uma maneira geral, refletem a fragilidade institucional em que se encontram. Discutem as queimadas (conhecidas internacionalmente em 1998), o lixo nos balneários, e ecossistemas em geral, mas pouco discutem os problemas seríssimos ambientais e sociais devido à situação de "última fronteira" em que o estado, antigo território, vive. As áreas de assentamento do INCRA, a degradação ambiental decorrida pelos garimpeiros, o descuido com os buritizais (fonte básica de recursos na região para alimentação, moradia, fibras, e artesanato 4), o preconceito racial acentuado contra os indígenas, a baixa qualidade de vida, e o desrespeito à cidadania são questões extremamente sérias, que parecem "não existir". O reconhecimento da diversidade cultural das comunidades existentes e sua valorização parecem ser questões ainda distantes da concepção de educação ambiental verificada nas experiências conhecidas em Roraima. Interessante notar que a própria comissão de EA da região Norte, ao discutir a "Declaração de Brasília para Educação Ambiental", na I Conferência Nacional de Educação Ambiental em 1997, já colocava como recomendação básica "motivar uma profunda discussão em relação à ética, incluindo-a nas questões econômicas, políticas, sociais, de gênero, consumo, exclusão social, trabalho, que possibilite um posicionamento da

sociedade brasileira frente aos desafios do desenvolvimento sustentável (Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, MIMA/MEC, 1997, pág. 19)".

V.C. 2. Experiências em Educação Ambiental

2.1. SETOR PÚBLICO

a) IBAMA

O IBAMA é mais um exemplo de fragilidade institucional no Estado. Segundo a Arinalda C. Almeida e a Edite A. Bezerra, técnicas do NEA, as dificuldades generalizadas impedem que o NEA tenha uma atuação mais direta. Atualmente o NEA tem como proposta de EA duas linhas de ação prioritárias, mas ambas praticamente paradas, esperando verbas para serem realizadas. A primeira é um projeto de EA para comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco, como um componente educacional do Projeto Quelônio. (Esta proposta de EA foi elaborado como parte do "Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, elaborado pela Escola de Educação Ambiental da Universidade do Amazonas e do SENAI-RR). As dificuldades de transporte, as grandes distâncias e a completa falta de recursos (projeto não aprovado pelo Banco do Brasil, possível financiador) inviabilizaram as visitas e a continuidade das atividades do componente de EA.

A segunda linha de trabalho do NEA-IBAMA foi a introdução de Educação Ambiental nos cursos de Capacitação em Queimadas Controladas, realizadas pelo INCRA, e IBAMA, com apoio do DEMA (Departamento Estadual de Meio Ambiente). Em 1998 foram realizados 5 cursos entre outubro e novembro, envolvendo 5 municípios, ministrado pelo IBAMA nacional (note que a capacitação é de técnicos de Brasília, e não do Estado!). A versão 1999 está esperando recursos, dentro da proposta de Programa de Gestão Ambiental Integrado – PGAI do PPG7. Até agosto não se tinha qualquer posição quanto a liberação de verbas.

b) EMBRAPA

Um órgão que parece ter uma atuação em questões ambientais e é de certa forma reconhecido no município é a EMBRAPA, através do Eng. Agrônomo Joaci Freitas. Fundador do PV, participante do Fórum de Educação Ambiental (enquanto funcionava), organizador de exposições e um "apaixonado" pela "natureza Roraimense", ele acaba veiculando o nome da EMBRAPA para a comunidade, de uma forma mais ativa. O trabalho oficial de educação ambiental na EMBRAPA, no entanto, está baseado em palestras nas escolas, semanas comemorativas e participação de eventos, não tendo uma estrutura mais organizada (com proposta metodológica definida, monitoramento, avaliações etc.) Apesar da grande vontade do Joaci, suas possibilidades são limitadas, uma vez que está sozinho neste processo, mesmo com o apoio da instituição.

c) Secretaria Estadual de Educação - SEDUC

Já com relação à Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, os contatos remeteram ao **Centro de Ciências**, que realiza o atendimento de professores e estudantes, desde a pré-escola até a iniciação científica. A equipe do Centro (11 pessoas) diante da missão de atendimento completo do ensino para o estado todo, acaba “virando curinga”, e se desdobrando como pode para atender a todos de maneira diferenciada. Para melhorar seu próprio desempenho, o Centro de Ciências sofreu uma reestruturação completa em termos filosóficos, há 4 anos atrás. Através de uma consultoria com o Professor Edson Oaigem da ULBRA do Rio Grande do Sul, o centro passou de “atendimento para feiras de ciências”, para “capacitador de professores, com ênfase na realização de trabalhos de iniciação científica, onde os projetos realizados pelos alunos tenham relevância na comunidade”. Mais de 30 professores do Estado já passaram por curso de 200 horas (2 turmas), mas também são realizados minicursos de 20 a 40 horas, dependendo das necessidades locais, além de assessoria pedagógica com relação aos temas transversais, atendimento diário na iniciação científica e projeto de implantação de laboratórios nas escolas. A avaliação das atividades será o próximo passo da equipe nos próximos meses.

Segundo Verônica Fonseca, a coordenadora do Centro, vários resultados positivos estão sendo alcançados como mais de 80% das escolas do estado já foram atingidas, os projetos de iniciação científica dos alunos já fazem parte do projeto pedagógico das escolas, os alunos passaram a desempenhar um papel mais investigativo nas comunidades (cobrando inclusive soluções aos problemas comunitários), há um maior envolvimento de toda escola nos projetos dos alunos os temas passaram a serem criados na escola, e não mais sugeridos pelo Centro de Ciências, e cerca de 30% dos trabalhos dos alunos abordam problemas de saúde da própria comunidade (desde importância do banho, até malária, dengue, verminoses, Aids e DST).

Apesar de vários projetos de iniciação científica dos alunos terem uma maior inserção na comunidade, eles ainda estão muito vinculados aos professores orientadores (geralmente da área de ciências) e não à comunidade escolar como um todo. Com a alta rotatividade dos professores, acaba havendo descontinuidade dos projetos na própria escola. Mas talvez o problema mais sério que o Centro de Ciências enfrenta é a própria falta de reconhecimento da Secretaria Estadual de Educação sobre seu poder de inserção nas escolas do Estado e os resultados que vem alcançando. Neste sentido, o Centro enfrenta diversas dificuldades, inclusive o risco das atividades serem interrompidas. Este é uma das experiências em Roraima que deve ser vista com mais atenção e divulgada.

d) Projeto Verão Saúde

Um outro programa governamental que parece ter dado resultados iniciais é o “Verão Saúde”, realizado pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente (com através Espaço Municipal de Estudos Ambientais – EMEA), em parceria com

a Secretaria Municipal de Educação, comércio varejista, empresas (de ônibus para transporte dos voluntários, Coca-cola, etc), SESI, SEBRAE, e SESC. O programa é basicamente uma campanha governamental de limpeza das praias, realizada no verão de Roraima (novembro a março). A idéia inicial é evitar o lixo e o uso desordenado dos recursos hídricos (lavar carro, animais, junto a áreas de banhistas, etc). Através de uma equipe de cerca de 60 voluntários (alunos de Turismo da Escola Técnica Federal, Lions Club e Meninos do Dedo Verde) é feita uma abordagem com banhistas para explicar o programa e distribuir sacolas plásticas para depositarem os respectivos lixos, além da colocação de containers de lixo em locais estratégicos.

Sem uma avaliação definida, a campanha “Verão Saúde” parece ter dado resultados uma vez que, segundo Jonistaine B Nascimento (Chefe do DEMME) e Maria Lúcia (responsável pelo EMEA), ao final do processo as pessoas já passaram a reconhecer os voluntários (através do uniforme), as famílias passaram a optar por locais onde já haviam os containers de lixo, e os barraqueiros passaram a fiscalizar os containers (para não serem levados embora), inclusive chegando a colocar latas de lixo onde não havia. Como dificuldades básicas há a falta geral de infraestrutura (salas para reunião e capacitação da equipe, transporte, remuneração, etc), e dificuldades na comunicação. Apesar de ter sido citada nos parceiros, não ficou clara com se dá a participação da Secretaria de educação. O Programa é uma campanha necessária, mas ainda com caráter pontual.

2.2 SETOR NÃO GOVERNAMENTAL

a) Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental de Roraima - ABES/RR

Com relação à participação da sociedade civil, Roraima não tem muitas ONGs. A organização que parece ser mais atuante (e certamente a mais citada pelos envolvidos neste levantamento) é a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental de Roraima –ABES/RR. Apesar de sua atuação hoje estar bem mais reduzida devido à falta de recursos, a ABES continua sendo referência em Roraima. Ela criou e implementou o “Prêmio Buriti”, para divulgar e apoiar ações, projetos e pessoas que tenham se destacado em questões ambientais. O prêmio contempla diversas categorias (como trabalhos de EA, fotografias, entidades públicas, jornalismo, área cultural, etc.), mas atualmente encontra-se desativado por falta de recursos.

Além do prêmio Buriti, a ABES atua em diversas linhas desde a capacitação técnica (de cursos de EA e Cidadania em 95 e Direito e EA em 97, a cursos específicos como ISSO 14000, esgotamento sanitários, etc.), até participação em parcerias em projetos como “Verão Vivo” (junto com o DEMMA), campanha contra a dengue, etc. Cabe ressaltar que o atual presidente da ABES, Sérgio A. Gonçalves, foi o Diretor do Departamento Municipal de Meio Ambiente (gestão passada), onde foram idealizados e desenvolvidos o PED, o projeto Verão Saúde e o Espaço Municipal de Estudos Ambientais – EMEA.

b) Projeto SESC-Ecologia

Uma ação simples e que vem crescendo paulatinamente é a realizada pelo SESC, chamado “**SESC Ecologia**”, coordenado pela Rosana V. F. Santos. Este é um programa de EA que tem como objetivo realizar atividades educativas e criativas, multiplicadoras de informação ambiental para crianças e adolescentes estimulando o amor, proteção e conservação da natureza. O “SESC Ecologia” é um clube com regulamentos internos definidos e cujos membros são alunos regularmente matriculados nas escolas (com média > 6,00), filhos de comerciários e usuários do SESC, com idade entre 10 e 16 anos. Os membros tem reuniões quinzenais onde são planejadas e realizadas as atividades. Além deles terem uma capacitação interna dada pela equipe do SESC, os membros têm participação ativa em datas comemorativas e em campanhas governamentais, como a de combate a dengue. Na semana do meio ambiente, por exemplo, o grupo apresentou um ballet, poesia e músicas no Shopping de Boa Vista, além deles serem os responsáveis por uma oficina de jardinagem para crianças do município de Iracema.

Como resultados iniciais a Rosana coloca a existência efetiva do próprio grupo (10 membros) e a abertura para novas vagas, além da projeção interna dentro do SESC, com o aumento do apoio institucional recebido. Mas as dificuldades são muitas, principalmente porque a equipe é reduzida e os trabalhos são feitos de fim-de-semana, onde não há pagamento de horas extras para os funcionários do SESC.

A idéia partiu da própria Rosana que já havia criado um “clube” (Clube dos Amigos da Natureza) numa escola particular onde lecionava, chegando inclusive a ganhar o “Prêmio Buriti” em Educação. Mas segundo a Rosana, a maior dificuldade em todo este processo é “conseguir formar uma equipe comprometida com o processo, não somente implantá-lo, mas mantê-lo, senão quando o idealizador sai o programa termina”. E foi o que aconteceu com o Clube dos Amigos da Natureza, quando a Rosana saiu da escola.

c) Projeto Zé Juquira

Merecem ainda um destaque especial as experiências pioneiras e alternativas que existem pela paixão de seus idealizadores e total indignação quanto à situação vigente. Assim é a proposta de Educação Ambiental do Carlos A. Schwarz. Por ser funcionário do INCRA, o Carlos acompanha há muito anos as dificuldades dos assentados, e acabou criando o personagem “Zé Juquira”. Através de uma peça de teatro realizada com os próprios assentados, de uma intervenção mais rápida na comunidade ou da atuação nas escolas rurais dos assentamentos, o Carlos criou uma forma completamente diferente de abordar questão agrária, cidadania, queimadas, uso sustentável dos recursos e meio ambiente em geral. No INCRA ele é “Orientador de Projetos”, mas como cidadão ele é o Zé Juquira; no INCRA ele visita oficialmente os assentamentos, mas como cidadão transforma sua visita num entretenimento criativo para a comunidade,

onde os conhecimentos, posturas e ações dos assentados de uma maneira geral são discutidos

Esta proposta educacional já vem acontecendo informalmente desde 95, mas agora está mais estruturada e à procura também de financiamento. Talvez consiga uma parte pelo PGAI de Roraima. Parece ser uma proposta diferenciada que merece uma atenção especial

D. AMAZONAS

1. Experiências em Educação Ambiental

a) Projeto Bodozal

Em Manaus, um projeto que merece destaque é o Projeto Bodozal, realizado no igarapé do Franco, Bairro da Compensa. Com o slogan "Ponha a mão na massa para tirar o pé da lama", o projeto tem como objetivo "garantir uma educação ambiental e sanitária participativa e reflexiva, favorecendo o processo de saneamento do igarapé, visando melhores condições de moradia e saúde das famílias atingidas". Este projeto é realizado através de parceria entre Comissão Pastoral da Criança, Comunidades e Entidades da Compensa (bairro em Manaus), UNICEF, Prefeitura Municipal de Manaus, e Sociedade Amazonense de Pediatria e Secretaria Municipal de Educação-SEMED.

Dentre as estratégias adotadas no projeto Bodozal, estão: o treinamento de agentes multiplicadores do projeto, utilização dos agentes comunitários de saúde, produção de material educativo e de comunicação, envolvimento das famílias moradoras das margens do igarapé (mais de 400) para garantir efetiva participação, geração de renda através de uma mini fábrica de reciclagem, criação de um programa de coleta seletiva de detritos sólidos, realização de mutirões de limpeza e alfabetização de jovens e adultos.

O projeto foi iniciado em outubro de 1998, e as fotos de documentação de limpeza do igarapé são impressionantes. Inicialmente só uma escola participou, mas com a entrada efetiva da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, 15 escolas municipais estarão envolvidas no projeto. Segundo a equipe da SEMED, através de reuniões, discussões em grupo, debates, oficinas e visitas monitoradas pretende-se abordar a questão do lixo, da poluição, de ambientes urbanos e doenças. Infelizmente ainda não houve nenhum retorno das escolas envolvidas para se ter claro como que a participação será efetivada realmente. Até então o projeto tinha caracter muito mais comunitário do que de educação formal.

Este parece ser um projeto comunitário bem estruturado que "bateu na porta da escola", e agora comunidade e escola estão pensando como os muros dessas mesmas escolas serão ultrapassados. Vale a pena ser discutido e acompanhado.

b) Projeto Agentes Ambientais Voluntários

Outro projeto que também tem uma estrutura comunitária forte é o de "Agentes Ambientais Voluntários - AAV" realizado pelo IBAMA, em todo estado do Amazonas, segundo o próprio superintendente, Sr. Hamilton Casara. Os resultados do AAV puderam ser melhor conhecidos (neste levantamento) na região de Tefé, onde o contexto é bastante específico, porque a Comissão Pastoral da Terra e o MEB atuam na região há mais de 15 anos. Esta participação ativa de MEB e CPT possibilitaram, no mínimo, alfabetização nas comunidades ribeirinhas, e desenvolvimento de lideranças. Estas mesmas comunidades criaram em 1993 o Grupo de Preservação e Desenvolvimento – GPD, uma ONG de base, cujos membros são as próprias comunidades ribeirinhas.

O GPD, apoiado pela Prelazia de Tefé e MEB, levou a frente as discussões sobre o conflito de uso dos recursos pesqueiros nos lagos. Em 1997 foi realizado o primeiro curso de "Agentes Ambientais Voluntários" na região de Tefé, um projeto de capacitação de líderes comunitários das zonas rurais para que a própria comunidade auxilie no processo de fiscalização dos recursos naturais, uma vez que o IBAMA "não dá conta do recado". O que o processo de credenciamento de agentes fez, foi reconhecer o trabalho de proteção dos lagos que a comunidade já vinha realizando. Com a capacitação oficial de líderes, estes passam a ser credenciados no IBAMA (por certificado e carteirinha) para não só fiscalizar os lagos da comunidade, mas também interferir e documentar as possíveis infrações, respaldados pela legislação, através de diversas documentações (Termos de Constatação, Doação, Soltura, Apreensão e notificação) e da comunicação direta ao IBAMA (para este sim fazer o "Auto de Infração").

Até agora já foram realizados 3 cursos, com treinamento de mais de 400 comunitários, com credenciamento efetivo de 190 Agentes Ambientais Voluntários nos municípios de Tefé, Alvarães e Maraã, Fonte Boa, Juruá, Jutai, Japurá, Uarini, e Coari. A segunda etapa consiste em realizar cursos de reciclagem destes agentes ambientais. Cabe ressaltar que a realização do 1º e 2º curso teve apoio de Mamirauá. Creio ser importante ter o programa estadual mais detalhado, para que se tenha uma idéia do processo e resultados de uma maneira integral, porém o material solicitado ainda não retornou.

Foi muito interessante ver o grau de integração demonstrada entre os representantes do MEB (Maria Leonilde), CPT (Ana Mota, ex-MEB) e GPD (Erivan). O telefone que eu tinha era do CPT, e logo no primeiro contato a Ana já colocou a necessidade de todos estarem presentes na conversa, que foi feita com a participação ativa de cada um. O trabalho do GPD é muito grande e não tem apoio financeiro externo nenhum, nem para conseguir uma voadeira ou combustível. Tudo é dado pelas comunidades para as comunidades, mas o desgaste é muito grande, pois a dificuldade de transporte entre as comunidades é na escala "amazônica". Estão agora tentando viabilizar possíveis financiadores para se estruturarem melhor.

c) Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Também em Tefé e com o caráter comunitário, há a experiência em educação ambiental realizada pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM). Desde 1992 o Núcleo de Educação Ambiental (NEA) desenvolve atividades na antiga “Estação Ecológica de Mamirauá”. A partir de 1997 iniciou um projeto de formação de educadores em EA com 19 professores pertencentes às comunidades da reserva. Há um enfoque grande no estudo do ecossistema de várzea e incentivo à adoção das normas do Plano de Manejo da área, incluindo questões de saúde, higiene, nutrição, conservação (escolar e do meio ambiente). Os professores participam de encontros anuais de EA e 3 entre eles são assistentes comunitários.

A conexão com a comunidade baseia-se no projeto “Cuidando da Comunidade” cujas ações são decididas em planejamento participativo envolvendo alunos, professores, comunitários, pescadores e equipe. Faz parte ainda do programa, a participação dos “guardas ambientais mirins” na observação do processo de reprodução de quelônios. Estes guardas mirins (2 alunos por sala de aula) recebem treinamento dos professores e da equipe do NEA, e são escolhidos entre os alunos que se destacam na turma. A avaliação das atividades do NEA são feitas mensalmente na escola, e no projeto comunitário são feitas de maneira participativa com as comunidades.

Segundo a coordenadora do NEA, Elizabeth Gama, há vários resultados já alcançados, entre eles o aumento da participação das comunidades e escolas; melhoria na qualidade do ensino nas escolas, com reconhecimento pelos próprios alunos; aumento do conhecimento sobre as questões ambientais; participação mais ativa nas reuniões; mudança de hábitos principalmente em questões de higiene, e limpeza das comunidades, com desenvolvimento de mutirões comunitários. Dentre as dificuldades, certamente está o reduzido número da equipe do NEA (2 pessoas), o pouco apoio que algumas prefeituras dão à suas escolas e a ampla variedade de públicos alvo a ser trabalhada.

d) Programa SAT- Sistema de Aprendizagem Tutorial

Mantendo a conotação comunitária, e ensino formal, destaca-se a proposta educacional realizada pelo Instituto Politécnico Rural da Amazônia - IPRAM em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Iranduba e de Borba. Juntos eles implantaram o “Programa SAT – Sistema de Aprendizagem Tutorial”, em 9 áreas diferentes, envolvendo 9 professores/tutores e 196 alunos. Conforme esclarecimentos da Diretora Acadêmica do IPRAM - Leny D. Melo, este programa foi desenvolvido inicialmente na Colômbia pela FUNDAEC (Fundação para o Ensino e Aplicação das Ciências), uma universidade rural localizada em Cale. A proposta foi criada há quase 20 anos como uma alternativa à educação formal específica para o desenvolvimento rural; no Brasil, a implantação do SAT teve início em 1996.

O objetivo do SAT é oferecer a conclusão do ensino fundamental, de maneira diferenciada e adequada aos alunos das comunidades rurais e indígenas,

que só têm opção de ensino governamental até 4ª série. Inclui na educação diferenciada considerar o aluno como agente "impulsor do bem estar rural", reconhecendo os problemas comunitários e buscando soluções para os mesmos. Ainda conforme a explicação da Leny, a metodologia do SAT baseia-se no ensino tutorial, onde o professor é da comunidade, os alunos são mantidos na comunidade com suas famílias (nada de internatos), o material didático é adequado ao contexto, e a "escola" se adapta à infraestrutura existente na comunidade e ao calendário das águas e das colheitas. O tutor tem acompanhamento constante por um coordenador de campo e pela equipe assessora (únicos participantes formados no ensino superior e responsáveis pelo treinamento e acompanhamento dos demais).

Foi possível visitar 3 áreas onde o programa está sendo implantado (aldeia Munduruku e 2 ilhas em Iranduba), e conhecer também alguns professores de outras áreas. Em todas as conversas, a primeira impressão do SAT é sempre muito boa. Os professores e alunos tinham muito orgulho de poderem trabalhar/estudar e continuar a ajudar suas famílias, sem ter que ir embora para completar os estudos, ou ficarem presos a um calendário governamental inadequado às cheias do rio ou épocas de colheita. Segundo o Waldir, professor SAT da Ilha do Baixio, o "SAT parecia que era um pedaço da gente, era adaptado a realidade e necessidade da gente", ... "abre a idéia do aluno", ... "rompe o tradicional" .. O Waldir ainda afirmou que hoje tem duas turmas do SAT porque a própria comunidade solicitou mais vagas. Segundo o Ivan, professor SAT da Ilha da Conceição, "o SAT foi um grande passo para fundar a Associação de Pais e Mestres da ilha, antes não tinha não. Como o SAT pega a margem esquerda todinha, a gente fica sabendo o que está acontecendo. Aumentou a comunicação entre os moradores". "A frequência hoje é 100%, os alunos só param de estudar quando não há condições mesmo, e olha que tem aluno que na seca demora 3 horas para chegar na aula!". O Ivan ainda afirmou que com o SAT houve uma tendência a diminuir o êxodo rural, porque "antes, quem tinha condição, mandava o filho para Iranduba ou Manaus para estudar". No caso da Ilha da Conceição a escola foi construída pelos comunitários com os comunitários, e hoje com o SAT há uma presença mais marcante dos pais.

Foi possível ainda conhecer parte do material didático utilizado, e ele foi realmente concebido de maneira integral, e sua adaptação ainda está sendo processada pela equipe assessora, com ajuda dos coordenadores de campo e tutores. De certa maneira todos são co-autores deste processo educacional. Só para ter uma idéia, o currículo foi criado em elementos básicos (como informações, destrezas, conceitos, atitudes e capacidades) necessários para os alunos abordarem a problemática do bem estar rural, não em conteúdos e temas específicos das disciplinas tradicionais.

Mas toda proposta nova tem várias dificuldades. A implantação do SAT é lenta por diversos motivos, apesar de já ter dado frutos. Em primeiro lugar a adaptação do material didático é um processo mais demorado e que, por não ser remunerado, não é possível ter prazos rígidos dos colaboradores, inclusive dos professores da Universidade do Amazonas. A Segunda dificuldade em relação a

implantação do SAT refere-se a recursos. O acompanhamento constante dos tutores, em 9 localidades e nas dimensões amazônicas, requer recursos humanos e financeiros que são ainda bastante reduzidos no IPRAM. Só para conhecer a proposta na Aldeia Munduruku "foi gasto" uma noite de recreio, 1 hora de jeep, 1:30 de voadeira para chegar, quer dizer, 3 dias só de deslocamento! Apesar da Leny lembrar que os custos são ainda muito menores do que manutenção de escolas e professores da maneira tradicional, mesmo assim o programa requer um mínimo de apoio. As Prefeituras de Iranduba e Borba entram com o financiamento do material didático a ser distribuído para os alunos, a comunidade Bahá'í do Brasil financia o IPRAM; o estado ainda não contribui com nada.

Outra dificuldade encontrada é o baixo nível de alfabetização que alguns alunos apresentam, mesmo tendo concluído a 4ª série nas escolas formais dos municípios envolvidos. Segundo a Leny, em alguns casos foi preciso ter um reforço na alfabetização, antes de se iniciar o SAT propriamente dito. Em comparação, o Melo (também do IPRAM) afirmou que todos os ex-alunos do IPRAM que concorreram às provas para entrar no ensino médio, estavam entre as melhores notas. Não foi possível checar.

Ao que tudo indica este é um programa que traz o conhecimento ambiental bastante integrado e adequado às comunidades ribeirinhas. Quanto às comunidades indígenas, a implantação do SAT é muito mais lenta, porque está acontecendo junto a um resgate da língua Munduruku, quase totalmente perdida, aliado às dificuldades de distâncias para locomoção e acompanhamento. Mesmo com todas as dificuldades o IPRAM aceitou começar o SAT nas aldeias dos Mundurukus porque foi uma solicitação intensa de alguns membros da própria aldeia, ex-alunos do IPRAM, enquanto este ainda funcionava como internato. De qualquer maneira é uma proposta interessante de ensino formal fundamental que deve ser mais conhecida e discutida por outros educadores. (Ainda segundo informações da Leny, o programa "Escola Ativa" que o MEC está implantando no ensino de 1ª a 4ª série também foi criado pela FUNDAEC, como o SAT.) Atualmente o SAT está entre os 4 finalistas nacionais do concurso ITAÚ – UNICEF/1999 de programas educacionais diferenciados

e) Projeto O Amanhã Pertence às Crianças

O IPRAM iniciou neste ano uma nova proposta integradora chamada "O amanhã pertence às crianças". Tudo começou com a criação da "Coordenadoria de Educação em Saúde" pela Dra Zilda, Secretária de Saúde em Iranduba, que gostaria muito de ter "ações preventivas e não emergenciais", como ela mesma disse. Como a Leny tem um acesso muito bom entre as Secretarias municipais de Educação (por coordenar o SAT) e de Saúde (ela é enfermeira!), ela ficou encarregada da Coordenadoria. A primeira ação da Leny então foi um trabalho com professores municipais para sensibilizá-los quanto aos problemas ambientais do município e iniciar um programa de projetos setorializados que prestem serviços em saúde e educação à comunidade.

A oficina de "Arte e Educação Ambiental" aconteceu em abril e durou 20 horas, sendo previsto mais 20 horas para os projetos individuais. Nesta capacitação dois resultados inesperados se destacaram, segundo a Leny. O primeiro diz respeito à criação da "Associação de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Iranduba a AMAD-Iranduba, ONG formada pelos participantes do curso. O segundo resultado inesperado foi que um dos trabalhos propostos na capacitação tornou-se a prioridade inicial da AMAD, ou seja, deflagrar uma campanha educativa e de saúde preventiva no Cacau Pirera, porto que faz a conexão com Manaus. Este porto, aliás, é o caos: balsas, voadeiras, ambulantes e passageiros indo e vindo, com lixo e esgoto a céu aberto, sem o mínimo de ordenamento, infraestrutura ou saneamento básico.

O projeto "O Amanhã pertence às crianças" está apenas começando (reuniões para organizar a proposta ocorreriam no final de agosto), mas tem previsão inicial de um ano, e é realizado através de parcerias entre a Secretaria Municipal de Saúde, o IPRAM, a Secretaria de Obras e Urbanização, a Secretaria de Educação e o AMAD - Iranduba.

f) Projeto "Saneamento e Educação Ambiental na Praia do Tupé".

Um outro programa de educação ambiental também baseado no tripé "saneamento, saúde e educação" é o desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologia da Faculdade de Saneamento da Universidade do Amazonas, e chamado "Saneamento e Educação Ambiental na Praia do Tupé". Iniciado como uma simples monografia de uma aluna (em 1996 e que hoje integra a equipe de EA da SEMED), acabou conquistando toda a equipe do laboratório, e passou a ser um trabalho reconhecido pela própria Universidade como sendo de extensão. A praia do Tupé tem sido cada vez mais visitada como área de lazer e turismo, por sua proximidade de Manaus e beleza natural. Segundo a Prof. Annunziata D. Chateaubriand, uma das coordenadoras do projeto, Tupé chega a receber até 4.000 pessoas no fim de semana, um número alto considerando-se a população local (cerca de 60 residências dispersas), e sua inclusão no sistema municipal de unidades de conservação como Área de Relevante Interesse Ecológico. Assim, com a falta completa de infraestrutura adequada e saneamento básico, a degradação ambiental tornou-se evidente, e foi o motivo básico do projeto ser iniciado na universidade.

Atualmente o projeto na praia do Tupé conta com parcerias entre o Laboratório de Saneamento, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria de Obras e Saneamento Básico (SEMOSB), a Fundação Nacional de Saúde (FNS), o Hospital Tropical e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEDEMA). O projeto contempla algumas linhas básicas como: desenvolvimento de tecnologias e infraestrutura de saneamento próprias adequadas ao contexto Tupé, coleta seletiva de lixo, construção do centro comunitário cultural para a comunidade, com atividades educativas permeando todas as ações, inclusive com a criação própria de material didático. Os trabalhos incluem toda a comunidade, enfocando desde tratamento adequado da água para uso doméstico até

desenvolvimento de módulos sanitários residenciais, tudo passando pela escola que é o centro das atividades comunitárias. A escola por sua vez também sofreu uma reforma completa, tanto de equipe quanto de infraestrutura, recebendo atualmente 80 alunos, quando antes apenas 20 a frequentavam (segundo a Annunziata). Nela estão envolvidos todos os alunos de pré escola, até terceira série, incluindo a educação de jovens e adolescentes, através de 5 turmas. No entanto, segundo a SEMED, as atividades ainda não entraram no projeto pedagógico da escola.

Apesar de várias mudanças já terem acontecido na comunidade do Tupé, tanto a coordenação pela Universidade, quanto a equipe de EA da SEMED ressaltam que a comunidade ainda não está organizada e tem dificuldades de trabalhar coletivamente, demonstrando grande interesse pelo que a equipe “de fora irá trazer” e não pelo que “juntos podem construir”. Assim fica claro que o projeto tem ainda muito caminho a ser construído, mas o empenho inicial de todos os órgãos envolvidos é um passo inicial. Como demonstrativo do empenho institucional em melhorar as condições da Praia do Tupé, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente autuou e impediu que um hotel flutuante sem as mínimas condições sanitárias ali permanecesse e se aproveitasse dos benefícios gerados (fato comentado independentemente pela equipe da SEMED, da universidade, e técnicos de outros projetos de EA em Manaus). É interessante ressaltar que o atual Secretário de Meio Ambiente era o Procurador do Ministério Público na gestão passada; e que, além do conhecimento de causa em questões ambientais, ele parece ter apoio de vários colaboradores deste levantamento.

g) Escola de Educação Ambiental

Continuando na linha de projetos em educação ambiental desenvolvidos pela Universidade, outras duas experiências devem ser ressaltadas. A primeira delas diz respeito à “Escola de Educação Ambiental”, criada em 1993 segundo interesses do próprio MEC, para ser um centro de referência em Educação Ambiental na região Amazônica, “com vistas ao desenvolvimento e à difusão de metodologias, instrumentos e mecanismos de informação necessários à formação de uma consciência pública sobre as questões ambientais” (documento de divulgação da EEA, 1998). A proposta da Escola e sua atuação já foi publicada no livro “Educação Ambiental: Caminhos Trilhados no Brasil, editado pela Suzana Pádua e a Marlene Tabanez, através do IPÊ, em 1997.

Segundo Elizabeth Conceição dos Santos, coordenadora da Escola, a equipe desempenha uma série de atividades, mas está trabalhando principalmente com o desenvolvimento de atividades em EA para o ensino formal de 5ª a 8ª séries. Não foi possível conhecer as atividades em si realizadas pela equipe de EA, mas a mesma informou que os materiais para professor e alunos, assim como as atividades produzidas e testadas devem ser publicadas num futuro próximo. Quanto a avaliação, a Elizabeth informou que são feitas avaliação dos instrutores, das atividades propostas e dos alunos. Com referência aos alunos são ainda avaliados os níveis cognitivo, afetivo e psicomotor, além de serem

realizadas reuniões com os pais. Uma dificuldade que a Escola encontrou para se ter uma avaliação mais ampla foi a inexistência de uma turma que acompanhasse todas as atividades de 5ª a 8ª série, ao longo da existência da escola.

Uma questão a ser levantada é a pouca inserção que a Escola de EA parece ter em outros projetos no estado, no Município de Manaus, ou ainda na própria Universidade. Nas experiências conhecidas para este Levantamento, a EAA participa de apenas 1 projeto (próxima experiência a ser comentada). Dada a importância de se valorizar experiências em EA dentro do ensino formal e do papel que a escola de EA pode vir a desempenhar, creio ser importante que suas atividades sejam divulgadas e analisadas pelos outros educadores.

h) Projeto Pé de Pincha

A terceira experiência de Educação Ambiental da Universidade do Amazonas, conhecida neste levantamento, é o projeto "Pé de Pincha", desenvolvido pela Faculdade de Ciências Agrárias, coordenado pelo prof. Paulo Machado Andrade, com um componente de EA. A proposta do projeto é de proteção e criação de quelônios em 2 municípios vizinhos (AM e PA), juntando a extensão rural feita pela universidade com a linha dos "Agentes Ambientais Voluntários - AAV" desenvolvido pelo IBAMA. Para a realização do projeto foi feito um seminário regional coordenado pela Prefeitura de Terra Santa (PA), Universidade do Amazonas e IBAMA, para que todos da comunidade pudessem conhecer a proposta inicial e decidir qual a melhor estratégia de desenvolvê-la, além de definir os participantes e as regiões prioritárias. Houve ainda o comprometimento por parte do IBAMA de realizar um curso de AAV específico para a região, além da regulamentação do uso dos lagos através de portarias legais. Neste caso, a definição da estrutura do componente de Educação Ambiental foi iniciada no seminário sob a coordenação da Professora Aldeniza C. de Lima (pertencente tanto à Faculdade de Ciências Agrárias quanto à Escola de Educação Ambiental) com a participação dos professores da rede de ensino fundamental e médio do município de Terra Santa.

Segundo o prof. Paulo, a expectativa e o envolvimento da comunidade foram surpreendentes: houve uma grande participação no seminário (esperados 100 pessoas e 255 compareceram), e logo após o mesmo, eles receberam na universidade uma nova proposta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente sobre a programação de meio ambiente para o ano, além da lei orgânica do município (para que as atividades fossem mais integradas e adequadas). Creio que este é um projeto que deva ser acompanhado mais de perto, porque tem como proposta aliar conservação, geração de renda (através de criação de animais silvestres pela comunidade) e educação, com princípios participativos. No entanto, o componente de EA ainda está sendo elaborado e a professora Aldeniza não mandou qualquer informação sobre o mesmo.

j) Bosque da Ciência – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA

Saindo do âmbito universitário, mas continuando na linha científica, o INPA desenvolve vários projetos educacionais, tanto realizados no próprio Bosque da Ciência, quanto nas comunidades vizinhas. São 3 linhas básicas de ação com diversos projetos. Na primeira linha de ação “INPA e Sociedade”, são desenvolvidos 4 projetos. “Pequenos Guias do Bosque da Ciência”, “Ação Mulher”, “Representação Social sobre Meio Ambiente dos Moradores vizinhos à Reserva Ducke”, e “Atividades de EA com comunidades vizinhas à Reserva Florestal Adolpho Ducke”. Na linha “Educação Científica” são desenvolvidos os seguintes projetos: “Produção de Material Educativo”, “Curso para Professores”, “Avaliação dos Conhecimentos Científicos Adquiridos pelos Alunos em Feiras de Ciências”, e “Clube do Pesquisador Mirim”. A terceira linha de ação do INPA é a “Educação Ambiental no Bosque da Ciência”.

O projeto **“Pequenos Guias do Bosque da Ciência”**, é uma experiência que envolve crianças e adolescentes regularmente matriculados na escola (a partir da 4ª série) e que moram na comunidade “Vale do Amanhecer”, vizinha ao INPA. O projeto foi iniciado como estratégia de reduzir as distâncias entre o instituto (com uma grande área florestal protegida e “inútil”) e a população carente do entorno (que não poderia utilizar estes recursos). O programa consiste em três momentos educacionais distintos: “Formação Educacional Crítica”, “Atuação e Interação no Bosque da Ciência” e “Participação Cidadã na Comunidade”. O primeiro momento consiste no desenvolvimento de atividades com pesquisadores e educadores do INPA com temas sobre ecologia, meio ambiente e vida social, onde noções de turismo e história do Amazonas também são priorizadas. O segundo momento consiste em seleção dos participantes e atuação como “pequenos guias” para os visitantes da área do INPA aberta à visitação, o chamado “Bosque da Ciência”, com 130.000m². Nesta fase são selecionados crianças e jovens de 10 a 14 anos, que recebem uniformes, uma “bolsa-aprendiz” de R\$ 60,00 financiada pela Prefeitura Municipal, e cumprem uma escala de atendimento semanal (duas vezes por semana). O terceiro momento do programa acontece quando o participante completa 15 anos, então os adolescentes participam da fase “Participação Cidadã” na comunidade, ou seja, uma atuação mais dinâmica na comunidade, voltada à melhoria da qualidade ambiental e social.

Segundo a coordenadora do Grupo de Trabalho em Educação Ambiental Fernanda D. C. B. Vieira, atualmente 400 crianças já passaram pelo projeto, distribuídos em 6 turmas e envolvendo 297 famílias da comunidade vizinha, o que equivale a 40% das famílias do bairro. Ainda segundo a coordenação do projeto, um retorno indireto verificado foi o aumento de participação destes alunos na escolas, inclusive com alguns se destacando nas atividades, e a contratação de alguns participantes da primeira turma de “pequenos-guias” (já não tão “pequenos” assim) como guias em hotéis.

Seguindo linha semelhante ao INPA, o Parque do Mindu está também iniciando trabalho com guias. Com o apoio da prefeitura, jovens carentes de 14 a 16 anos estão sendo treinados para acompanhar visitantes no Parque, como parte das atividades do Programa Municipal “Criança Urgente”. Como o

programa ainda está no início das atividades, não se pode fazer maiores considerações.

j) Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Papel

Um outro trabalho interessante que merece atenção especial é o Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Papel realizado pela BIPACEL (Benaion Industria de Papel e Celulose S/A), ULBRA (Universidade Luterana do Brasil-AM), Fundação GAIA (ONG), Prefeitura Municipal de Manaus através da Secretaria de Meio Ambiente, e Governo do Estado (escolas estaduais). O Programa surgiu após um ciclo de seminários realizados em Manaus para se discutir a situação dos resíduos sólidos na capital. Segundo Juliano M.V. Souza, coordenador da coleta seletiva na empresa, a BIPACEL prontificou-se a apoiar um trabalho local de coleta seletiva e reciclagem de papéis por ser uma indústria de papel que trabalha com reciclados, e porque importava em média 23 T de papel reciclado de Goiânia para Manaus. A Fundação Gaia e ULBRA ficaram responsáveis por todo suporte educativo, a Prefeitura participa com a divulgação do projeto, saneamento básico e estrutura das escolas municipais, e o governo do estado está representado pelas escolas estaduais.

Foram criadas duas linhas de ação básica neste projeto: a criação da Associação de Catadores de Papel no centro da cidade, e o trabalho com as escolas e associação de moradores. Para a formação da Associação de Catadores, a BIPACEL divulgou a proposta na associação de moradores do bairro vizinho a empresa. Inscreveram-se jovens desempregados, de 15 a 21 anos, todos do sexo masculino. Como apoio à Associação, a BIPACEL forneceu o ponto de coleta (para armazenar o material coletado), a capacitação da equipe, os carrinhos, os uniformes e o compromisso de comprar o papel coletado (20 T por semana) a preço abaixo do mercado por um ano, como contrapartida pelos investimentos iniciais. A área inicial de coleta foi definida como um trecho do centro da cidade com alta concentração de bancos, repartições públicas e escolas. Após 3 meses de projeto já é possível manter 10 associados.

Na segunda linha de ação do programa, estão participando 11 escolas, 1 associação de moradores de bairro e 1 condomínio. Através de palestras e discussões em grupo, audiovisuais e desenvolvimento de peças de teatro, pretende-se discutir a problemática do lixo em seu contexto maior, evitando cair no mercantilismo (reciclar para ganhar \$), e possibilitando aos alunos a compreensão de todo o processo (com visitas a indústria e utilização de materiais cuja origem baseia-se em papéis reciclados). Nesta linha de ação estão envolvidos, além dos representantes da Gaia (Claudia Steiner e Paulo, este último também professor da ULBRA), 9 estudantes universitários (6 de Engenharia Sanitária e 3 de Psicologia). Infelizmente ainda não estão disponíveis maiores detalhes sobre como está sendo feito o trabalho nas escolas.

l) Projeto O Dia em que a Floresta Falou

Uma proposta de educação ambiental independente é a realizada pelo “Grupo de Teatro Tempo”, através da peça “O Dia em que a Floresta Falou”. O idealizador do Grupo, o Elias, parece ter sido uma peça-chave na implantação de educação ambiental na Fundação Vitória Amazônica no antigo projeto “Sauím-de-Coleira” e nos passos iniciais nas ações de EA relacionadas ao Parque Nacional do Jaú. Atualmente vinculado ao grupo de teatro, o ator-educador elaborou uma peça educativa onde se discute os problema das florestas e a contribuição de cada um para seu futuro.

Dentro da proposta está a apresentação da peça com discussão em grupo sobre os temas tratados na peça e opinião dos alunos, professores, etc. Após um ano de apresentações para as escolas o projeto parou em 1999, devido à falta de patrocinadores. As apresentações foram feitas para escolas carentes que em sua maioria têm dificuldades em pagar os ingressos, por menores que sejam. Apesar de não ter sido possível assistir ao espetáculo, a empolgação com a qual o Elias apresentou seu trabalho foi contagiante. Creio ser uma daqueles empreendimentos pessoais, que resistem às diversas dificuldades graças a paixão visceral que seus coordenadores têm pelo próprio trabalho. Acho que vale a pena verificar a viabilidade de convidá-lo para uma apresentação, por exemplo, como parte das atividades dos seminários locais. Seria uma forma de apoiar alternativas inovadoras que utilizem outros canais de comunicação com a as crianças e jovens, além de divulgar a iniciativa junto às secretarias de educação

E. PARÁ

1. Experiências Em Educação Ambiental

1.1. BELÉM

A grande maioria dos projetos socioambientais desenvolvidos no estado do Pará tem escritório na cidade de Belém, que como capital, concentra o poder estadual, municipal e também o federal. Por esse motivo, as instituições governamentais e os centros de conhecimento em EA foram necessariamente priorizados.

A inserção da EA no âmbito municipal é um projeto político pedagógico denominado de **Escola Cabana**: Uma Nova Organização da Ação Educativa Escolar voltada para a Democratização do Acesso e Gestão Democrática do Sistema Municipal de Educação.

A **Fundação Escola Bosque**, idealizada pelo estudioso do sistema insular de Belém, José Mariano Klautau, tem um princípio metodológico de vertente socioambiental. É criado à partir de centros de referência em EA e unidades/anexos regionais. Vinculada a Secretaria Municipal de Educação está

sendo incorporada na nova política municipal, sem o devido reconhecimento da sua especificidade dentro da rede oficial. A metodologia Escola Bosque está sendo desenvolvida também no Amapá, no âmbito estadual.

a) Secretaria Estadual de Educação - SEDUC

A Secretaria Estadual de Educação apresenta projetos pouco definidos para a dimensão do estado do Pará. Estão trabalhando atualmente a inserção da EA em 50 escolas do município de Belém. Diante da impossibilidade de estabelecer contato com os responsáveis, não foi possível detalhar o projeto.

A inserção da EA no ensino fundamental no Pará, poderá contar com a contribuição de dois fortes articuladores, que atuam em áreas distintas, mas que poderiam estar dinamizando o processo de discussão para agilizar a implementação das políticas públicas com relação a EA:

- **Fórum da Amazônia Oriental – FAOR** está implantando o **Observatório da Cidadania**, interlocutor da sociedade civil no monitoramento das ações e políticas do legislativo e executivo do estado;
- **Fórum Permanente de Educação Ambiental – FORPEAM** – composto por organizações governamentais e não governamentais, trabalha assessorando os municípios de Vigia, Capanema, Tururi, Rio Maria, Santa Isabel do Pará, Benevides, Igarapé Miri, Ponta das Pedras, Soure, Conceição do Araguaia, Bragança, Cametá, Altamira, Itaituba, para a constituição dos Fóruns Municipais de EA e a futura inserção da EA no ensino fundamental.

FAOR e FORPEAM, são membros do **CINEA**.- Comissão Interinstitucional de EA que operacionaliza o **Programa Estadual de Educação Ambiental – PEAM**, coordenado pela SECTAM (no momento passando por grande reestruturação político-administrativa). O **CINEA** é formado por dois representantes (titular e suplente) dos órgãos: Secretarias Executivas de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente-SECTAM, de Educação-SEDUC, de Trabalho e Promoção Social-SETEPS, de Agricultura-SAGRI, de Saúde Pública-SESPA, de Planejamento-SEPLAN; Universidades do Estado do Pará-UEPA e da Amazônia-UNAMA; Ministério Público Estadual; **Fórum Permanente de Educação Ambiental-FORPEAM**, Cia. Independente de Polícia do Meio Ambiente-cipoma; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER-PA; Federação das Associações dos Municípios do estado do Pará-FAMEP, **Fórum da Amazônia Oriental-FAOR**, Centro de Estudos Superior do Pará - CESUPA, Universidade Federal do Pará-UFPA, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP, Centro de Educação Tecnológico do Pará-CEFET, Museu Paraense Emílio Goeldi, IBAMA, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém-FUNVERDE. A SECTAM está coordenando um levantamento das experiências de EA buscando a criação de uma agenda integrada dos inúmeros projetos isolados de EA existentes no estado do Pará.

Com relação as Unidades de Conservação estaduais, a SECTAM – DIAM, desenvolve trabalho de EA no Parque Ambiental de Belém, através de cursos e visitas monitoradas. O estado do Pará tem apenas 2 UCs implantadas (das 8 existentes): Parque Ambiental de Belém e Serra das Andorinhas, com sede no município de Marabá administrado pela Fundação Serra das Andorinhas e Fundação Casa da Cultura de Marabá com um trabalho de EA envolvendo as comunidades do entorno.

O Núcleo de EA – IBAMA, passa por sérios problemas financeiros, com praticamente todos os projetos interrompidos em 1999.

Belém tem um consistente e significativo acervo à disposição da educação ambiental: publicações específicas de assuntos amazônicos e centros de referência internacional do conhecimento amazônico tais como o Núcleo Avançado de Estudos Amazônicos – NAEA -UFPA, Núcleo de Meio Ambiente - UFPA, IMAZON, FASE, e o Museu Paraense Emilio Goeldi que vem desenvolvendo há mais de cem anos pesquisas científicas específicas sobre a região.

b) Museu Paraense Emilio Goeldi

O **Clube dos Pesquisadores Mirins**, experiência realizada pelo Museu Paraense Emilio Goeldi - MPEG, busca despertar nos jovens a curiosidade para a ciência de modo criativo. O Projeto desenvolve histórias, cartilhas e jogos educativos, específicos do meio ambiente amazônico que merecem atenção especial pela sua criatividade e qualidade dos protótipos realizados. No momento o projeto passa por graves problemas financeiros, devido ao corte no orçamento do Governo Federal - CNPq, em 1999. O material produzido pelas 06 oficinas semestrais realizadas pelo Programa dos Pesquisadores Mirins (Arte e meio Ambiente, O homem e natureza, Frutas da Amazônia, Turismo e Meio Ambiente, Animais pré históricos da Amazônia e Quelônios.) poderiam estar contribuindo significativamente para a sustentabilidade do projeto.

O Projeto **Cidade Limpa, Cidade Limpa**, coordenado também pelo MPEG, é uma experiência de educação ambiental voltada para alertar e buscar soluções para a poluição dos rios. Através de campanhas nas embarcações de passageiros iniciam um trabalho maior junto as Prefeituras e comunidades ribeirinhas com relação ao destino dos resíduos sólidos. É um projeto que busca envolver também as escolas através da capacitação de agentes locais que serão, na maioria, professores que estarão responsáveis pela implantação do projeto.

c) Universidade Federal do Pará

O **Núcleo de Meio Ambiente –UFPA** foi criado *para dar uma atenção especial aos problemas relacionados com o meio ambiente*. É um articulador das atividades acadêmicas na área ambiental e organizador do grande potencial técnico-científico produzido pela UFPA para disponibilizá-lo para a sociedade amazônica que busca soluções para problemas relacionados ao meio ambiente.

biodiversidade e desenvolvimento sustentável. É um acervo básico para a formação de recursos humanos na área socioambiental e desenvolve um curso de especialização em EA. Está vinculado ao NUMA, o **POEMA – Pobreza e Meio Ambiente**, que não foi possível visitar.

O **Núcleo Avançado de Estudos Amazônicos-NAEA**, possui a mais completa biblioteca da UFPA, inúmeros convênios com Universidades internacionais e uma vasta experiência em pesquisa. Há vinte anos oferece cursos de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento nas áreas de Política e Economia do Desenvolvimento Regional e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável já na terceira turma.

O **Centro de Educação – CE** da UFPA trabalha mais sistematicamente com a EA há dois anos com a criação do Grupo de Estudos de EA, Cultura e Meio Ambiente – GEAM e o Curso de Especialização em Tecnologia para a Educação Ambiental, voltado principalmente para *“instrumentalizar professores da Rede Pública de Ensino Fundamental e Médio(terceiro grau completo) com referências teóricas e práticas metodológicas acerca das tecnologias educacionais aplicadas a programas escolares.”* O CE desenvolve o Programa Integrado de EA e Universidade Vida em três linhas de ação: 1. Inserção da EA no currículo do 3º Grau nos cursos de pedagogia e ciências biológicas; 2. Pesquisa das experiências e ações de EA na década de 90 em parceria com a SECTAM, 3. Extensão universitária que promove a ampliação das discussões socioambientais junto as comunidades, através do programa de bolsistas para apoio a projetos de EA.

A UFPA tem Campus Avançado em Bragança, Castanhal, Soure, Santarém, Abaetetuba, Breves, Tucuruí, Marabá e Cametá.

d) ONGs

As experiências desenvolvidas por numerosas ONGs com sede em Belém, não foram devidamente mapeadas, e merecem um detalhamento posterior. Das poucas experiências visitadas, o **Movimento República dos Emaús**, é um exemplo de projeto bem estruturado voltado para crianças e adolescentes em situação de risco. Trabalham a Educação formal, com laboratórios pedagógicos para a re-adaptação do aluno à escola e com educação não formal. A EA é parte integrante das atividades do Movimento Emaús, já que o objeto de trabalho central, a sucata recolhida anualmente pela campanha dos Emaús, é um exemplo de transformação e reaproveitamento dos restos de uma cidade alimentando um projeto de muitos braços e de muita solidariedade. Uma experiência muito especial do Movimento Emaús é a **Arte de Viver** que consiste na realização de oficinas de recuperação de bonecas como uma metodologia para a recuperação de garotas violentadas. A sala onde a educadora Naraguaçu Pureza realiza as Oficinas é um ambiente que expressa a densidade emocional do trabalho realizado.

1.2. BENEVIDES

O Fórum Permanente de EA – FORPEAM, presta assessoria ao Município apoiando a prefeitura na elaboração de projetos na área ambiental e na articulação estadual nos diversos órgãos estaduais que compõem o Fórum.

Benevides é área prioritária da Comunidade Solidária. O programa Capacitação Solidária vem atuando no município há 2 anos, desenvolvendo cursos de capacitação em parceria com a Prefeitura e instituições locais. 1. **Programa de EA modular** - Centro Cultural e Comunitário de Benevides - realizado em parceria com o FORPEAM, Capacitação Solidária. Prefeitura Municipal de Benevides, EMBRAPA e Centro Comunitário, é desenvolvido a partir de Oficinas de implantação de biblioteca, campanha de lixo, compostagem orgânica e reflorestamento; 2. Plantas ornamentais, Viveiros para a arborização e paisagismo da cidade; 3. Educação para alunos de aprendizado especial, 4. Oficinas de Olaria; 5. Oficina de Cerâmica; 6. Técnico em refrigeração; 7. Marcenaria para jovens; 8. Panificação; 9. Costura; 10. Serigrafia

A Prefeitura Municipal está desenvolvendo um projeto para a destinação dos resíduos

sólidos com a construção de uma usina de reciclagem e um aterro sanitário, aliados à projetos comunitários em parceria com a associação de catadores para separação do lixo e compostagem orgânica.

No Município de Benevides está o Movimento Folcolares, um trabalho comunitário voltado para a economia da comunhão que busca a sustentabilidade através do beneficiamento do cupuaçu e de um viver compartilhado.

1.3 IGARAPE-MIRI

O Município também conta com a assessoria do Fórum Permanente de EA que vem atuando na interação com os agentes/atores municipais, para o desenvolvimento de projetos socioambientais, de capacitação e de assessoria técnica, política e administrativa e a sua posterior articulação junto ao governo estadual.

Igarapé-Miri possui um imenso potencial ecoturístico com atrativos como a Vila de Maiauatá, um mercado-porto de extrema beleza. "A Veneza do Tocantins" é um importante entreposto comercial da região, distribuindo a produção dos ribeirinhos e abastecendo as populações dos rios das Flores, Itanhábuco e Tocantins entre outros. É um mercado incorporado ao porto/trapiche que junto ao comércio, se realiza a construção de embarcações e o beneficiamento do palmito.

A maior fonte econômica do município é o açaí – fruto e palmito, seguido da pimenta do reino, mandioca, arroz, olarias, construção náutica, pesca, e comércio.

O Município está reativando a Escola Técnica e vai dirigir a capacitação para a produção sustentável do município, a sua verdadeira vocação

1.4. SANTARÉM

Santarém tem uma concentração de experiências criativas e inovadoras em educação ambiental como por exemplo o **Projeto Várzea**, o **Projeto Saúde e Alegria**, o **Grupo de Defesa da Amazônia - GDA**, o **Projeto IARA**, que trabalham a vertente sócioambiental da EA. Com características bem próprias e em áreas de atuação diferenciadas, trabalham com princípios semelhantes metodologias fundamentadas em temas geradores, participação e planejamento comunitário através de diagnósticos e pesquisa participativa voltada para o mapeamento e monitoramento da realidade, investindo principalmente na capacitação para a autonomia e gestão comunitária.

A vantagem evidente de Santarém são as parcerias firmadas e por firmar, e o intercâmbio de metodologias - aprimoramento - potencializando o que cada um tem de melhor: organização, criatividade, suporte técnico, articulação, planejamento participação/interação entre instituições. Existe também um intercâmbio entre as experiências de EA de Santarém com as do estado do Amapá

a) Projeto Várzea

Alguns programas regionais como o PPG7, vem estabelecendo parcerias com o IBAMA, Saúde e Alegria e GDA, Projeto Várzea entre outros. O Plano de Gestão Ambiental Integrada – PGAI de Santarém elaborado com a consultoria do Projeto Várzea – IPAM, reúne as organizações governamentais e não governamentais voltado *“para a promoção de ações que levem a um desenvolvimento sustentável, entendido com equidade social, crescimento econômico e conservação ambiental, visando a melhoria na qualidade de vida das gerações presentes e futuras.”*

O processo de inserção da EA no âmbito municipal já foi iniciado com a parceria do Projeto Várzea de Educação Ambiental e Secretaria Municipal de Educação incluindo 56 escolas da rede municipal. O PEA - Projeto Várzea foi experimentado em dois períodos letivos e meio, envolvendo 4 escolas da Ilha de Ituqui. A experiência demonstrou a sua capacidade multiplicativa, pelas suas características de flexibilidade e especificidade para a região amazônica.

É um Programa de Educação Ambiental que trabalha a construção do conhecimento à partir de temas geradores e das experiências dos comunitários. O material didático e os programas educacionais são elaborados de acordo com as necessidades e recursos de cada local, de forma interdisciplinar. A escola é vista e trabalhada como geradora de conhecimento e de novas idéias e é também aglutinadora da complexa realidade local no conjunto dos professores, alunos e famílias. A escola assume papel fundamental na mudança de comportamento da população ribeirinha para um melhor manejo dos recursos naturais. Os temas geradores do Projeto Piloto foram: A Terra, nosso mundo, nosso lar; Meio Ambiente e recursos naturais; Nossa Comunidade; O ciclo hidrológico e o rio

Amazonas; Os ambientes da várzea; Solo e agricultura; Cadeia alimentar e o ciclo da vida; Adaptação e meio ambiente; Ciclo anual da vida na várzea; Natureza: equilíbrio e desequilíbrio; Manejo dos recursos naturais de várzea

O Projeto Várzea é uma experiência demonstrativa que soluciona a inserção local/municipal da EA com criatividade e qualidade, usando o universo vocabular da região, e os conhecimentos da própria comunidade sobre seu meio ambiente para a construção coletiva do conhecimento socioambiental.

b) Projeto Saúde e Alegria – PSA

Há mais de 12 anos, o Projeto Saúde e Alegria – PSA vem atuando junto a 27 comunidades – aproximadamente 20 000 ribeirinhos do Tapajós, Arapiuns e Amazonas, *“com resultados reais de modificação do perfil social dos moradores e de grande mobilização em torno do seu desenvolvimento sustentável, promovendo as capacidades e recursos locais e a valorização da identidade cultural da população”*.

A EA é a base de todos os programas desenvolvidos no PSA: Organização e Gestão Comunitária, Saúde, Produção Agroflorestal, Educação e Cultura, Mulher Cabocla e Comunicação Popular. Trabalham com uma equipe técnica interdisciplinar percorrendo as comunidades, em barco próprio, sensibilizando e capacitando os ribeirinhos. O **Gran Circo Mocarongo Saúde e Alegria** é um recurso inovador para a aproximação e desenvolvimento dos trabalhos comunitários. Este trabalho de mobilização tem na arte e no lúdico a sua principal expressão. *“A partir de esquetes educativas e culturais, os valores locais são resgatados e os conteúdos são difundidos com a própria linguagem comunitária. Este pequeno espetáculo mambembe tem sido a maior forma de expressão, criação coletiva e interação humana de toda a proposta”*

O **Programa da Mulher Cabocla** é desenvolvido com um grupo de 29 mulheres artesãs de Urucureá, uma pequena comunidade com 46 famílias no rio Arapiuns. A ação inicial desse programa buscou o resgate e valorização da cestaria em palha de Tucumã (*Astrocryum tucuma*) trabalhando a organização comunitária e a divulgação do produto. Hoje desenvolvem 26 itens, 100% naturais, utilizando de forma sustentável os recursos existentes na própria comunidade e por esses motivos, poderá ser o primeiro produto da região a obter o selo verde. A produção é comercializada através de um fundo rotativo, onde 70% do valor do produto é da artesã e o restante, remunera uma gerente de vendas e desenvolve outras ações voltadas para a nutrição, economia doméstica, reaproveitamento de safra, direitos da mulher e educação para a cidadania. Construíram a casa das artesãs onde funciona o museu e o depósito. O programa teve financiamento da UNICEF – “Saúde da Mulher” até 1997, que mantinha uma equipe de cinco pessoas. Estão em processo de criação de uma associação e aguardam a liberação de recurso aprovado pelo PD/A- PPG7, voltado para essa ação. Este financiamento irá também recompor a equipe de trabalho que hoje conta apenas com o trabalho dedicado e eficiente da coordenadora Valcléia dos Santos Lima, da gerente de vendas e das mulheres de Urucureá. O programa já

tem mapeado dez comunidades de mulheres que definiram grupos de interesse para multiplicar a experiência.

O **Programa de Saúde** trabalha há 11 anos buscando contribuir com as políticas públicas e estabelecer parcerias com instituições que atuam na área da saúde como Pastoral da Criança, APAE, Faculdades Integradas do Tocantins e Maternidade Sagrada Família. Implantaram três Conselhos Locais Integrais de Saúde – CLIS que acompanham o trabalho dos Agentes de Saúde. Centram os esforços na organização voltada para a gestão comunitária. O coordenador Rosival Dias de Souza, enfermeiro, mágico, palhaço e educador popular, desenvolve com uma equipe de quatro técnicos, campanhas de aleitamento materno, estímulo ao pré-natal, DST-AIDS e é Presidente da Comissão Municipal de prevenção a AIDS representando o PSA, que é, sem dúvida, uma referência importante para a saúde do município. *“saúde do corpo, alegria da alma”*. A UNAIS – Serviço social da Realeza inglesa, mantém um médico e uma enfermeira no programa.

O componente de **Comunicação Popular** faz a ligação entre as comunidades e também entre os programas desenvolvidos através da Rádio, TV, Jornais Comunitários e Jornal Intercomunitário e o Gran Circo Mocarongo. Todas as mídias são utilizadas para a formação de repórteres rurais, para apoio na criação de recursos pedagógicos do programa, e para a divulgação dos eventos realizados pelo PSA e comunidades como as Olimpíadas Regionais anuais. Possuem um estúdio e 5 kits móveis de Rádio que circulam entre as comunidades; uma televisão comunitária doada pela UNICEF e um acervo significativo de imagens das comunidades trabalhadas.

É um centro de informação e pesquisa para a população de Santarém, principalmente para os estudantes.

O trabalho desenvolvido pelo programa de **Produção Agroflorestal** está voltado para o aumento da oferta de alimento, para a melhoria do uso dos recursos florestais e para a geração de renda a partir dos excedentes da produção comunitária. É um programa que atua na capacitação de produtores rurais para o manejo florestal adequado, na assessoria para a criação de sistemas e quintais agroflorestais, no apoio a comercialização, na prevenção à queimadas e na criação de uma Reserva Comunitária, doada ao PSA com o compromisso de repassá-la para a comunidade. É um programa que trabalha de modo interligado, através de unidades demonstrativas da FLONA e RESEX Tapajós e comunidades do entorno. Desenvolvem projetos em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Belterra e também participam do Programa Pró-Manejo-PPG7 da FLONA Tapajós com o desenvolvimento comunitário em parceria com o GDA e IBAMA.

O **Conselho Intercomunitário** é o interlocutor da comunidade junto ao PSA e responsável pela gestão e continuidade dos projetos. É a síntese do trabalho do Saúde e Alegria *“instrumentalizar gradativamente a população para assumir a gestão de todo o processo.”* Formado por grandes lideranças comunitárias dos rios Amazonas, Arapiuns e Tapajós, estão voltados para o

planejamento das ações, supervisão e avaliação dos programas em cada comunidade de modo interativo. Tive a oportunidade de assistir uma parte da reunião do Conselho, que decidia o regimento de funcionamento do barco, que atenderá as demandas do conselho, de capacitação, e do escoamento da produção das comunidades trabalhadas. Este fragmento do todo permitiu constatar o acerto da metodologia, o grau de entendimento do papel de cada um e do envolvimento da Comunidade e do Projeto para alcançar as metas traçadas no processo de construção da autonomia comunitária

O **Projeto Saúde e Alegria**, à partir de solicitação do Ministério do Meio Ambiente iniciará o projeto **“Educação Ambiental e Participação/Agenda 21 em Comunidades Locais”** que tem como objetivo *“apoiar os processos próprios de Educação Ambiental valorizar as alternativas sustentáveis para o seu desenvolvimento, através de agentes multiplicadores e organizações de fóruns de EA locais e regionais, iniciando assim um trabalho de sensibilização para a Agenda 21 Local”*

c) Grupo de Defesa da Amazônia - GDA

O Grupo de Defesa da Amazônia - GDA iniciou suas atividades com 12 pessoas preocupadas com os impactos gerados nas populações, decorrentes dos grandes projetos amazônicos dos anos 70.. Trabalharam durante quase duas décadas com campanhas de denúncia, subsidiando pesquisas e facilitando as relações das comunidades com os órgãos oficiais. Em 1990 legalizam o GDA atendendo às solicitações das comunidades no sentido de apoiar ações e desenvolver projetos necessários para a melhoria da qualidade ambiental da região e da vida de sua população.

Atualmente estão desenvolvendo o Programa de Capacitação em Educação Ambiental para multiplicadores, em parceria com Associações de Moradores e Produtores Rurais de Amorim, Vista Alegre e Tapajós - AMPRAVAT e Associação intercomunitária de Arapiuns, Maró e Aruão – AIRAMA, totalizando seis comunidades do rio Tapajós que ainda não tinham um projeto definido de EA.

O GDA é responsável pelo componente de **EA no Projeto da Floresta Nacional do Tapajós**, financiado pelo PPG7. É um programa de cinco anos, voltado para as comunidades do interior e entorno da FLONA, em parceria com o IBAMA – Projeto IARA e o sindicato de Trabalhadores Rurais de Belterra. No momento estão em fase de detalhamento do projeto. O GDA também trabalha na Reserva Extrativista de Tapajós, atendendo a 20 comunidades das 74 existentes, voltado para a organização comunitária e para a construção de bases conceituais de EA.

d) Projeto IARA

O Projeto **“Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: Estados do Pará e Amazonas – Projeto IARA** foi criado em 1990, para subsidiar o ordenamento pesqueiro impactado pelo explosivo crescimento da pesca

comercial, e suas técnicas predatórias, que vinha acarretando significativas alterações no ambiente natural, comprometendo o estoque disponível para a pesca tradicional dos ribeirinhos. O Projeto IARA, foi parte do acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Alemão e o Governo Brasileiro, inserido no Programa "Planejamento Pesqueiro Artesanal" com o financiamento e consultoria do GTZ, BMZ e GOPA até 1993. O CNPq financiou 25 bolsistas até 1998 que foram fundamentais para a continuidade do projeto assim como a cooperação técnica e científica do MPEG, UFPA - Projeto Várzea, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP, Faculdades Integradas do Tocantins, NAEA, EMBRAPA entre outras

"Desde o início, o projeto trabalhou com uma abordagem participativa no sentido de integrar o grupo alvo, os pescadores, ribeirinhos e instituições relacionadas com a pesca, à administração pesqueira, partindo da idéia que sustentabilidade não pode ser decretada e que somente através de um sistema de co-gestão é que se vai conseguir que todos os grupos dos interessados na questão pesqueira se identifiquem com as medidas a serem tomadas, garantindo assim um máximo grau de funcionamento das futuras estratégias de gestão. Este conceito exigia um contato muito mais direto com os usuários dos recursos pesqueiros do que o Poder Público normalmente estabelece. Para isso, o projeto desenvolveu metodologias próprias que serviam aos diferentes objetivos do trabalho e refletiam sempre as duas vertentes de pesquisa e intervenção."

O processo contínuo e permanente de capacitação das comunidades e técnicos da administração pública, gerou um novo modelo de gestão ambiental sustentável, apoiado na formação de agentes ambientais credenciados pelo IBAMA, como interlocutores da comunidade junto aos órgãos ambientais e fiscais comunitários dos Acordos de Pesca igualmente reconhecidos como instrumento normativo. Foi criado um sistema de monitoramento permanente da produção pesqueira, fortalecendo e ampliando a atuação das organizações de pescadores, nos fóruns regionais de discussão e decisão

"A participação da sociedade somente se dará de forma efetiva se ela se encontrar organizada e legitimamente representada nas instâncias de tomada de decisões, através de suas organizações."

O projeto tem um rico acervo de levantamentos e diagnósticos sociais, econômicos e culturais das comunidades trabalhadas e de publicações sobre o manejo pesqueiro da região.

Atualmente está vinculado ao CNPT-IBAMA, e desenvolve parcerias com o Projeto Várzea-IPAM e com o **Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais – I.A.R.A.** que trabalha com o Projeto IARA desde 1996, desenvolvendo o Projeto: "Apoio à Implementação da Gestão Participativa da Pesca no Médio Amazonas" financiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO demonstrando uma experiência que garante a continuidade dos projetos e ações, através de parceria entre o setor governamental e não governamental.

1.6. MARABÁ - PA

A luta pela terra, a existência de mais de 200 assentamentos da região, a violência rural, os desmatamentos, as queimadas. o impacto socioambiental dos grande empreendimentos representam o universo das questões ambientais de Marabá. As experiências mais representativas e necessárias de EA, estão dirigidas para os trabalhadores rurais através do apoio técnico e tecnológico para as comunidades organizadas em seis sindicatos com mais de dois mil trabalhadores, divididos em 138 delegacias regionais

a) Fundação Agrária do Tocantins e Araguaia - FATA

A Fundação Agrária do Tocantins e Araguaia - FATA desenvolve 3 projetos de capacitação para trabalhadores rurais: **Ação Teste** que apoia e desenvolve projetos da comunidade, financiado pelo Governo do Pará e Governo Britânico, **Apoio a Capacitação sindical**, com financiamento Belga, trabalha com a formação de monitores responsáveis pelo acompanhamento dos projetos nos assentamentos; e **Estágio de base** que busca o intercâmbio entre os assentamentos/comunidades. Os projetos são desenvolvidos em parceria com diversos órgãos/entidades da região como a Escola Família Agrícola, Laboratório Socio-Agrônomo do Tocantins - LASAT, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Prefeituras Municipais, FETAGRI, CAT, EMBRAPA, SETAGRI, COOCAT - Cooperativa Camponesa Araguaia e Tocantins. Conta com financiamentos de algumas instituições, mas vem buscando a sua sustentabilidade, através da produção agrícola, avícola e florestal da propriedade de 86 ha, e do aluguel do Centro de Convivência com capacidade para 100 pessoas dormindo em redes. O ambiente do Centro é agradável e muito apropriado para a realização de encontros e adequado ao clima local.

O **LASAT**, formado por jovens engenheiros agrônomos que se destacam pelo trabalho na vertente socioambiental, é o parceiro da FATA na operacionalização do Projeto Ação Teste, desenvolvendo linhas de pesquisa participativas, voltadas para a gestão dos recursos naturais e para as questões técnicas da produção agroflorestal. Nas escolas dos assentamentos, trabalham com os alunos, exercícios práticos de valorização da floresta.

O Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular CEPASP trata a questão ambiental nos assentamentos e a sua atuação deveria ser detalhada já que não foi possível o contato.

b) Fundação Casa da Cultura e a Fundação Serra das Andorinhas

A Fundação Casa da Cultura e a Fundação Serra das Andorinhas desempenham um papel de articulação e desenvolvimento de programas de EA na cidade de Marabá. Por motivos de saúde do responsável pelas fundações, não foi possível detalhar a experiência o que representou uma lacuna irreparável para o entendimento da rede de relações da EA em Marabá. A Fundação Casa da Cultura de Marabá vem coordenando a discussão de uma nova concepção do

ensino, enfatizando os temas locais, trabalhando o ambiente vivo e capacitando os professores da rede oficial.

c) Secretaria Municipal de Educação - SEMED

A **Unidade Regional de Educação** vinculada a Secretaria Municipal de Educação vem desenvolvendo campanhas e participando de algumas atividades voltadas para trabalhos de extensão rural, mais ainda sem um desenho mais preciso para a EA, e a sua inserção no ensino fundamental. Estarão realizando a III Jornada Intermunicipal de Educação: A Universalidade do Ensino Público de Qualidade – perspectivas e desafios no final de outubro, enfatizando a problemática ambiental do município de Marabá.

d) Universidade Federal do Pará - UFPA

O Campus do Sul e Sudeste do Pará da UFPA articula a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável do Município. Oferecem cursos de especialização na área ambiental, através do NUMA, voltados para o público em geral e em particular para os técnicos das instituições públicas. *"A discussão sobre os problemas ambientais em Marabá, não corresponde a gravidade dos problemas enfrentados pela população."* O Campus está elaborando um encontro para despertar e dinamizar essas questões onde acontecerá também, o seminário "O Educador e o Desenvolvimento social no próximo milênio." A UFPA apoia também, o Programa de Alfabetização de jovens e adultos em parceria com o INCRA, FETAGRI e MST, oferecendo bolsa para 4 professores, que capacitam cada um, 10 monitores de assentamentos, que irão trabalhar remunerados, com a alfabetização de 20 pessoas cada um.

O Conselho Pastoral da Terra CPT, chegou na região em 1976, chamado pela violência rural implantada pelos grandes empreendimentos/interesses capitalistas na Amazônia e que até hoje representam ameaça constante do ponto de vista ambiental e social. O CPT apoia e assessora os movimentos e sindicatos rurais na conquista e permanência na terra e na busca de alternativas produtivas sustentáveis. Hoje desenvolvem trabalhos em 250 assentamentos com 60.000 famílias em Marabá, Xinguara, Tucumã e Tucuruí, Sul e Sudeste do Pará em parceria com FETAGRI, FATA, LASAT e CEPASP.

F. AMAPÁ

1. Experiências em Educação Ambiental

"A decisão de adotar o Desenvolvimento Sustentável como política de Governo para o Amapá, representou um marco na história recente da Amazônia. Trouxe o conceito para o campo experimental, ampliou a escala das pequenas iniciativas existentes até então, inaugurou uma alternativa para o desenvolvimento

regional e demonstrou que a sustentabilidade é um processo cumulativo, construído de projetos inovadores em todas as áreas que, aos poucos modificam as estruturas tradicionais da economia e da sociedade.” PDSA

“Mudar o rumo do desenvolvimento é, antes de tudo, uma decisão política. As soluções técnicas estão disponíveis e vão sendo aplicadas de acordo com as peculiaridades locais”- PDSA

O **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá**, é uma experiência diferenciada e inovadora para o Brasil e também para o mundo. O **PDSA** é formado por todos os subprogramas, projetos e subprojetos, já existentes ou em formação, que estabeleçam vinculação entre a utilização de recursos naturais e o desenvolvimento socio econômico do Estado do Amapá

A sustentabilidade é entendida como o resultado do equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas e do uso dos recursos naturais. É alcançada à partir de um conjunto de ações socioambientais integradas onde a capacitação/educação representam uma das linhas prioritárias do Programa.

A EA no estado tem um programa delineado a partir da experiência da Escola Bosque que trás na sua criação uma abordagem socioambiental, como eixo de construção do conhecimento e método pedagógico. O PDSA é o princípio da temática curricular da Escola. No momento o programa de EA está sendo avaliado/detalhado por uma equipe de 10 consultores - 5 administrativos e 5 pedagógicos - contratados pelo Centro de Formação de Recursos Humanos - CEFORH .

A Divisão de EA é uma das nove divisões da coordenadoria de ensino da Secretaria Executiva de Educação. Trabalha em dois grupos: Escola Bosque e o Grupo de atividades ambientais que coordena, planeja, executa a inserção da EA no ensino fundamental do estado.

a) Centro de Formação de Recursos Humanos – CEFORH

O Centro de Formação de Recursos Humanos – CEFORH, fundado em 1996, já capacitou 17.000 servidores, buscando a qualidade da gestão pública agindo no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, internalizando em cada servidor a amplitude do PDSA e construindo coletivamente a visão sistêmica desejada, nos âmbitos social, cultural, econômico e ambiental do estado. Agindo no PDSA, busca capacitar o servidor para integrar as ações do setor público e acompanhar a modernização da administração estadual, voltada para a desconcentração das ações e dos recursos públicos

O modelo de parceria preconizado/desejado pelo PSDA se depara com o número reduzido de entidades não governamentais com capacidade para desenvolver projetos socioambientais de âmbito estadual. O Centro Amapaense de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais – CAACES, Instituto de Estudos Socio-ambientais - IESA, Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA – Regional Amapá são as instituições parceiras do PDSA nos projetos socioambientais mais

amplos. Organizações sociais como Associações de Trabalhadores Extrativistas, Cooperativas de Produtores e Extrativistas, Escola Família Agrícola, Federação de Pescadores, Instituto da Rede Brasileira Agroflorestal, Movimento de Mulheres, União de Negros e Associação de Povos indígenas, são parceiros em projetos de âmbito local. Locais.

b) Projeto Turé

Com relação a **Educação indígena**, a Universidade Federal do Amapá em parceria com o governo do estado, desenvolvem o Projeto Turé dedicado ao Magistério em Educação Indígena e à Licenciatura em Educação Intercultural promovendo a autonomia das sociedades indígenas na área de educação. A Secretaria Executiva de Educação está discutindo em Fórum Permanente a constituição do Conselho de Educação Indígena com o apoio da Associação de Povos Indígenas do Oiapoque, Tumucumaque, e Perimetral Norte.

c) Fórum Estadual de EA

Está em processo de formação, o Fórum Estadual de EA, coordenado pela SEMA composto por cinco ongs e cinco instituições governamentais. Uma comissão composta pela SEMA, IBAMA, SEED, GTA, CAASES, Reciclar também vem discutindo políticas para um Programa de Educação Ambiental não formal para todo o estado.

d) Cooperativa Extrativista de Cajari

A Cooperativa Extrativista de Cajari, em parceria com o WWF e IPAM-Projeto Várzea, está iniciando a implantação de um programa de EA nas três escolas comunitárias da Reserva que não desenvolviam projeto de EA no ensino fundamental, adaptando a metodologia experimentada em Santarém pelo projeto Várzea.

e) SEMA

o Programa de EA: **Educologia** foi uma iniciativa da SEMA, com a consultoria do IARA de Santarém. Foram realizadas duas experiência-piloto em escolas estaduais dos municípios de Amapá e Tartarugalzinho onde *“As formas de apropriação dos recursos naturais, seu uso, sua proteção e sua sustentabilidade fazem parte e estão presentes todo o tempo na cultura popular, inclusos ou subtendidos em suas falas, seus saberes, nas crenças, nas danças, nas festas, nos remédios nos segredos e nas lendas.”*

IBAMA

O IBAMA através do NEA, vem colaborado com a capacitação de professores de primeiro grau, em áreas próximas as UCs em vários municípios do estado

VI. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA ESTRATÉGIA ADOTADA

Os comentários elencados ao longo deste relatório devem ser relativizados em função da escassez de tempo da viagem, da limitação geográfica de abrangência e da restrição de fontes. O tempo previsto foi insuficiente para atender ao número de experiências e projetos existentes. Com o tempo reduzido e distâncias geográficas muito grandes, também as visitas dos consultores limitaram-se, em sua maioria, à coordenação dos projetos nas capitais, e não visita aos projetos propriamente ditos. Com a restrição das fontes de informação, as escolas foram as mais prejudicadas no levantamento ora proposto, pois constituem uma rede pulverizada e uma realidade completamente diferente e específica, com seus procedimentos de rotina, que, para ser captada com mais vulto, necessita de uma concentração de esforços. Nestas condições torna-se difícil compreender com exatidão a EA dentro do contexto de um todo maior, estabelecendo assim a natureza das relações em cada cidade/município visitado, da Amazônia.

O presente relatório, contudo, cumpre o papel de um painel de indicações e hipóteses a serem checadas, aprofundadas, revisadas e/ou descartadas na construção de um quadro panorâmico e representativo da Educação Ambiental na Amazônia. Neste processo torna-se imprescindível a colaboração de todas os agentes, grupos e instituições participantes desta primeira etapa, e que fazem a educação ambiental na Amazônia.

VII. CONCLUSÕES

A problemática ambiental amazônica, diversa nos aspectos sociais, naturais, políticos, econômicos, culturais, representa um desafio para qualquer observador.

Apesar do reduzido tempo disponível, a viagem de campo permitiu identificar instituições, agentes, projetos que articulam e operacionalizam a EA como política pública e como responsabilidade cidadã. Muitos das experiências conhecidas vêm atuando com a consciência necessária para responder à complexa problemática ambiental e à diversidade da sociedade amazônica.

Em alguns estados já há redes formadas - Fóruns, Comissões interinstitucionais, parcerias - trabalhando e discutindo Políticas de EA a sua inserção no ensino fundamental. Em outros estados como Roraima, este

processo ainda se encontra em estágio mais inicial. Muitos projetos demonstrativos de EA, inseridos ou não no ensino formal, têm contribuições metodológicas fundamentais para a qualidade da implementação de um modelo de educação próprio para a Amazônia.

A questão novamente é como operacionalizar, potencializar, instrumentalizar, apoiar, mediar as redes já criadas e os projetos demonstrativos, visando dar qualidade ao ensino EA e agilizar o processo já em curso nos estados. Neste sentido o WWF poderá ter um papel especial durante a realização dos workshops regionais, previstos neste projeto. No entanto, os agentes/instituições identificados nesta etapa deverão estar cada vez mais envolvidos na continuidade desse projeto buscando/apresentando soluções para o fortalecimento das redes de trabalho e os projetos de EA existentes nos estados.

VIII. SUGESTÕES

Este relatório diz respeito a apenas parte da primeira etapa do levantamento de experiências de educação ambiental na Amazônia. Várias idéias e sugestões surgiram na medida em que se iniciou o processo de comunicação com os diversos educadores ambientais e as visitas de campo foram completadas.

Desta maneira seguem abaixo algumas sugestões a serem avaliadas e que poderão contribuir para a estrutura do projeto de maneira integral.

- 1. A iniciativa do WWF em fomentar a discussão e a formulação de políticas públicas em EA na Amazônia deve primar pela articulação com programas ambientais e educativos em curso na região, entre os seguintes:**
 - a) PPG7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais), que tem um componente de Educação Ambiental. Implementado pelo MMA, com dinheiro do grupo dos sete países mais ricos, especialmente a Alemanha;
 - b) Eixos de Integração e Desenvolvimento – Programa federal que visa o desenvolvimento econômico da Amazônia por meio da integração da região com estradas, hidrovias, ferrovias, portos, investimentos em infraestrutura de energia, com o objetivo de estimular o surgimento e o incremento de pólos econômicos, como a cultura da soja no sul do Amazonas. Os Eixos chocam-se com várias diretrizes do PPG7. O problema é que os Eixos tendem a movimentar recursos vultosos e provocar impactos desastrosos sobre o meio ambiente.
 - c) Projeto Proteger – Iniciativa do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), com apoio financeiro do governo federal e de agências internacionais, o Proteger tem como finalidade capacitar lideranças de pequenos agricultores da Amazônia para que sensibilizem suas comunidades no controle ou eliminação das queimadas. Em junho de 1999, o GTA promoveu a Conferência dos Povos da Amazônia, realizada em Belém (PA), para

avaliar o Proteger e apresentar experiências de grupos de agricultores que se destacam em alternativas sustentáveis ao uso do fogo.

- d) Planaflores (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia) – Em fase final, o Planaflores reuniu um arsenal valioso de informações sociais, econômicas e ambientais sobre Rondônia e financiou a execução de projetos de EA.
- e) PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) – A adaptação do tema transversal meio ambiente para a realidade amazônica é um desafio para os educadores ambientais. Seria importante, ainda, levantar outros projetos do MEC nacionais ou elaborados especificamente para a Amazônia, onde a EA tenha alguma interface. A TV Escola é um projeto a ser observado com atenção, pois tem ajudado muitas escolas a enriquecer a abordagem ambiental em suas aulas por meio de filmes e documentários.
- f) Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) – Implantado pelo governo federal com o objetivo oficial de proteger o espaço aéreo da Amazônia, o Sivam está desenvolvendo um projeto educativo na região, com apoio a atividades das Secretarias da Educação.
- g) Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas do MEC - Esta coordenação publicou o "Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas" em 1998. Qualquer proposta educacional para a Amazônia deve necessariamente estar integrada às propostas educacionais indígenas elaboradas para a região.

2. O debate sobre EA na Amazônia precisa contar com o apoio de articulações políticas não-governamentais presentes na região, como:

- a) GTA (Grupo de Trabalho Amazônico)
- b) Projeto Aquiri – Acre. Com apoio financeiro do Unicef, o Aquiri é uma articulação de 11 entidades não-governamentais do Estado do Acre, nascida em 1994. A finalidade do Aquiri é promover a integração dos trabalhos das não-governamentais, visando um maior impacto nas ações das entidades junto a crianças, mulheres e homens, que gerem experiências piloto eficientes no trato das problemáticas sociais e que possam subsidiar políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento humano e ambientalmente sustentável da Amazônia.
- c) Fórum das ONGs de Rondônia – É uma articulação que nasceu da necessidade de a sociedade civil dispor de um canal de interlocução com o governo e o Bando Mundial na discussão do Planaflores. Conta com apoio do WWF.
- d) Fóruns Estaduais de Educação Ambiental nos Estados – Apesar de formados em diferentes graus nos estados visitados, os fóruns são instâncias legítimas que deverão ter presença ativa em qualquer discussão sobre políticas públicas e EA.
- e) Representação das associações indígenas, como por exemplo através da COPIAR
- f) Coordenação de Projetos como "Várzea", "Projeto Saúde e Alegria", "Escola Bosque", e instituições como Museu Emílio Goeldi, INPA, etc.

3. **Disponibilizar as informações do Projeto EA - Amazônia na Internet, por meio do site do WWF, e em papel**, especialmente para os participantes do projeto que não contam com acesso à Web. As informações as serem disponibilizadas deverão ser não somente o banco de dados, mas também o relatório final dos consultores, desde que haja um tratamento editorial que torne o relatório final palatável para a leitura pública. Deverão ser retirados do documento impressões pessoais inseridas a princípio como indicativo para o aprofundamento da discussão interna da equipe e do WWF mas inoportunas para divulgação pública em razão dos limites exaustivamente assinalados tanto no relatório como nas reuniões da equipe de consultores. O ideal seria, por meio de um tratamento editorial, sistematizar as informações do relatório final com os questionários respondidos e apresentar uma lista de experiências da Amazônia, com referências de contato.
4. **Deixar sempre bem claro que o WWF não pretende apresentar os resultados de seu levantamento como definitivos, nem reveladores de uma totalidade de experiências.** A organização é consciente das limitações do projeto e conta com o espírito crítico e propositivo da comunidade amazônica. A implementação do projeto foi uma maneira de contribuir com o registro de experiências e a discussão de políticas públicas em EA.
5. **Discutir internamente no WWF de que outras formas a ONG poderá apoiar as inúmeras propostas educacionais amazônicas.** – Durante as visitas de campo, percebeu-se uma carência acentuada de informações e materiais sobre Educação Ambiental, especialmente no setor público (equipe de EA das secretarias e escolas). Muitas solicitações foram feitas ao WWF, por parte de funcionários das equipes de EA das secretarias de educação, escolas e ONGs menores, para que se envie textos, livros, materiais e dicas sobre financiamento de projetos, pois os mesmos são bastante escassos na região. O que se verificou é que o WWF é uma instituição reconhecida, mas que poderia ter maior inserção na região através da produção/distribuição de material didático em educação ambiental para os educadores ambientais amazônicos.
6. **É imprescindível que se publique em forma de caderno ou livro experiências demonstrativas em EA** e, talvez, algumas reflexões sobre a história da EA em cada Estado, no contexto histórico geral e particularmente ambiental, com suas conquistas, retrocessos e perspectivas. Seria uma contribuição valiosa à região por parte do WWF, que tem experiência nesse tipo de trabalho. Se houver fôlego, um outro subsídio útil poderia ser um guia de orientações sobre a formulação de Planos de EA para escolas, sem configurar uma receita de bolo e recheado de exemplos extraídos de experiências desenvolvidas em todo o país.

Mais do que reuniões de consultores e seminários, tudo isso essencial para a formulação de políticas públicas, uma publicação de qualidade é o instrumento de mais fácil disseminação e com efeitos mais rápidos e diretos sobre o

cotidiano dos educadores. E é um instrumento democrático por excelência. Ainda que restrito a quem tem o domínio básico da língua, o material impresso pode circular amplamente, não depende da escolha de representantes e pode ser apropriado de diferentes maneiras por educadores e educandos.

7. **As escolas desempenham um papel estratégico na formação das novas gerações e se constitui num campo natural para a Educação Ambiental em particular. Contudo, a apreensão das realidades particulares das instituições de ensino demanda um esforço específico junto a secretarias de educação, prefeituras e ONGs** Apesar das dificuldades do EA-Amazônia do WWF em captar mais enfaticamente a dimensão escolar em seu levantamento, certamente o fato de secretarias e escolas terem sido visitadas, ainda que em número limitado, configura-se como um avanço no processo de aproximação entre ONG e instituições de ensino, quiçá um dos maiores desafios enfrentados pela EA. Por isso, seria importante a promoção de um debate interno da equipe com a presença de consultores em EA que sejam reconhecidamente envolvidos com a realidade prática e teórica da educação formal no Brasil. Uma idéia complementar ou alternativa seria a produção de um relatório por este (s) consultor (es) a partir do relatório final que será fechado após as reuniões com os consultores, que se tornaria um documento útil para alimentar a construção de uma reflexão sobre a educação formal e sua relação com a EA na Amazônia.
8. **O interior dos Estados ficou bastante descoberto**, como já se previa anteriormente em função da escassez de recursos. Por exemplo, seria um complemento bastante útil a visita a regiões como o Vale do Guaporé (RO) onde a OSR desenvolve um arrojado projeto de Ecoturismo, e a EA tem um papel fundamental. Todavia, a ausência de uma visita mais ampla ao interior não inviabilizou as metas do projeto. Seria necessário, talvez, estudar e sistematizar com mais cuidado o que representa o interior dos estados para uma política pública em EA.
9. **Com relação aos workshops** previstos para a segunda etapa deste levantamento, algumas considerações podem ser feitas:
 - a) dentro da programação dos seminários, seria interessante apoiar os projetos que integrem saúde, arte, educação, participação comunitária educação ambiental. Desta maneira, como representante do AM, o Grupo de Teatro Tempo poderia estar incluído na programação para apresentar e discutir a peça "O dia em que a floresta falou", assim como o a apresentação representando Roraima ficaria por conta do "Zé Juquira".
 - b) nos encontros regionais será fundamental destinar um horário para discussão e divulgação de fontes financiadoras (inclusive, se possível, com representantes do FNMA, PD/A e WWF para apresentar linhas próprias de atuação e formas de encaminhamentos de propostas), ou guias ("Guia Support" Pró Bocaina /Amarkay CxPo 1 Cep: 12.850-000, Bananal, SP), listas ("ecolista"), homepages ou qualquer outra indicação que contenham informações sobre financiamento na área;

10. O WWF através do levantamento de experiência de EA na Amazônia, poderá estar viabilizando algumas linhas gerais de ação buscando.

- a) impulsionar, alimentar e dinamizar os processos já em andamento de inserção da EA no ensino fundamental;
- b) articular as instituições através de encontros, seminários, oficinas de trabalho, estimulando e apoiando os projetos de parceria interinstitucionais
- c) capacitar professores da rede oficial de ensino em EA multiplicando as experiências desenvolvidas na região;
- d) divulgar experiências existentes, viabilizando a edição de livros, a criação de homepage e vídeos institucionais;
- e) fomentar a multiplicação de material didático específico sobre a Amazônia, gerados pelos projetos - cartilhas, jogos didáticos, cartazes temáticos bonecos, circos, etc.
- f) subsidiar as entidades e órgãos governamentais, com informação, publicações, consultoria e busca de instituições financiadoras

IX. AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer muito sinceramente a todos que receberam o projeto de Levantamento das Experiências de EA na Amazônia com atenção e generosidade nas informações, ajudando a compor esse relatório de trabalho e mostrando um Brasil de muita luta, coragem, criatividade e dedicação a um trabalho de uma grandeza que dificilmente poderia ser traduzido num relato de duas semanas de viagem.

X. DOCUMENTOS CITADOS

Amigos da Terra/GTA. *Políticas Públicas para a Amazônia – Rumos, Tendências e Propostas-97/98*. São Paulo, Amigos da Terra/Programa Amazônia, 1998.

Amigos da Terra/Oxfam. *PLANAFLORO-Um Ano Depois- Análise Crítica da Implementação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia -um Ano Após o Acordo para sua Reformulação*. Amigos da Terra, São Paulo/Porto Velho, agosto/1997.

Bartholo Jr., Roberto & Bursztyn, Marcel. *Amazônia Sustentável – Uma Estratégia de Desenvolvimento para Rondônia 2020*. Brasília, Ibama, 1999.

Carreira, Denise (editora). *Aquiri*. Projeto Aquiri, Rio Branco, março/1997.

- CEPAMI. *Simpósio Migração em Rondônia*. Ji-Paraná (RO), Cepami, junho/1998.
- MMA/MEC *I Conferência Nacional de Educação Ambiental: Declaração de Brasília para a Educação Ambiental* Brasília, MMA/MEC, 1997.
- Olmos, Fábio, Queiroz Filho, Alfredo Pereira de & Lisboa, Celi Arruda *As Unidades de Conservação de Rondônia*. Porto Velho, Planaflo, 1998.
- Perdigão, Francinete & Bassegio, Luiz. *Migrantes Amazônicos – Rondônia: a Trajetória da Ilusão*. São Paulo, Loyola, 1992
- Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Diretrizes Básicas*, Rio Branco, Governo do Estado do Acre, 1999
- Smeraldi, R. *Políticas Públicas para a Amazônia 97/98: rumos, tendências e propostas do GTA*. São Paulo, Amigos da Terra – Programa Amazônia, Grupo de Trabalho Amazônico/GTA, 1998.

XI. VISITAS REALIZADAS

A. Amazonas e Roraima

DIA	UF	Instituição	Contato	Telefone/fax	Endereço	Projeto
30/07	AM	Fundação Vitória Amazônica	Lininha, Antônio Vieira	021.92. 642-1336 Fax: 236-3257	Rua R/S casa 7 Morada do Sol, Aleixo 69 060-080, Manaus, AM	“Educação Ambiental Popular”
	AM	Instituto Politécnico Rural da Amazônia - IPRAM	Leny Delamuta Mello e Mello	021.92. 367-1160	Km. 01, Estrada de Iranduba 69.405-000, Iranduba, AM	“Programa SAT de Educação Rural e Indígena”, “O Amanhã Pertence as Crianças”
31/07 a 04/08	AM	Visita ao Projeto SAT na Aldeia Munduruku e ilhas de Iranduba				
05/08	AM	Seminário de Facil do Projeto “Pró Ambiente Saudável”, (SEDUC)	Prof. Rêne Costa Menezes			
	AM	CIMI	Hidenori Mochiizawa	021.92 233-5020 Fax: 663-6772	Rua Tapajós 54, Centro 69.011-970, Manaus, AM	
	AM	Bipacel	Juliano M. V. Souza	021 92. 981-8413 228-1040 245-1326 Fax: 228-1029	Rua Samambaias 1101 69 059-500, Manaus, AM	Coleta Seletiva e Reciclagem de Papel (e-mail p/ recado) lianne@netium.com.br
06/08	AM	Universidade do Amazonas Escola de Educação Ambiental	Elizabeth C dos Santos	021.92 644-2322 Fax: 644-2384	Av Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos 3000 Campus Universitário 69.077-000	“Programa Formal e Não Formal de EA”, “Programa de Formação de Rec. Hum em EA”

AM	Universidade do Amazonas – Fac. de Tecnologia, Lab de Saneamento	Anunziata D. Chateaubriand e Ellen Barbosa de Andrade	021.92 644-2244 R. 2188, 2186 Fax: 644-2194 644-2244 R. 2188	Av. Gal Rodrigo Otávio Jordão Ramos 3000 Campus Universitário 69.077-000	“Saneamento e Educação Ambiental na Praia do Tupé”
AM	Universidade do Amazonas – Fac. Ciências Agrárias	Paulo Machado Andrade	021.92 644-2802 234-2303 Fax: 644-2354	Av. General Rodrigo Otávio Jordão 3000, 69.077-000, Manaus, AM	“Pé de Pincha”
07/08	Parque do Mindu	Luciana Monaco	021.92. 642-2334 Fax: 236-7702	Av. Perimetral s/n Parque 10 69051-970, Manaus, AM	“Criança Urgente”
AM	Gaia	Claudia Steiner e Paulo R. Farias	021 92 644-6568 996-4265	Rua 9 casa 10 Conj. Vilar Câmara, Aleixo 69.083-430, Manaus, AM	“Programa de Educação Ambiental”
AM	Instituto Luterano de Ensino Superior de Manaus	Paulo R. Farias	021 92 644-6568 996-1890 996-4265		
09/08	Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia - INPA	Grupo de Trabalho em Educação Ambiental	021 92. 643-3145 643-3290 Fax: 643-3095	Alameda Cosme Ferreira 1756, Aleixo 69.083-000, Manaus, AM	“EA com comum. vizinhas a Res. Flor. Adolpho Ducke”, “EA no Bosque da Ciência”, “Produção de Material Educativo”, “Curso de Professores”, “Pequenos guias do Bosque da Ciência”, “Ação Mulher”
AM	IBAMA -- Núcleo de Educação Ambiental	Hamilton Cazara (superintendente) Eulinda e Adelaide (NEA)	021 92. 237-3721 237-3401 Fax: 237-4577	BR 3119 Km 01 Distrito Industrial 69 075-830, Manaus, AM	“Agente Ambiental Voluntário”, “Agente Multiplicador em Educação Ambiental”, “Comunidade Limpa-Bairro do União”
AM	Grupo de Teatro	Elias	021 92. 994-2111	Rua Armando Barbuda 131,	“O Dia em que a Floresta

10/08	AM	Tempo SEMED - Secretaria Municipal de Educação	Luzilda Pimentel da Silva e Ana Lúcia B. Andrade e equipe	624-3302 021 92 633-5108 233-5108 633-1653 R 238 Fax: 633-1522	69 073-420, Manaus, AM Rua Tapajós 214 69 025-140, Manaus, AM	Falou” “Saneamento e Educação Ambiental no Tupé”, “Ecolixo”, “Ecotur”
	AM	SEDUC - Secretaria Estadual de Educação	Rêne Costa Menezes	021.92. 237-8787 Fax 237-1790	Av Perimetral D, 1984, Jaliim II 69076-830, Manaus, AM	“Pró Ambiente Saudável”
	AM	SEDEMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Alcirene M. da Silva Cursino (chefe da div. de EA)	021 92 236-2642 236-7226 236-4122 FAX. 642-1030	Rua Recife 2025 Bairro Parque 10 69-057-002, Manaus, AM	
	AM	Comissão Pastoral da Criança - CPC	Étienne (coord. Projeto) Nadja Vettori (coord CPC)	021.92 642-1010 642-1030 (CPC→)232-9982 Fax: 2329982	Av. Joaquim Nabuco 1023, Centro 69.020-030, Manaus, AM	“Projeto Bodozal”
11/08	AM	MEB	Maria Leonilde	021.92. 743-2995 Fax: 743-2663	Pça Santa Tereza 283 – Centro 69 470-000, Tefê, AM	“Programa de Políticas Públicas”, “Agentes Ambientais Voluntários”
	AM	GPD - Grupo de Proteção e Desenvolvimento	Erivan Moraes (presidente)	021.92. 743-2995 (MEB)	Pça Santa Tereza 283 – 69.470-000, Tefê, AM	“Agentes Ambientais Voluntários”
	AM	CPT Comissão Pastoral da Terra	Ana M. S. Mota Jorge Luis (coord)	021 92 743-2563 Fax: 743-2663	Pça Santa Tereza 283 – 69.470-000, Tefê, AM	“Agentes Ambientais Voluntários”
	AM	Reserva Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Elizabeth Gama	021.92. 743-2166 743-2736 Fax 743-2736	Av Brasil 197 Cx Po 38, CEP 69470-000 Tefê, AM	“Mamirauá – Educação Ambiental Popular”
12/08	AM	Secretaria Municipal de Educação - Tefê	Ma Tereza A dos Santos	021 92 743-3746	R Olavo Bilac s/n Secretaria de Educação	“Educar para a Vida”

			(coord. de EA)	Fax: -	69.470-000, Tefé, AM	
AM	IBAMA		Astrogildo M de Moraes (resp. EA) Lafayette M Mac Culloch (superin.)	021.92 743-2406 Fax: -	Estrada do Aeroporto 725 69470-000, Tefé, AM	“Agentes Ambientais Voluntários”
13/08	RR	IBAMA - NEA	Arnalda C. Almeida e Edite Bezerra	021 95 623-9513 R. 211	Av. Brigaderio Eduardo Gomes 1332 69.304-650, Boa Vista, RR	
		Depto de Meio Ambiente do Estado de RR - DEMA	Lindalva Dias e equipe	021.95. 623-2505 R 208	Av. Ville Roy 816 69.306-000, Boa Vista, RR	Programa de Gestão Ambiental Integrado - PGAI
14/08	RR	Comissão Indígena de Roraima - CIR	Jeronimo Pres (contato Desmano)	021.95. 224-5761		
16/08	RR	Museu Integrado de Roraima - MIR	Agripina e equipe	021.95. 623-1733	Av. Brigadeiro Eduardo Gomes s/n, Parque Anauá 69.305-010, Boa Vista, RR	
	RR	DEMMA - Departamento Municipal de Meio Ambiente	Joanistaine B. Nascimento Maria Luiza	021 95. 623.1595 971-2727 Fax 623-1517	Rua Cel. Pinto 202, Centro 69.301-030, Boa Vista, RR	“Projeto Verão Saúde”, “Espaço Municipal de Estudos Ambientais”
	RR	Centro de Ciências (Secretaria Estadual de Educação)	Verônica N. Fonseca e equipe	021 95. 623-2656 Fax. 623-2656	Rua Sete de Setembro s/n 69.300 000, Boa Vista, RR	
17/08	RR	EMBRAPA	Joaci Freitas	021 95. 626-7125 626-7104 971-1454 Fax 626-7104	Br 174 Km 08 Distrito Industrial 69.301-970, Boa Vista, RR	

18/08	RR	SENAI	Edileuza Sotte	021 95 625-5027 Fax: 625-3759	Av dos Imigrantes s/n 69.309-170, Boa Vista, RR	
	RR	ABES	Sergio Gonçalves e Lucei	021 95 623-2613 971-1351 971-5261	Av Ville Roy 826-E, sala 208, São Pedro, 69.306-000, Boa Vista, RR	
	RR	ECONAMAZONIA	Jaimé de Agostinho	021 95 623-2965 224-3957 Fax: 623-2599	Rua Alfredo Cruz 942 69.301-140, Boa Vista, RR	
	RR	CCPY	Deise Francisco, Marcos Wesley (coord. proj. educ) e Simone	021 95 224-7561	Rua Costa e Silva 40 69.306-030, Boa Vista, RR	
	RR	SESC	Rosana V. F dos Santos	021 95 621-1218 621-1200 621-1201 Fax: 621-1233	Rua Araújo Filho 250 69.301-090, Boa Vista, RR	Clube SESC - Ecologia
19/08	RR	Colônia de Pescadores Z1 de RR	Raimundo Nonato C da Silva	021 95 224-8227 Fax: 224-5259	Rua Terêncio Lima 1328 69.300-000, Boa Vista, RR	“Estudo da viabilidade econômica da tartaruga <i>Podocnemis expansa</i> em cativeiro
	RR	“Zé Juquira”	Carlos Alberto Schwarz	021 95 623-9527 224-5942 Fax: 224-5942	Rua Benjamim Constant 1789 69.000-000, Boa Vista, RR	“Zé Juquira”
	RR	Encontro de fortalecimento do Forum Estadual de EA	Fani Mamede			

B. PARÁ E AMAPÁ

<u>Data</u>	<u>Cidade</u> <u>UF</u>	<u>Instituição</u>	<u>Projeto</u>	<u>Contato</u>
18/08	Belem -PA	Forum da Amazônia Oriental FAOR	Observatorio da Cidadania Agenda 21 e Articulação de entidades	Jose Claudio Arroyo E Kelem Cabral
18/08	Belem -PA	UNIPOP	Capacitação jovens	Jose Claudio Arroyo
18/08	Belem-PA	FETAGRI	Grita Amazônia	Inocencio
19/08	Belem -PA	AMAFLOR – Associação de Moradores e Amigos da Floresta do Redentor	Floresta do Redentor e Oficeram	Edmilson coordenador Cleo e Alan
19/08	Belém -PA	Conselho Municipal da Condição Feminina	Projeto Belém. Cidade das Mangueiras/Cidade das Mulheres	Iza Cunha e Fatima Matos
19/08	Belem-PA	Museu Paraense Emilio Goeldi	Clube do Pesquisador Mirim Cidade Limpa, Cidade Linda,	Antônio Carlos Lobo, Luiz Fernando F. Videira, Rafael Gomes do Nascimento Filho
20/08	Belem -PA	SEMED - Fundação de Referência em EA Escola Bosque Prof Eidorfe Moreira	Escola Bosque Secretaria Municipal de Educação – SEMEC	Prof Edval de Miranda Medeiros. Prof Mauricio. Graça e Maria Jose
20/08	Belém -PA	IBAMA - Núcleo de Educação Ambiental	Nucleo de Educação Ambiental do Pará	Raimundo Otavio da Silva Mendes
20/08	Belem -PA	SEMED - Fundação de Referência em EA Escola Bosque Prof Eidorfe Moreira	Escola Bosque Secretaria Municipal de Educação – SEMEC	Prof Edval de Miranda Medeiros.
20/08	Belem-PA	FORPEAM - Fórum Permanente de EA	Programa Matricial de Educação Ambiental Usina Hidroelétrica de Tucuru - UHETUC	Luzimar de Oliveira Dias
21/08	Benevides - PA	Movimento dos Folclores Prefeitura Municipal de Benevides	Economia da Comunhão Viveiros, Lixão, Escola Comunitaria e Economia da Comunhão	Maria Rita Primeira Dama – Luiza Solon
22/08	Igarapé-Miri	Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri	Comunidades dos Rios Tocantins, das Flores e Itanhambuco	Prefeito Mario Costa Leão
23/08	Belém - PA	Universidade Federal do Pará - Psicologia Experimental	Educação Ambiental em uma Comunidade da Amazonia Oriental. Contribuições p/ Minimizar antropogenicos locais	Claudia de Azevedo Ramos. Hildegard Magdalena Klever Krause
23/08	Belem - PA	Museu Paraense Emilio Goeldi	Programa Floresta Modelo de Caviana	Socorro Andrade, Graça Ferraz, Guto Recciel
23/08	Belem - PA	Universidade Federal do Pará - Núcleo de Meio Ambiente - NUMA	Articulação de divulgação da produção científica ambiental Cursos de especialização em EA	Darcy Flexa DiPaolo
23/08	Belém - PA	Universidade Federal do Pará - Centro de Educação	Programa de Pós-graduação em EA	Marlena Loureiro

Data	Cidade UF	Instituição	Projeto	Contato
24/08	Belém - Santarém			
24/08	Santarém	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	Projeto Varzea - Programa de Educação Ambiental e PGAI-Santarém	Socorro Pena, Fernanda Pimentel, Antonia Maria, Edinaldo Lopes
25/08	Santarém Para	Companhia de Saneamento e Meio Ambiente de Santarém COSAMA	PGAI - Santarém Projeto de E.A em 2 escolas municipais	Orlando Paulino da Silva - Divisão de Meio Ambiente
25/08	Santarém	Núcleo de Ed. Ambiental - IBAMA - Projeto LARA	Projeto LARA	Mauro Luis Ruffino
25/08	Santarém PA	Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais - IARA	Projeto de apoio a Implantação da Gestão Participativa da Pesca no Médio Amazonas	Mauro Luis Ruffino - Presidente Marcelo Apel- Vice
25/08	Santarém	Grupo de Defesa da Amazônia - GDA	Projeto de Capacitação de Educadores Ambientais Multiplicadores - PROCFAM	Valeria Mendes Ferreira Mª das Graças P. Ninos Glez Rodrigues Freitas
26/08	Santarém PA	CEAPS- Centro de Estudos Avançados Promoção Social e Ambiental	Saúde e Alegria Educação Ambiental e Participação - Agenda 21 em comunidades	Jair Resende, Eugênio e Caetano Scannavino Neto, Valeira dos Santos Lima, Rosival Dias de Souza
26/08	Santarém PA	Fundação Esperança	Saúde e Educação	Solange Maria Azevedo Gomes
26/08	Santarém Belém			
27/08	Belém -PA	SECTAM - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	PEAM- Programa Estadual de Educação Ambiental, Diretrizes e Políticas	Maria Ludetana Araujo - chefe de divisão
27/08	Belém - PA	Parque Ambiental de Belém	Visitas Monitoradas e Cursos de Capacitação em EA	Augusto Ferreira
27/08	Belém - PA	Mov República dos Emaus	Arte de Viver Saúde e Educação	Naraguaçu Pureza
28/08	Belém - Macapá			
29/08		APA Curiaú		
30/08	Macapá -AP	CEFORH - Centro de Formação e Desenvolvimento de RH	Programa de Desenvolvimento do Servidor Público	Rita de Cassia Lima Andrea Sônia Mont'Alverne Canto
30/08	Macapá - AP	IEPA - Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Amapá	Museu de Desenvolvimento Sustentável do Amapá	Núbia Soraia Cardoso
30/08	Macapá - AP	IBAMA - Núcleo de Educação Ambiental - NEA	Capacitação de professores em EA próximos a Ucs. queimadas	Leozildo Tabajara da Silva e Maria Madalena Silva Sousa
30/08	Macapá	SOPREN	Educação e Arte	Leozildo Tabajara da Silva

Data	Cidade UF	Instituição	Projeto	Contato
30/08	Macapa - AP	Secretaria Executiva de Educação do Amapá	Escola Bosque do Amapá	Fernando Costa Ribeiro e Jamile Façanha Almeida
31/08	Macapa - AP	Secretaria Executiva do Meio Ambiente - SFMA	Educologia Projeto Caravana	Iran Socorro, Vania Oliveira, Nazare Figueira
31/08	Macapa - AP	BATALHÃO AMBIENTAL 3ºPPM/ 1ºCLA PM	Projeto EA	Luis Carlos dos S. Pinheiro 1º Tem
31/08	Macapa - AP	COOPERC A-Cooperativa dos Produtores agroestrativistas do Rio Cajari	Reserva Estrativista do Rio Cajari- COOPER-CA	Valdeci Santos / Francisco Chaves
31/08	Amapa - AP	Centro Amapaense de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais - CAACES	Projeto Navegar - Educação Ambiental Comunicação Global no Baulique - Amapá	Jean Claudio Santos Fonseca
01/09	Macapa - AP	Instituto de Estudos Socio-ambientais - IESA	Projeto Lontra	José Reinaldo Picanço - Presidente
01/09	Macapá	Grupo de Trabalho da Amazônia - GTA	Secretaria Executiva Regional de Marabá - IESA	Carlos Henrique Schmidt
01/09	Macapá - Marabá			
02/09	Marabá - PA	4ª Unidade Regional de Ensino-URE	Campanhas de Conscientização FA	Prof. Melquades Vilmar
02/09	Marabá - PA	Extensão Amazônica	Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Tamborial	Engenheiros Agrônomos Genival Reis Santos George Thomas P Barreto
02/09	Marabá - PA	UFPA - Campus do Sul e Sudeste do Para	Cursos de Especialização na área socioambiental	Jose Pedro de Azevedo Martins
02/09	Marabá - PA	LASAT - Laboratório Socio-Agrônomo do Tocantins	Capacitação de trabalhadores rurais	Manuel Amaral Neto
02/09	Marabá - PA	Associação da Mulher de Marabá	Creche e Capacitação de mães	Lady Oliveira de Oliveira
03/09	Marabá - PA	Conselho Pastoral da Terra	Apoio e assessoria aos sindicatos dos trabalhadores rurais	Jose Batista Gonçalves
03/09	Marabá - PA	Fundação Agrária do Tocantins e Araguais - FATA	Capacitação de Trabalhadores Rurais - Ação teste e estagios de base	Emmanuel Wamberg
03/09	Marabá - São Paulo			
	Belém -PA	Secretaria Municipal de Educação	Escola Cabana* ¹	
	Belem -PA	Secretaria Executiva de Educação - SEEDUC	Projeto Ribeirinho* ²	Rosineli Guerreiro Salame

*1 e 2 - Cadastrados a partir de informações secundárias

PROJETO:

2. QUEM FAZ E QUEM FINANCIA?

Faz	<input type="checkbox"/> OG	Financia	<input type="checkbox"/> OG	<input type="checkbox"/> Todo?
	<input type="checkbox"/> ONG		<input type="checkbox"/> ONG	<input type="checkbox"/> Parte?
	<input type="checkbox"/> Escola		<input type="checkbox"/> Escola	<input type="checkbox"/> financiam continuo?
	<input type="checkbox"/> Empresa		<input type="checkbox"/> Empresa	<input type="checkbox"/> um ano
	<input type="checkbox"/> Mov Social		<input type="checkbox"/> Mov Social internacional	<input type="checkbox"/> apoio único

1

PROJETO:

3. COM QUEM?

Parceiros

Público Alvo

a) setor

<input type="checkbox"/> estudantes	<input type="checkbox"/> indígenas	<input type="checkbox"/> proprietários rurais
<input type="checkbox"/> artesãos	<input type="checkbox"/> garimpeiros	<input type="checkbox"/> líderes comunitários
<input type="checkbox"/> professores	<input type="checkbox"/> extrativistas	<input type="checkbox"/> da indústria
<input type="checkbox"/> turistas	<input type="checkbox"/> pescadores	<input type="checkbox"/> trabalhadores rurais
<input type="checkbox"/> madeireiros	<input type="checkbox"/> agricultores	<input type="checkbox"/> grupos religiosos
<input type="checkbox"/> pecuaristas	<input type="checkbox"/> guias locais	<input type="checkbox"/> cooperativas/sindicatos
<input type="checkbox"/> políticos	<input type="checkbox"/> do comércio	<input type="checkbox"/> outros. especifique _____

b) faixa etária crianças adolescentes adultos terceira idade

c) gênero mulheres homens

d) escolas: séries envolvidas: _____ No. Turmas envolvidas: _____
famílias envolvidas? sim não Por quê? _____

comunidade em geral envolvida? sim não Por quê? _____

4. QUANDO ? (qual o período de realização do projeto?)

Início: _____ Duração prevista: _____ Término: _____

Etapas?

5. ONDE está sendo realizado?

Municípios: _____

Cidades: _____

Comunidades _____

Zona Rural _____ Zona Urbana _____

6. O que **MOTIVOU** a realização do projeto?

2

COMO está sendo realizado o Projeto:

7. Quais são **AS TÉCNICAS** utilizadas?

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> reuniões | <input type="checkbox"/> palestras | <input type="checkbox"/> discussão em grupos |
| <input type="checkbox"/> gincanas | <input type="checkbox"/> exposições | <input type="checkbox"/> visitas monitoradas |
| <input type="checkbox"/> campanhas | <input type="checkbox"/> sensibilização | <input type="checkbox"/> trilhas interpretativas |
| <input type="checkbox"/> aulas | <input type="checkbox"/> capacitação | <input type="checkbox"/> dinâmicas de grupo |
| <input type="checkbox"/> debates | <input type="checkbox"/> oficinas/cursos | <input type="checkbox"/> educação ambiental a distância |
| <input type="checkbox"/> software/cd-rom | <input type="checkbox"/> estudos de caso | <input type="checkbox"/> organização de encontros |
| <input type="checkbox"/> outros: especifique _____ | | |

8. Quais são os **MÉTODOS** utilizados ?

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> projetos pedagógicos | <input type="checkbox"/> diagnóstico participativo | <input type="checkbox"/> experimentação |
| <input type="checkbox"/> estudos de caso | <input type="checkbox"/> projetos de participação comunitária | |
| <input type="checkbox"/> outros . especifique _____ | | |

8^a) Escola: o projeto está inserido no Projeto Pedagógico da Escola?

não Por quê? _____

sim De que maneira? _____

9. Quais são **OS TEMAS** desenvolvidos no projeto?

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> problemas da realidade local em geral | | |
| <input type="checkbox"/> problemas específicos da realidade local | | |
| <input type="checkbox"/> uso sustentável da floresta | | |
| <input type="checkbox"/> lixo/reciclagem | <input type="checkbox"/> pesca predatória | <input type="checkbox"/> ambiente urbano |
| <input type="checkbox"/> desmatamento | <input type="checkbox"/> ações comunitárias | <input type="checkbox"/> poluição |
| <input type="checkbox"/> doenças | <input type="checkbox"/> outros: especifique _____ | |

10 Quais os **MATERIAIS EDUCATIVOS UTILIZADOS**?

(marque todos que tiver, e se possível, envie cópias dos mesmos para o banco de dados)

- | | | |
|--------------------------|--|------------------------------|
| exposições | músicas | - programas de rádio |
| textos | audiovisuais | - matérias de jornal |
| livro didático | peça de teatro | - planos e manuais de cursos |
| tv/filme/vídeo | materiais impressos (cartaz, apostila, cartilha, livros, etc) | |
| outros especifique _____ | | |

Material é produzido na escola? Sim Não Se não, de onde vem o material? _____

3

11 Como está sendo/foi **AVALIADO** o projeto?

- a) a avaliação é feita por equipe externa equipe do projeto
- b) de que maneira? _____
- c) quando é realizada? _____
- d) como os resultados são divulgados? _____
- e) como o projeto é documentado? _____

12 Quais os resultados obtidos até agora? (quantitativos, qualitativos, inesperados?)

13 Quais as dificuldades encontradas durante o projeto?
(planejamento, execução, avaliação?)

14 Quais os próximos passos?

